

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL – UCS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO “STRICTO SENSU”
MESTRADO EM TURISMO**

**TURISMO E INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
São Miguel das Missões - Rio Grande do Sul - Brasil**

ANA SOLANGE BIESEK

**Caxias do Sul
2004**

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL – UCS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO “STRICTO SENSU”
MESTRADO EM TURISMO**

**TURISMO E INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
São Miguel das Missões - Rio Grande do Sul - Brasil**

ANA SOLANGE BIESEK

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Turismo, na área de concentração “Desenvolvimento do Turismo” e na linha de pesquisa “Ensino e Pesquisa em Turismo”, sob a orientação da Professora Doutora Mirian Rejowski.

**Caxias do Sul
2004**

Defesa de Dissertação de Mestrado em Turismo

Dados necessário do mestrando para preenchimento do Datacapes:

Autor: Ana Solange Biesek

Mês da defesa/ano: outubro / 2004

Título da dissertação: Turismo e Interpretação do Patrimônio Cultural – São Miguel das Missões – Rio Grande do Sul - Brasil

Linha de Pesquisa: Planejamento e Gestão do Turismo

Gestão Hoteleira

Ensino e Pesquisa em Turismo

Área de Concentração: Desenvolvimento do Turismo

Número de páginas: 205

Palavras-chave: turismo cultural; interpretação do patrimônio cultural; planejamento interpretativo; ocorrência e propostas; São Miguel das Missões; Rio Grande do Sul; Brasil.

Resumo: Número de linhas: 10

Orientador: Dra. Mirian Rejowski

Banca: 1) Dra. Margarita Nilda Barretto Angeli

2) Dra. Maria Beatriz Medeiros Kotler

3) Dra. Roselys Izabel Correa dos Santos

*Uma descoberta, seja feita por um menino na escola ou por um cientista trabalhando na fronteira do conhecimento, é em sua essência uma questão de reorganizar ou transformar evidências, de tal forma que se possa ir além delas assim reorganizadas, rumo a novas percepções.
(Jerone Bruner)*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e a minha família pelo incentivo e apoio recebidos, por tudo que fizeram por mim, sobretudo, pela lição de amor que me ensinaram durante toda a minha vida.

Ao Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade de Caxias do Sul – UCS pela oportunidade de freqüentar e concluir o Curso de Mestrado.

Agradeço de maneira especial a minha orientadora, Prof. Dra. Mirian Rejowski que apesar de suas inúmeras atividades e compromissos profissionais, orientou de forma precisa o desenvolvimento desta dissertação, além do conhecimento e experiência que me passou como professora, que soube ser mestre e, acima de tudo, amiga, minha homenagem, meu carinho e minha eterna gratidão.

Aos Mestres, que dedicaram seu tempo e compartilharam experiência, para que nossa formação fosse também um aprendizado de vida.

Às professoras Margarita Barretto e Beatriz Kotler e ao colega Fernando Roveda que compartilharam experiência e informações, contribuindo no desenvolvimento desta dissertação.

Ao IPHAN nas pessoas do Superintendente Antonio Bolcato Custódio, Vladimir Stello e Matilde Villegas sempre corteses e prestativos nas informações referentes às reduções jesuíticas.

Aos amigos Carlos Augusto do Sebrae – RS e Geovani Gisler – FUNMISSÕES, sempre prontos e receptivos em fornecer informações necessárias sobre a Região das Missões.

A todos os colegas do mestrado, pelo companheirismo, amizade e força, em especial ao amigo Cléo e sua família Mary, Marcela, Daniela e Fernanda pelo carinho e por me acolherem durante o período de realização do mestrado.

RESUMO

BIESEK, Ana Solange. Turismo e interpretação do patrimônio cultural – São Miguel das Missões, Rio Grande do Sul, Brasil. Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 2004, 205p. (Dissertação de Mestrado).

RESUMO: Pesquisa exploratória sobre a Interpretação do Patrimônio Cultural de São Miguel das Missões (Rio Grande do Sul, Brasil) no âmbito do Turismo Cultural. Baseou-se em levantamento bibliográfico e documental, visitas “in loco”, observação e registro dos dados do sítio, e entrevistas com representantes do IPHAN e da Secretaria Municipal de Turismo. Na parte teórica trata de aspectos conceituais de Patrimônio Cultural e da relação entre Turismo e Interpretação desse patrimônio. Na pesquisa de campo, descreve e analisa a ocorrência da interpretação do patrimônio cultural no sítio, com base no modelo de plano de interpretação de Stela Maris Murta e Brian Goodey. Conclui que: não há um plano e as ações interpretativas foram implantadas de forma isolada; há necessidade premente de um adequado planejamento interpretativo cultural e ambiental que vise a preservação do patrimônio, o desenvolvimento do turismo cultural e a sustentabilidade local e regional. Para tanto, apresenta propostas norteadoras a título de contribuição.

PALAVRAS-CHAVE: turismo cultural; interpretação do patrimônio cultural; planejamento interpretativo; ocorrência e propostas; São Miguel das Missões; Rio Grande do Sul; Brasil.

ABSTRACT: Exploratory research on the interpretation of the cultural heritage of São Miguel das Missões (Rio Grande do Sul, Brasil) on the field of cultural tourism. Based on bibliographical and documental research, “in loco” visits, observation, data registration of the spot and interviews, with representatives from IPHAN and from the Secretaria Municipal de Turismo. The work, in the theoretical part, deals with conceptual aspects of the cultural heritage and with the relationship between tourism and the interpretation of this heritage. On the field research, the work describes and analyses the occurrence of the interpretation of the cultural heritage on the spot, based on the interpretative model of Stela Maris Murta and Brian Goodey. It concludes that there is not a plan and the interpretative actions were done in an isolated way. There is a real necessity of a specific cultural and environmental interpretative planning towards the preservation of the heritage, the development of the cultural tourism and the local and regional sustainability. Hence, the work proposes, as a contribution, course of actions.

KEY - WORDS: cultural tourism; interpretation of the cultural heritage; interpretative planning; occurrences and proposals, São Miguel das Missões, Rio Grande do Sul; Brasil.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1 – Mapa Localização Reduções Jesuíticas.....	85
Figura 2 – Planta e Foto do Sítio Arqueológico das Reduções Jesuíticas.....	102
Figura 3 – Planta e Foto do Sítio Arqueológico das Reduções Jesuíticas.....	103
Figura 4 – Área de Entorno do Sítio Arqueológico.....	104
Figura 5 – Mapa de Localização das Reduções Jesuítico-Guaranis.....	105
Figura 6 – Circuito Internacional Missões MERCOSUL.....	106
Figura 7 – Mapa Rota das Missões.....	106
Figura 8 – Arcada da Igreja, 2004.....	111
Figura 9 – Fonte Missioneira, 1990.....	112
Figura 10 – Revitalização da Quinta, 1990.....	112
Figura 11 – O artesanato guarani, natureza, cultura 2003.....	113
Figura 12 – Fluxo de Visitantes – Espetáculo “Som e Luz” – 1998 a 2003.....	115
Figura 13 – Fluxo de Visitantes – Sítio Arqueológico – 1999 a 2003.....	115
Figura 14 – Igreja de São Miguel Arcanjo.....	116
Figura 15 – Vista e elevação da igreja do Povo de São Miguel.....	119
Figura 16 – Litografia de Alfred Demersay (1846) de São Miguel com destaque para a Igreja.....	120
Figura 17 – Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo.....	125
Figura 18 – Índios Guaranis.....	127
Figura 19 – Oficina de Atualização de Guia de Turismo.....	130
Figura 20 – Festas e Comemorações Natalinas.....	131
Figura 21 – Oficina de Arqueologia.....	132
Figura 22 – Oficina de Arqueologia.....	132
Figura 23 – Material Promocional.....	134
Figura 24 – Material Promocional.....	134
Figura 25 – Placas de indicação do local.....	135
Figura 26 – Placa 1- “São Miguel Arcanjo – Percurso dos Conquistadores”.....	136
Figura 27 – Cruz Missioneira e Arcada da Igreja.....	136
Figura 28 – Peças de arenito e documentos pertencentes ao Sítio Arqueológico de São Miguel das Missões.....	137
Figura 29 - Peças de arenito pertencentes ao Sítio Arqueológico de São Miguel das Missões.....	138
Figura 30 – Artefatos Arqueológicos.....	138
Figura 31 – Painéis Explicativos do Museu.....	139
Figura 32 – Maquete do Tecuá.....	140
Figura 33 – Maquete da Redução.....	140
Figura 34 – Vídeo na Sacristia.....	141
Figura 35 – Reconstituição Informatizada – Convênio UNISINOS.....	142
Figura 36 – Reconstituição Informatizada – Convênio UNISINOS.....	142
Figura 37 – Sacristia da Igreja.....	143
Figura 38 – CD Missões Jesuíticas.....	144
Figura 39 – Espetáculo de Som e Luz.....	145

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
1.1 TEMA E PROBLEMA	1
1.2 OBJETIVOS E JUSTIFICATIVAS	5
1.3 METODOLOGIA	7
2 PATRIMÔNIO CULTURAL	10
2.1 CONCEITUAÇÃO	10
2.1.1 <i>Cultura</i>	10
2.1.2 <i>Patrimônio Cultural</i>	13
2.1.3 <i>Patrimônio Material e Imaterial</i>	16
2.2 PATRIMÔNIO URBANO	21
2.2.1 <i>Monumento Histórico</i>	22
2.2.2 <i>Herança Cultural</i>	25
2.3 PRESERVAÇÃO NO MUNDO	26
2.3.1 <i>Considerações Gerais</i>	26
2.3.2 <i>Origem e Papel da UNESCO.</i>	28
2.3.3 <i>Cartas Patrimoniais</i>	30
2.4 PRESERVAÇÃO NO BRASIL	34
2.4.1 <i>Trajetória do IPHAN</i>	34
2.4.2 <i>Tombamento</i>	38
3 TURISMO E INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÔNIO	40
3.1 TURISMO CULTURAL	41
3.1.1 <i>Conceituação e Características</i>	41
3.1.2 <i>Gestão do Turismo em Cidades Históricas</i>	44
3.2 INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	50
3.2.1 <i>Evolução Conceitual</i>	50
3.2.2 <i>Características e Princípios</i>	53
3.3 INTERPRETAÇÃO NO TURISMO CULTURAL	56
3.3.1 <i>Considerações Gerais</i>	56
3.3.2 <i>Tipos</i>	60
3.3.3 <i>Experiências</i>	63
3.4 PLANEJAMENTO INTERPRETATIVO	70
3.4.1 <i>Objetivos e Elementos</i>	70
3.4.2 <i>Papel da Comunidade</i>	72
3.5 MODELO DE PLANO INTERPRETATIVO DE MURTA E GOODEY	73
4 REDUÇÕES JESUÍTICAS GUARANIS	75
4.1 CONTEXTO HISTÓRICO	75
4.1.1 <i>Igreja Católica.</i>	75
4.1.2 <i>Colonização Espanhola e Portuguesa na América</i>	77
4.1.3 <i>Índios Guaranis</i>	79

4.1.4 Reduções	80
4.1.5 Tratado de Madri	81
4.2 BREVE HISTÓRICO	83
4.2.1 Formação	83
4.2.2 Decadência	87
4.2.3 Resquícios do Rio Grande do Sul	89
4.3 ASPECTOS PARTICULARES	91
4.3.1 Organização e Política	91
4.3.2 Processo de Acluturação	94
4.3.3 Plano Urbanístico	97
5 TURISMO E INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE SÃO MIGUEL DAS MISSÕES: Planejamento versus Ações Isoladas	102
5.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	104
5.1.1 Aspectos Gerais	104
5.1.2 Parque das Ruínas como Bem Cultural	108
5.1.3 Oferta e Demanda Turísticas	110
5.1.4 Principal Atrativo: Igreja de São Miguel Arcaño.	116
5.1.5 Memória e Imaginário	120
5.2 PROPOSTA GERAL DA INTERPRETAÇÃO	123
5.2.1 Concepção e Objetivos	123
5.2.2 Elementos e Equipamentos	125
5.2.3 Participação da Comunidade	126
5.2.4 Etapas Essenciais de um Plano	128
5.3 AÇÕES INTERPRETATIVAS	128
5.3.1 Interpretação ao Vivo	129
5.3.2 Interpretação Estática com base no “Design”	134
5.3.3 Interpretação Animada com base no “Design”	141
5.3.4 Atrações Locais	146
5.3.5 Análise Geral	146
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
6.1 CONCLUSÕES	150
6.2 PROPOSTAS	153
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	157
ANEXOS	164

1 INTRODUÇÃO

1.1 TEMA E PROBLEMA

Esta dissertação de mestrado expressa o desejo de dar continuidade aos estudos realizados no curso de graduação em Turismo, bem como ao curso de especialização em Planejamento e Gestão do Turismo, realizados respectivamente na UNIOESTE – Universidade do Oeste do Paraná, campus de Foz do Iguaçu, e na UFPR – Universidade Federal do Paraná. O trabalho de conclusão do curso de graduação versou sobre planejamento turístico em um município histórico com grande potencialidade cultural, um dos mais antigos do país: a ilha de Vila da Glória em São Francisco do Sul, Santa Catarina, e a monografia do curso de especialização, sobre implantação de um Órgão Oficial de Turismo em São Miguel do Iguaçu, Paraná, abordando o patrimônio material e imaterial existente na região. Assim desde 1997, a preocupação temática de pesquisa já se centrava no turismo cultural.

Ao ingressar no Mestrado da Universidade de Caxias do Sul em 2002, tal preocupação persistiu. Inicialmente pensou-se em tratar da potencialidade do turismo cultural na região dos municípios lindeiros do Lago de Itaipu. Mas no decorrer das aulas, com os encontros de orientação e seminários de pesquisa percebeu-se a fragilidade dessa proposta inicial. Daí a procura de um objeto de estudo para tratar do turismo cultural, considerando o pensamento de McIntosh (2000, p. 213-214), para quem esse tipo de turismo:

cobre todos os aspectos de viagem mediante a qual as pessoas aprendem acerca dos costumes e idiossincrasias de cada um. É o canal pelo qual um país, um estado, um município, ou uma localidade específica se apresenta a si mesmo aos turistas, e onde são considerados seus fatores culturais. Isto são o entretenimento, a comida, a bebida, a hospitalidade, a arquitetura, os produtos manufaturados, o artesanato, a história local, e todas as demais características de seu estilo de vida.

Daí depreende-se que o patrimônio cultural congrega os recursos¹ e atrativos culturais, que, por sua vez, fazem parte da oferta turística nacional, regional ou local.

Quando se pensa em desenvolver o turismo em determinada região, as primeiras ações geralmente se voltam para o transporte, hospedagem, alimentação, compras e lazer dos visitantes, e pouca atenção é dada no que se refere à informação sobre o lugar e seus habitantes, seus hábitos e costumes, sua história e suas lendas, enfim aos seus aspectos culturais.

Há muito a fazer para otimizar a experiência da visita: estimular o olhar, provocar a curiosidade e levar o turista a descobrir toda a magia do lugar. A interpretação do patrimônio cultural sinaliza justamente o valor único de um determinado ambiente, buscando estabelecer uma comunicação com o visitante, ampliando seu conhecimento, ressaltando a necessidade de se interpretarem lugares para que o turismo cultural seja um instrumento de descobertas desse novo visitante.

Investir em interpretação significa agregar valor ao produto turístico. A valorização do meio ambiente urbano e natural, da história, dos saberes e fazeres culturais contribui para a diversificação do produto, abrindo mercados para diferentes nichos turísticos. Numa cultura ocidental globalizada, que busca entretenimento a todo custo, é fundamental tocar a emoção,

¹ Entende-se por recurso turístico como a matéria prima com a qual podemos planejar atividades turísticas e que se dividem em dois grandes grupos: naturais e culturais, já o termo atrativo turístico é empregado para designar o elemento natural ou artificial que proporciona uma aparência suscetível de motivar as pessoas a deslocar-se (DOMINGUES, 1990).

provocar as pessoas, estimular novas formas de olhar, de ver e apreciar. (MURTA e ALBANO, 2002).

Diante de tais preocupações, delimitou-se o tema desta pesquisa como sendo o Turismo Cultural, e como sub-tema, a Interpretação de Atrativos Turísticos, ou seja, a Interpretação do Patrimônio Cultural. Partiu-se, então, para a seleção de um objeto de pesquisa, ou melhor, de localidades turísticas com expressivos patrimônios culturais. Na região do Mercosul, há um conjunto de localidades representativas do turismo cultural que vem sendo focado constantemente pela mídia e discutido junto à comunidade acadêmica da área: são as Reduções Jesuítico-Guaranis, implantadas durante os séculos XVII e XVIII nos territórios português e espanhol da América do Sul. Aproximadamente trinta missões, também chamadas de reduções, foram fundadas pela administração espanhola, nos vales dos rios Paraná e Uruguai, em território hoje pertencente ao Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, onde viveram cerca de 150 mil índios guaranis. (KERN, 1994).

Segundo Reis (2000), a chamada “República Guarani” foi o primeiro estado industrial da América Latina, onde houve a primeira fundição de ferro, se produziram os primeiros tecidos e se iniciou a criação de gado no continente, contribuindo para a vocação econômica do Rio Grande do Sul de hoje. A expulsão dos jesuítas em 1750 (Tratado de Madri) e as sucessivas desavenças e guerras acabaram com a República Guarani, restando apenas suas ruínas como testemunho do seu passado.

No Brasil, a Redução de São Miguel Arcanjo, situada na cidade de São Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul, foi fundada em 1687. Tombada como Patrimônio Mundial e reconhecida em 1983 pela UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação,

Ciência e Cultura, como Patrimônio Cultural da Humanidade, sintetiza o sonho de jesuítas e guaranis de formarem uma nova sociedade alicerçada na solidariedade e no coletivismo. (UNESCO, 2002).

O antigo templo de São Miguel Arcanjo guarda ainda a grandiosidade arquitetônica e o simbolismo imaterial da epopéia missioneira. As Ruínas de São Miguel são palco, ao anoitecer, do espetáculo de Som e Luz, para reviver a saga das Missões. O Museu das Missões, projetado pelo arquiteto Lúcio Costa, abriga a maior coleção pública da estatuária missioneira, com várias obras que retratam a originalidade do barroco missioneiro.

Optou-se, assim, por centrar o estudo nas Reduções Jesuítico-Guaranis, enfocando um estudo de caso centrado na Redução Jesuítica de São Miguel Arcanjo, no Estado do Rio Grande do Sul. Considerando então, a Interpretação do Patrimônio Cultural das Reduções Jesuítico-Guaranis como elemento estruturador do produto turístico cultural, formulou-se o problema central desta dissertação da seguinte maneira:

- Qual a ocorrência da interpretação do patrimônio na Redução de São Miguel e suas possibilidades no âmbito do turismo cultural?

Dessa questão emergem outras:

- De que forma o planejamento interpretativo vem norteando as estruturas, atividades e ações nessa localidade?

- Que estratégias interpretativas podem contribuir ao desenvolvimento do produto turístico “São Miguel das Missões”, aliando preocupações inerentes tanto ao patrimônio quanto ao turismo cultural?

1.2 OBJETIVOS E JUSTIFICATIVAS

1.2.1 Geral

Realizar um estudo sobre a interpretação do patrimônio cultural do Sítio Arqueológico de São Miguel das Missões (RS, Brasil) analisando a sua ocorrência e suas possibilidades no contexto do turismo cultural.

1.2.2 Específicos

- Identificar como ocorre a interpretação do patrimônio cultural no âmbito desse sítio em termos de estruturas, atividades e/ou ações.
- Propor linhas norteadoras para a melhor interpretação do patrimônio cultural (material e imaterial) de São Miguel, concebendo-o como produto turístico cultural.

A proposta de estudar o Patrimônio Cultural das Reduções Jesuítico-Guaranis se deve à ocorrência e ascensão do turismo cultural no mundo e no Brasil, e ainda à exploração de vários tipos de turismo de forma conjunta. E, particularmente, a possibilidade de abordar as

missões jesuíticas, por si só, é de importância ímpar para se desvendar uma experiência única que fez parte da nossa herança histórica e patrimonial.

Um outro aspecto a ser observado é a existência de pouca literatura aprofundada, com resultados de pesquisas no Brasil sobre a Interpretação do Patrimônio Cultural. Através desta pesquisa, por um lado, pode-se contribuir para a evolução do conhecimento na área do turismo cultural e, por outro, motivar a aplicação dos seus nas Reduções Jesuítico-Guaranis ou em outras localidades turísticas de interesse cultural.

Do ponto de vista acadêmico contribui tanto com a geração de variáveis e indicadores para o estudo do turismo cultural, quanto a uma melhor compreensão do tema e acréscimo de conhecimento básico e aplicado, além de conseqüentes benefícios à atuação docente e profissional do autor.

Ainda, a relevância dessa dissertação faz-se presente sob o ponto de vista científico, sócio-cultural e pessoal:

- A relevância científica dá-se a partir da contribuição à geração de conhecimento científico, pois é um tema inovador e pouco explorado no Brasil, podendo motivar outros estudos mais aprofundados e particularizados.
- A relevância sócio-cultural é compreendida através da socialização do conhecimento da história local como fortalecimento da identidade cultural das reduções, o que contribui para o planejamento do turismo e sua gestão nos locais com potencialidade comprovada do patrimônio cultural.

- A relevância pessoal dá-se através da contribuição para o desenvolvimento do turismo nas Reduções Jesuíticas e, também na continuidade do estudo num futuro breve.

1.3 METODOLOGIA

Conforme Cervo e Bervan (1978) o trabalho de pesquisa é um trabalho voltado à resolução de problemas, por meio da utilização de processos científicos. Já para Lakatos e Marconi (1986, p.148) a pesquisa “é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”. Para a classificação da pesquisa, tomou-se como base a taxionomia apresentada por Vergara (1998), que a qualifica em relação a dois aspectos: quanto aos fins e quanto aos meios.

Quanto aos fins esta é uma pesquisa exploratória, uma vez que a presente investigação é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Baseia-se no método analítico histórico-dedutivo, isto é, do geral para o particular, buscando a realidade dos fatos, aprofundando a análise do patrimônio cultural das Reduções Jesuíticas frente ao Turismo. Trata-se, portanto de um estudo de caso, em que é possível a reunião de elementos de riqueza de detalhes, visando à análise e proposição de intervenções.

Quanto aos meios utilizados, a pesquisa baseou-se em dados e informações bibliográficas, documentais e de campo. Documentos internos (pesquisa, estudos, publicações) e documentos externos (órgãos e pesquisadores nacionais e internacionais

ligados ao setor turístico) das Reduções Jesuíticas foram utilizados como fonte para as análises realizadas.

A pesquisa documental foi privilegiada como fonte para realização deste trabalho, uma vez que os documentos proporcionaram orientações sobre as variáveis e indicadores que caracterizam o turismo na região e nas localidades estudadas. O IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) foi fundamental para coletar informações sobre as reduções jesuíticas e projetos pertinentes à mesma.

A pesquisa de campo foi feita a partir de:

- Levantamento dos dados referentes aos aspectos históricos, demográficos, sociais, políticos, econômicos e turísticos das Reduções Jesuíticas de São Miguel das Missões;
- Visita “in loco” com a observação e registro de dados descritivos e fotográficos, além da coleta de respectivos materiais institucionais;
- Contato com responsáveis pelas Reduções Jesuítico-Guaranis, no Rio Grande do Sul;
- Entrevistas com o responsável pelo IPHAN no Rio Grande do Sul e no Sítio Arqueológico de São Miguel das Missões, com representantes da Secretaria Municipal de Turismo e com estudiosos e especialistas na área.

As três visitas “in loco” foram realizadas em abril de 2003, novembro de 2003 e janeiro de 2004. As entrevistas com os especialistas ocorreram em novembro de 2003 e janeiro de 2004.

A revisão teórica compôs três capítulos. O primeiro trata do “Patrimônio Cultural” enfocando a conceituação, o patrimônio urbano e a preservação no mundo e no Brasil. O segundo aborda o Turismo e Interpretação do Patrimônio, a partir do turismo cultural, da interpretação cultural, destacando ainda um modelo de plano de interpretação do patrimônio cultural. O terceiro apresenta o contexto histórico e um breve histórico das reduções jesuítico-guaranis, com destaque para sua evolução no Brasil e no Rio Grande do Sul.

No capítulo seguinte, considerando o modelo de Planejamento Interpretativo de Murta e Goodey (1995; 2002), analisa-se a Interpretação Patrimonial do Sítio Arqueológico de São Miguel das Missões. O modelo proposto por esses autores foi adaptado, configurando os seguintes tópicos de análise:

- Proposta Geral – concepção, objetivos, elementos e equipamentos, e papel da comunidade;
- Etapas Essenciais – registro de recursos, temas e mercados; escolha de meios e técnicas; planejamento da publicidade;
- Ações Interpretativas – aplicação de meios e técnicas;
- Atrações Locais – aspectos peculiares das trilhas e roteiros, e do centro de visitantes e informações turísticas.

O último capítulo, o das Considerações Finais, destaca as conclusões do trabalho e apresenta um conjunto de propostas na forma de linhas norteadoras para um adequado planejamento patrimonial do sítio estudado.

2 PATRIMÔNIO CULTURAL

Este capítulo trata do Patrimônio Cultural, abordando inicialmente a conceituação de Cultura e de Patrimônio Cultural. Em seguida enfoca o Patrimônio e a Preservação Cultural, analisando aspectos diretamente relacionados à problemática desta dissertação. Os patrimônios culturais imaterial e urbano; o papel da UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - no mundo; e a atuação do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico - no Brasil.

2.1 CONCEITUAÇÃO

2.1.1 Cultura

Cultura, de acordo com Bosi (1992, p. 11-18) é:

o conjunto de práticas, das técnicas, dos símbolos, e dos valores que se devem transmitir às novas gerações para garantir a reprodução de um estado de consciência social. [...] cultura pressupõe uma consciência grupal operosa e operante que desentranha da vida presente os planos para o futuro.

Depreende-se assim que a cultura é uma característica humana, presente em todos os povos, dos mais rudimentares aos mais avançados. Cada uma tem suas próprias características, cujas diferenças e contrastes a diferenciam de outras.

O conceito de cultura tem sido revisto e ampliado pelos estudiosos acompanhando as mudanças sociais². De acordo com o interesse particular de cada um, são dados determinados enfoques. Rússio (1984), por exemplo, observava que para o museólogo "cultura é essencialmente fazer viver, ou seja, cultura resulta do trabalho do homem, seja ele trabalho intelectual, seja ele trabalho intelectual refletido materialmente na construção concreta". Já na ótica do turismo, Barretto (1991, p.47) considera cultura como "a combinação dos produtos materiais e espirituais que uma sociedade cria, abrangendo modo de vida, sistema alimentar e opções de lazer"; e no entendimento de Beni (1998, p. 84) esta é definida como "um conjunto de crenças, valores e técnicas, para lidar com o meio ambiente, compartilhado entre os contemporâneos e transmitido de geração em geração".

Na verdade, com o passar do tempo, a ação do homem deixou de ter como único alvo o domínio da natureza. Ao intervir na natureza para dela tirar o seu sustento e suprir suas necessidades, o homem aprendeu coisas em diferentes áreas, transformou, inventou, produziu e acumulou conhecimento. Assim, concorda-se com Gastal, (1998, p. 107), segundo a qual:

[...] cultura é qualquer tipo de manifestação que venha a atrair, unir o convívio em sociedade. Qualquer tipo de criação, de artefato, ou de meio de continuar vivendo em sociedade é um ato cultural estrito senso. A manifestação cultural, essa forma de evidenciar essa materialização dos bens culturais, essa é uma atividade de profissionais, como qualquer atividade humana, como qualquer profissão.

² A partir da década de 1950, relacionou mais de cento e cinquenta sentidos para a palavra "cultura" e na década de 1960, Abraham Moles reuniu mais de duzentos (KLUCKHOHN, 1984, p. 59-78).

A cultura possui papel central no processo de tomada de consciência pelo conjunto da sociedade, dos valores distintos, inigualáveis e próprios e no processo de construção de uma verdadeira cidadania para todos, superando as profundas desigualdades regionais e locais, as discriminações, o preconceito e a fome. Nesse sentido, deve-se buscar a inclusão social, inclusão na cultura e pela cultura; “incluir na cultura”, de modo que todos tenham acesso à produção e à fruição dos bens e serviços simbólicos; “incluir pela cultura”, como atividade econômica geradora de emprego e renda. (KLUCKHOHN, 1984).

Fala-se então de cultura como conjunto dinâmico de todos os atos criativos do povo, ou seja:

- Como tudo o que, no uso de qualquer coisa, se manifesta para além do mero valor de uso;
- Como aquilo que, em cada objeto que uma pessoa produz, transcende o aspecto meramente técnico;
- Como usina de símbolos de cada comunidade e de toda a nação;
- Como espaço de realização da cidadania;
- Como dimensão simbólica da existência social brasileira; e
- Como síntese do país. (KLUCKHOHN, 1984).

Todas as ações por meios das quais os povos expressam suas formas específicas de ser constituem a sua cultura, que vai ao longo do tempo adquirindo formas e expressões diferentes. A cultura é um processo eminentemente dinâmico, transmitido de geração em geração, que se aprende com os ancestrais e se cria e recria no cotidiano do presente, na solução dos pequenos e grandes problemas que cada sociedade ou indivíduo enfrentam.

Nesse processo dinâmico de socialização em que se aprende a fazer parte de um grupo social, o indivíduo constrói a própria identidade. Reconhecer que todos os povos produzem cultura e que cada um tem uma forma diferente de se expressar é aceitar a diversidade cultural. Este conceito permite ter uma visão mais ampla do processo histórico, reconhecendo que não existem culturas mais importantes que outras.

2.1.2 Patrimônio Cultural

Partindo dessa noção de cultura, passa-se para a de patrimônio cultural³, que na opinião de Varine-Bohan (1974, p. 12), se apresenta como um dos aspectos gerais do patrimônio global da humanidade. Para ele, o patrimônio cultural se compõe, basicamente, do meio ambiente do homem, do conjunto de conhecimentos acumulados e do conjunto de bens culturais, que seria tudo aquilo que o homem produziu com o intuito de suprir as necessidades de sua vida e de seu desenvolvimento.

É o legado que se recebe do passado, se vive no presente e se transmite de geração em geração: é fonte insubstituível de vida e inspirações, ponto de referência, identidade. Patrimônio cultural é composto por monumentos, grupos de edifícios e sítios que tenham valor histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico ou antropológico. O patrimônio natural são as formações físicas, biológicas ou geológicas consideradas excepcionais, habitats

³ Aqueles bens que são a expressão e o testemunho da criação humana e da evolução da natureza, que tem especial relevância e através das quais se identifica a cultura nacional (BÁKULA, 2000, p. 167). Patrimônio Histórico é o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (IPHAN, 1995, p. 43). Patrimônio arquitetônico constitui-se em testemunho do passado, ajudando a contar a sua história.

de espécies animais ameaçadas e áreas que tenham valor científico, de conservação ou estético. (UNESCO, 2004).

Rússio (1984, p. 59) expõe que as sociedades ao longo de sua história produzem um conjunto de bens culturais atribuindo-lhes significados. Na medida em que são atribuídos valores a esses bens, sejam eles artefatos, objetos de uso cotidiano, procedimentos ou festas, constrói-se o patrimônio, que é susceptível de ser adquirido, de ser transmitido.

Mas é preciso concordar também com Santos (2001), para quem o patrimônio cultural de uma comunidade não está representado apenas pelos bens materiais. Tudo o que tem valor significativo, que é susceptível de ser adquirido e transmitido, forma o conjunto de bens culturais que devem ser preservados por representarem referenciais importantes para a coletividade.

Essa posição é perceptível na definição oficial de patrimônio cultural no Brasil, conforme Decreto lei nº 25⁴, de 30 de novembro de 1937:

o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, que por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnológico, bibliográfico ou artístico. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL, 1937)

Nessa definição, percebe-se uma visão tradicional de patrimônio que considera bens móveis como todos objetos materiais que não são bens imóveis e todos os direitos a eles reservados e bens imóveis categorizados por natureza, acessão física artificial, acessão intelectual e imóveis assim considerados para efeitos legais. Os tesouros artísticos ou monumentos conservados do passado, os elementos da alta cultura⁵ não são os únicos. O

⁴ Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

⁵ Entende-se por alta cultura a cultura própria dos grupos sociais dominantes, cultura de elite na qual precisa ter recursos, se alfabetizar, etc, já por baixa cultura são as culturas de classes sociais mais baixas, com reduzidos recursos econômicos e de baixa formação cultural.

conceito de patrimônio cultural, que tradicionalmente remete ao passado histórico, esquece, por vezes, que a produção presente que constituirá o patrimônio cultural das futuras gerações. (PELLEGRINI FILHO, 2000, p. 93).

Na atualidade suas formas compreendem, entre outras, a língua, a literatura, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os ritos, os costumes, o artesanato, a arquitetura e outras artes (UNESCO, 2002). Também está cada vez mais se tornando importante o valor imaterial dos bens cultos. E não se valoriza exclusivamente seu valor estético, senão tudo o que rodeia ou tem rodeado o elemento, outorgando-lhe um valor fundamental, cada vez se aproximando ao seu valor simbólico. Em suma, considera-se patrimônio cultural como:

o resultado da cultura do homem, incluindo tanto os bens materiais, quanto os bens imateriais e também as paisagens culturais por ele criadas. Todos, sem distinção, têm fundamental importância para a cultura e para a história. Cada um a seu modo do mais simples, como uma música, ao mais vistoso, como um prédio histórico, contribuem para a identidade cultural de um povo. Portanto, o valor atribuído ao bem material ou imaterial tem significado particular a cada caso e a cada povo, e assim pode ser entendido, respeitado e valorizado. (CHEREM, 2000, p. 236).

O patrimônio tem um importante papel como representação simbólica da identidade, entendida como a “busca das idéias de continuidade dos grupos sociais” (PUJADAS, 1993, p. 63). Converte-se, desta forma, em uma ponte com o passado que “nos provém de marcos de referência para que reconheçamos a nós mesmos”, segundo Ballart (1977, p. 43).

A identidade adquire uma importância mais destacada na medida em que se avança a uma sociedade globalizada, e onde a própria cultura está sofrendo um processo de

mundialização. Como resposta a tal dinâmica de homogeneização, Ballart (1997) destaca o desejo da sociedade pelo reencontro com seus elementos diferenciadores e a busca da autenticidade. Nesse contexto o patrimônio tem um papel fundamental, responsável pelo processo de democratização da cultura, pela facilidade de acesso ao conhecimento e pela educação de amplas camadas da população.

Por outro lado, sob o ponto de vista econômico o patrimônio tem dado origem a um novo setor e se transformado em um fator de desenvolvimento econômico e social, principalmente no âmbito local. Face ao desenvolvimento do ócio cultural, surgem empresas de serviços culturais, de conservação e interpretação, na forma de um comércio especializado e gerador de empregos. Com isso está mudando a imagem do patrimônio, que passa a ser considerado não somente por seu valor intrínseco, mas também pela sua capacidade de gerar desenvolvimento. Portanto, uma visão econômica tem chegado ao patrimônio cultural, definindo a idéia de capital cultural, não exclusivamente com o critério de aumento do valor real de um elemento patrimonializado, mas também desde uma perspectiva de benefícios tangíveis e intangíveis que pode gerar. (THROSBY, 1997).

2.1.3 Patrimônio Material e Imaterial

É amplamente enfocada a importância de reconhecer e proteger a memória e as manifestações culturais representadas, em todo o mundo, por monumentos, sítios históricos e paisagens culturais. Mas não só de aspectos físicos se constitui a cultura de um povo, como também tudo o que está contido nas tradições, no folclore, nos saberes, nas línguas, nas festas e nos diversos outros aspectos e manifestações, transmitidos oral ou gestualmente, recriados coletivamente ao longo do tempo. A essa porção intangível da herança cultural dos povos, dá-se o nome de patrimônio cultural imaterial. (UNESCO, 2004).

Para muitas pessoas, especialmente as minorias étnicas e os povos indígenas o patrimônio imaterial é uma fonte de identidade e carrega a sua própria história. A filosofia, as várias formas de pensar refletido nas línguas, tradições orais e diversas manifestações culturais fazem parte do fundamento da vida comunitária. Num mundo de crescentes interações globais, a noção de culturas tradicionais e populares assegura a sobrevivência da diversidade de culturas de uma comunidade, contribuindo para o alcance de um mundo plural. (UNESCO, 2004).

O primeiro documento internacional a traduzir no discurso patrimonial a importância da valorização das criações populares foi a Carta de Veneza, em 1964. No seu artigo 1º “explicita-se que a noção do “monumento histórico” se “estende” não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural”. (CURY, 1995).

A preocupação com a preservação e valorização das expressões da chamada cultura tradicional e popular surgiu como reação de alguns países do terceiro mundo à Convenção da Unesco sobre a Salvaguarda do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, em 1972, que definia o Patrimônio Mundial apenas em termos de bens móveis e imóveis, conjuntos arquitetônicos e sítios urbanos ou naturais. Esses países solicitaram a essa organização a realização de estudos que apontassem formas jurídicas de proteção às manifestações da cultura tradicional e popular como um importante aspecto do Patrimônio Cultural da Humanidade, tendo como resultado a “Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular”, de 1989, documento que fundamenta, até hoje, as ações de preservação do patrimônio cultural imaterial ou intangível (UNESCO, 2002). Nesse documento, define-se cultura tradicional e popular como o:

conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural fundadas na tradição, expressas por um grupo de indivíduos e que reconhecidamente respondem às expectativas da comunidade enquanto expressão de sua identidade cultural e social; e seus padrões e valores são transmitidos oralmente, por imitação ou outros meios. Suas formas compreendem, entre outras, a língua, a literatura, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os ritos, os costumes, o artesanato, a arquitetura e outras artes. (UNESCO, 2002).

No Brasil, o reconhecimento do papel das expressões populares na formação de nossa identidade cultural remonta aos anos de 1930 e faz parte do contexto da criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O registro dessas manifestações culturais está previsto no anteprojeto elaborado por Mário de Andrade, em 1936, para a instituição e, embora sua idéia não tenha sido levada a efeito por longo tempo, foi retomada nos anos de 1970 pelo Centro Nacional de Referência Cultural e, em seguida, pela Fundação Nacional Pró-Memória.

Em novembro de 1977, retomando uma discussão histórica, o IPHAN promoveu em Fortaleza (Ceará) um seminário internacional com o objetivo de discutir estratégias e formas de proteção ao patrimônio imaterial, seminário este que produziu como documento final a Carta de Fortaleza. Esta recomendou o aprofundamento da discussão sobre o conceito de patrimônio imaterial e o desenvolvimento de estudos para a criação de instrumento legal instituindo o “registro” como seu principal modo de preservação. Atendendo a essas recomendações instituiu-se em março de 1998, um grupo (GTPI) com o objetivo de elaborar proposta visando à regulamentação do acautelamento do patrimônio imaterial. (IPHAN, 1999).

De acordo com o IPHAN (1999) o GTPI - Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial realizou vasta pesquisa sobre a experiência brasileira e as recomendações, experiências e legislações internacionais sobre o assunto. Verificou-se que várias expressões, todas igualmente problemáticas e simplificadoras do ponto de vista conceitual, vinham sendo utilizadas, sendo as mais consagradas “patrimônio intangível”, “patrimônio imaterial”, “cultura tradicional e popular” e, mais recentemente, “patrimônio oral”. Ainda, o grupo optou por seguir o artigo 216 da Constituição Federal, que define o “patrimônio cultural brasileiro” como o conjunto de bens culturais de natureza material e imaterial, que se referem à ação, à memória e à identidade dos grupos formadores da sociedade brasileira.

Não há dúvida de que as expressões “patrimônio imaterial” e “bem cultural de natureza imaterial” reforçam uma falsa dicotomia entre os “bens culturais vivos” e o chamado “patrimônio material”. Por outro lado, com essa distinção, delimita-se um conjunto de bens culturais que, apesar de estar intrinsecamente vinculado a uma cultura material, não tem sido reconhecido oficialmente como “patrimônio nacional”. (IPHAN, 1999).

O patrimônio imaterial não requer “proteção” e “conservação” no mesmo sentido das noções iniciais sobre a prática de preservação de bens culturais móveis e imóveis, mas identificação, reconhecimento, registro etnográfico, acompanhamento periódico, divulgação e apoio; enfim, mais documentação e acompanhamento e menos intervenção. Também não se aplica ao patrimônio imaterial o conceito de autenticidade, tal como comumente utilizado no campo de preservação. Esses princípios permitiram caracterizar o registro como instrumento de reconhecimento e valorização do patrimônio imaterial, correspondendo à identificação e produção de conhecimento sobre o bem cultural. O objetivo é manter o registro da memória desses bens culturais, pois esta é a única maneira possível de “preservá-los”.

A inscrição do bem é feita em um dos quatro Livros assim denominados: “Livro dos Saberes”, para o registro de conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; “Livro das Celebrações”, para as festas, rituais e folguedos que marcam a vivência do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e outras práticas da vida social; “Livro das Formas de Expressão”, para a inscrição de manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; e o “Livro dos Lugares”, destinado à inscrição de espaços como mercados, feiras, praças e santuários onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas. Assim, buscou-se evitar conceituações rígidas e aprisionadoras, com a expectativa de que essa definição abrangente venha a estimular o processo de construção do conceito de patrimônio imaterial, mantidos os parâmetros estabelecidos pela Constituição.

De fato, nas abordagens mais recentes, não se compreende os bens culturais materiais sem considerar sua dimensão imaterial, os valores neles investidos e o que representam, assim como não parece ser possível entender a dinâmica do chamado “patrimônio imaterial” sem o conhecimento da cultura material que lhe dá suporte.

O reconhecimento da importância dos elementos imateriais na constituição do patrimônio cultural tem servido, entre outras coisas, para lhe agregar mais sentido e significado e aproximá-lo mais do cotidiano das sociedades. Permanentemente acusado de elitismo e de monumentalismo, o preservacionismo ganha com isso maior penetração no campo social. Obriga-se também a uma ação mais aberta e compartilhada, pois as peculiaridades da proteção e da preservação de tais elementos demandam a integração de várias instâncias disciplinares e governamentais, bem com o concurso de outras áreas de atuação estatal que não unicamente a cultural. (UNESCO, 2002).

2.2 PATRIMÔNIO URBANO

A noção de “patrimônio urbano” situa-se na “contramão” do processo de urbanização dominante. É o resultado de uma dialética da história e da historicidade que se processa entre três figuras sucessivas da cidade antiga: memorial, histórica e historical. (CHOAY, 2001).

Uma cidade histórica constitui em si um monumento, e, ao mesmo tempo, é um tecido vivo: é o duplo postulado que permite a síntese das figuras reverencial e museal da conservação urbana e sobre o qual é fundado uma doutrina de conservação e restauração do patrimônio urbano. Pode-se resumi-la em três grandes princípios, de acordo com Choay, (2001):

- todo fragmento urbano antigo deve ser integrado num plano diretor local, regional e territorial, que simboliza sua relação com a vida presente; nesse sentido, seu valor de uso é legitimado, ao mesmo tempo, do ponto de vista técnico, por um trabalho de articulação com as grandes redes primárias de ordenação, e do ponto de vista humano, “pela manutenção do caráter social da população”;

- é enriquecido, continuamente, com novos tesouros que não param de ser valorizados e explorados; a “indústria patrimonial”, representa hoje, de forma direta ou indireta, uma parte crescente do orçamento e da renda das nações - para muitos estados, regiões, municípios, significa a sobrevivência e o futuro econômico; e é exatamente por isso que a valorização do patrimônio histórico representa um empreendimento considerável;
- a “embalagem” que se dá ao patrimônio histórico urbano tendo em vista seu consumo cultural, assim como o fato de ser alvo de investimentos do mercado imobiliário de prestígio, tende a excluir dele as populações locais ou não privilegiadas e, com elas, suas atividades tradicionais e modestamente cotidianas. Criou-se um mercado internacional dos centros e bairros antigos.

Quer se trate das funções econômicas e dos recursos de entretenimento oferecidos pelo patrimônio na sociedade de lazer, quer se trate de valores cognitivos, pedagógicos e artísticos, nenhuma das motivações institucionalmente reconhecidas ou reivindicadas permite interpretar o fervor com o qual o culto patrimonial é celebrado e se difunde no mundo inteiro.

A seguir destacam-se dois dos elementos do patrimônio urbano, destacados por Choay (2001): “monumento histórico” e “herança cultural”.

2.2.1 Monumento Histórico

Dentre os elementos que compõem o patrimônio cultural, tem-se o monumento que se constitui em uma edificação ou sítio histórico de caráter exemplar, por seu significado na trajetória de vida de uma sociedade, comunidade e por suas características peculiares de forma, estilo e função. Existem monumentos construídos especialmente para celebrar ou relembrar algum episódio, momento ou personagem de nossa história, criados por arquitetos, escultores, artistas. Outros são remanescentes do passado, que sobreviveram ao tempo, e que são consagrados pela sociedade como símbolos coletivos, e como referências da memória de um povo.

Os monumentos, em suas estruturas, formas e uso, revelam um momento determinado do passado, e são testemunhas dos modos de vida, das relações sociais, das tecnologias, das crenças e valores dos grupos sociais que os construíram, modificaram e utilizaram. Alguns monumentos continuam a servir à mesma função original, como as igrejas da época colonial. Outros servem a novas funções, como as Casas de Câmara e Cadeia, transformadas em museus ou repartições públicas. E alguns permanecem vazios, sem uso particular, constituindo frequentemente um pólo de atração turística, como por exemplo, os fortes para a defesa da costa ou das fronteiras do País.

Alguns são bem conservados em seu aspecto original, outros sofreram modificações ao longo do tempo para servir a novos usos, e há ainda os que se encontram em ruínas, como as Reduções Jesuítico-Guaranis no Rio Grande do Sul, no Brasil.

Um monumento é, antes de tudo, uma referência a um momento na trajetória histórico-cultural de um povo, um instrumento da memória coletiva. Assim, jamais pode ser estudado isoladamente, devendo então ser visto como um elemento do meio ambiente

histórico, e analisado em seu contexto social e histórico ao longo do tempo. Os objetos patrimoniais e os edifícios e centros históricos, os sítios arqueológicos e paisagísticos podem refletir a maior parte da História do Brasil e do mundo. Os objetos e monumentos do passado são a evidência concreta da continuidade e da mudança dos processos culturais.

A partir da década de sessenta, os monumentos históricos já não representam senão parte de uma herança que não para de crescer com a inclusão de novos tipos de bens e com o alargamento do quadro cronológico e das áreas geográficas no interior das quais esses bens se inscrevem (CHOAY, 2001). O domínio patrimonial não se limita mais aos edifícios individuais; agora compreende os aglomerados de casas e bairros, aldeias, cidades inteiras e mesmo conjuntos de cidades, como mostra a lista do Patrimônio estabelecida pela Unesco.

Segundo Choay (2001), o sentido original do termo “monumento” é o do latim *monumentum*, que por sua vez deriva de *monere* (“advertir, lembrar”), aquilo que traz à lembrança alguma coisa. A natureza efetiva de seu propósito é essencial: não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva. Nesse sentido, primeiro considera-se monumento tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças.

A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente, mas também esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter

e preservar a identidade de uma comunidade étnica, religiosa, nacional, tribal ou familiar. (CHOAY, 2001).

O monumento tem por finalidade proporcionar uma vivência do presente ou se constituir em objeto de saber e integrado numa concepção linear do tempo. Neste caso, seu valor cognitivo relega-o ao passado, ou à história em geral, à história da arte em particular, etc. Como obra de arte, dirige-se à sensibilidade artística, ao desejo de arte, tornando-se parte constitutiva do presente vivido, mas sem a mediação da memória ou da história.

2.2.2 Herança Cultural

Também faz parte da composição do patrimônio a “herança cultural”, a qual representa o que se quer conservar, artefatos de valores que são herdados. Se o valor é pessoal, refere-se à família de um povo ou herança pessoal; se o valor é comum ou nacional, refere-se à "nossa" herança. Frequentemente, herança é pensada em termos de valores de culturas reconhecidas. Por exemplo, uma residência normalmente não é julgada como herança ao menos que seja vista como parte da propriedade simbólica da cultura ou comunidade mais ampla, como um elemento da identidade daquela cultura ou comunidade. (HALL, 1994).

Herança não é um conceito livre de valor, pois sua definição abarca preservação, manutenção e representação de valores. Valores de herança podem ser altamente contestados, ou, em alguns casos, até mesmo incontestados.

Apesar da herança ser frequentemente vista como algo que deve ser preservado, para Hall (1994) pode ser conservada, aumentada e até mesmo usada. Nesse sentido, é um recurso que pode ser administrado e compartilhado.

Muitos países em desenvolvimento apresentam ricos recursos de herança, incluindo estruturas construídas como monumentos e locais arqueológicos, e expressões culturais como música, dança e drama. Ao mesmo tempo, tais países enfrentam desafios significativos de desenvolvimento e, frequentemente, opções no discurso sobre esses desafios. Assim, é compreensível que ocorra muitas vezes um desejo de empregar recursos culturais para explicar metas de desenvolvimento. Porém, não é uma tarefa simples sustentar esses recursos culturais e, ao mesmo tempo, estimular economias.

2.3 PRESERVAÇÃO NO MUNDO

2.3.1 Considerações Gerais

De acordo com Parent (1984, p. 112), a exigência relacionada à preservação não se restringe apenas a uma questão de antiguidade, como se definia em outros tempos. Dentro dos conceitos atuais, tende a englobar tudo o que se relacione a testemunhos culturais, ao estudo das mentalidades, aos modos de vida em todas as épocas, assim como aos vínculos do homem com a natureza, vistos de um modo amplo e global. Lemos (1981, p. 29) justifica a necessidade da preservação, ao considerar que:

Preservar não é só guardar uma coisa, um objeto, uma construção, um miolo histórico de uma grande cidade velha. Preservar é manter vivos, mesmo que alterados, usos e costumes populares. É fazer, também levantamentos de qualquer natureza, de sítios variados, de cidades, de bairros, de quarteirões significativos dentro do contexto urbano. É fazer levantamentos de construções, especialmente aquelas sabidamente condenadas ao desaparecimento decorrente da especulação imobiliária. Devemos, então, de qualquer maneira, garantir a compreensão de nossa memória social preservando o que for significativo dentro de nosso vasto repertório de elementos componentes do Patrimônio Cultural. Essa é a justificativa do “por que preservar”.

Já Coelho e Valva (2001, p. 73) destacam assim preocupação com a defesa do patrimônio:

Ainda, preservar significa guardar, defender, é salvar determinado objeto da degradação ou do desaparecimento. Portanto, a preocupação com a defesa de um monumento ou edifício tem em si um interesse objetivo: a salvaguarda do referido monumento ou edifício como marco de um importante monumento de nossa história para as gerações futuras, e mesmo para a atual, como documento e fonte de estudos e pesquisas.

Além do “por que” e “para que” preservar admite-se que toda a humanidade torna-se beneficiária deste ato, tendo em vista que é o conhecimento, a cultura e o desenvolvimento

que, de certa forma, dão passos adiante quando um monumento de interesse histórico é preservado. Não fosse essa forma de entender o patrimônio, a Unesco não instituiria o título de Patrimônio da Humanidade para os monumentos, núcleos urbanos e mesmo paisagens naturais que venham a contribuir com esse crescimento. Preservar, portanto, torna-se uma necessidade primordial para o estudo da arquitetura, para o estudo da história, das relações sociais, para o nosso auto-conhecimento e, especialmente, para a compreensão do presente como uma evolução de tudo o que até agora a humanidade presenciou. (LEMOS, 1981).

Segundo Santos (2001), na seleção e preservação de bens representativos a serem preservados, estão com certeza a igreja, os edifícios públicos, os palacetes, mas também os conjuntos residenciais das classes operárias, que juntamente com a elite fizeram e continuam fazendo história. Assim, constitui-se patrimônio cultural o entorno e o miolo de uma comunidade. Das edificações, passando pela gastronomia, pela música e todos os fazeres. O problema que emerge dessa situação é que, muitos elementos que fazem parte do cotidiano, passam despercebidos como valor cultural por gestores (públicos e privados) e até por seus próprios autores.

De acordo com Gutierrez (1983, p. 9), quando se fala em preservação do patrimônio arquitetônico, o que se tem como perspectiva é o resgate de formas culturais e respostas sociais que representarão, em qualquer situação, um papel fundamental no estabelecimento da memória histórica e na garantia de um processo dinâmico de cidadania. Esse autor ainda considera que:

A única maneira de preservar um patrimônio, garantir a identidade e crescer em consciência cultural tem raízes na participação dos usuários na gestão pública, a defesa do bem comum e o respeito cívico que nos ajude a recuperar o conceito e a imagem da cidade integrada.

Nesta gestão, conforme Ibarra (2001, p. 12),

O patrimônio não é algo que existe por si mesmo, nem os bens alcançam a categoria de bem patrimonial por propriedades inatas, senão que sua geração e seu desaparecimento responde a intervenção de diferentes agentes sociais geralmente relacionados com os grupos hegemônicos.

E, de acordo com Fonseca (1997, p. 11), em termos conceituais:

a constituição de patrimônios históricos e artísticos nacionais é uma prática característica dos Estados modernos que, através de determinados agentes, recrutados entre os intelectuais, e com base em instrumentos jurídicos específicos, delimitam um conjunto de bens no espaço público. Pelo valor que lhes é atribuído, enquanto manifestações culturais e enquanto símbolos da Nação, esses bens passam a ser merecedores de proteção, visando sua transmissão para gerações futuras. Nesse sentido, a política de preservação se propõe a atuar, basicamente, no nível simbólico, tendo como objetivo reforçar uma identidade coletiva, a educação e a formação de cidadãos. Esse é pelo menos, o discurso que costuma justificar a constituição desse patrimônio e desenvolvimento de políticas públicas de preservação.

2.3.2 Origem e Papel da UNESCO

A UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – foi criada em 16 de novembro de 1945, com a seguinte premissa: “Se a guerra nasce na mente dos homens, é na mente dos homens que devem ser construídas as defesas da paz”. (UNESCO, 2004).

Conta com 190 Estados Membros, sendo uma organização que visa a “cooperação intelectual para a produção e partilha do conhecimento”. Acompanha o desenvolvimento mundial e [...] auxilia os Estados Membros na busca de soluções para problemas que desafiam nossas sociedades”. Nesse sentido promove inúmeros estados, reflexões e reuniões,

aprofundando “exames por temas vitais para o futuro das sociedades, buscando consensos e definindo estratégias de ação”. (UNESCO, 2004).

A idéia dessa Organização internacional para a salvaguarda dos sítios culturais e naturais ocorreu durante uma conferência realizada em Washington, em 1965, que aprovou a proposta de criação de uma "Fundação do Patrimônio Mundial" para estimular a proteção das "zonas naturais e paisagísticas mundiais consideradas excepcionais, bem como os sítios históricos, para o presente e o futuro da humanidade".

Na área ambiental, em 1968, a União Internacional para a Conservação da Natureza e seus Recursos - UICN elaborou propostas similares para seus membros, as quais foram apresentadas na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio-Ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972.

A partir dessas iniciativas, estabeleceu-se um texto único, aprovado na Conferência Geral da UNESCO de 1972, que ficou conhecido como a “Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural”. Esta Convenção definiu os tipos de sítios culturais e naturais que poderiam ser inscritos na Lista do Patrimônio Mundial, fixando também os direitos e deveres que competiriam aos Estados-Membros em relação à identificação de sítios com potencial a integrar a Lista, bem como definindo sua função na proteção e preservação dos bens declarados Patrimônio Mundial.

A UNESCO se propôs a promover a preservação do patrimônio mundial, cultural e natural, considerado de excepcional valor para a humanidade. Os sítios selecionados para inclusão na Lista do Patrimônio Mundial são aprovados com base em suas qualidades, e

considerados como os melhores exemplos referenciais para destacar a riqueza e a diversidade do patrimônio cultural e natural da Terra.

Além dos critérios estabelecidos para inclusão nessa lista, os bens devem ainda satisfazer três exigências referentes a sua autenticidade, forma de sua proteção e administração. Ainda, é fundamental a existência de proteção legal desses bens em nível nacional, assim como assegurar a sua adequada gestão e integridade.

Dos 721 bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial representando o patrimônio dos cinco Continentes, 554 são sítios culturais, 144 naturais e 23 mistos. Desses, o Brasil possui 17, sendo que dois têm inscrição em conjunto com a Argentina. (CUSTÓDIO, 2003).

2.3.3 Cartas Patrimoniais

De grande importância para a compreensão das questões relacionadas ao patrimônio é o estudo dos documentos denominados “Cartas Patrimoniais”. Essas cartas sintetizam e registram os resultados dos encontros de especialistas, realizadas tanto em âmbito nacional quanto internacional, envolvidos na preservação e valorização do patrimônio cultural, e que se apresentam como recomendações a serem seguidas pelos países. Revelam e respaldam, ao longo do tempo, a atuação dos organismos responsáveis pela preservação, envolvendo tanto a realidade social quanto econômica e política de cada momento. (COELHO e VALVA, 2001, p. 82).

Em 1933, o IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (IV CIAM), apresentou como resultado de sua reunião, realizada na Grécia, um documento que entrou

para a história do século XX com o nome de “Carta de Atenas”, dedicando interesse objetivo sobre questões relacionadas ao patrimônio histórico e à conservação e preservação, tanto de monumentos quanto no que se relaciona à cidade como um todo. Em relação a esta última, considera que:

A vida de uma cidade é um acontecimento contínuo que se manifesta ao longo dos séculos por obras materiais, traçados ou construções que dotam-na de sua personalidade própria e dos quais emana pouco a pouco a sua alma. São testemunhos preciosos do passado que serão respeitados, a princípio por seu valor histórico ou sentimental, depois, porque alguns trazem em si uma virtude plástica na qual se incorporou o mais alto grau de intensidade do gênio humano. Eles fazem parte do patrimônio humano, e aqueles que o detêm ou são encarregados de sua proteção, têm a responsabilidade e a obrigação de fazer tudo o que é lícito para transmitir intacta, para os séculos futuros, essa nobre herança. (LÊ CORBUSIER, 1993, p. 118).

Analisando-se as conclusões gerais estabelecidas naquele Congresso, é possível perceber uma noção ainda conservadora de patrimônio, com um enfoque muito centrado na valorização do edifício ou objeto como um monumento isolado. Mas aparece também a preocupação com o entorno, apesar de expressar ainda uma idéia romântica, quase cenográfica da conservação. (COELHO e VALVA, 2001, p. 83).

A conferência recomenda respeitar, na construção dos edifícios, o caráter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança dos monumentos antigos, cuja proximidade deve ser objeto de cuidados especiais. (IPHAN, 1995, p. 16).

As “recomendações sobre medidas destinadas a proibir e impedir a exportação, a importação e a transferência de propriedades ilícitas de bens culturais” (IPHAN, 1995, p. 110), foram discutidas em Paris em novembro de 1964, começando a definir-se, de forma um pouco mais abrangente, o que constitui os bens culturais:

[...] são considerados bens culturais os bens móveis e imóveis de grande importância para o patrimônio cultural de cada país, tais como obras de arte e de arquitetura, os manuscritos, os livros e outros bens de interesse artístico, histórico ou arqueológico, os documentos etnológicos, os espécimes-tipo da flora e da fauna, as coleções

científicas e as coleções importantes de livros e arquivos, incluídos os arquivos musicais. (IPHAN, 1995, p. 119).

Naquele mesmo ano realizou-se o II Congresso Internacional de Arquitetura e de Técnicos de Monumentos Históricos, preocupado com o destino a ser dado aos edifícios de interesse histórico, após as necessárias obras de consolidação, restauro ou revitalização. No seu documento final, conhecido como “Carta de Veneza”, observa-se que:

a conservação de monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade; tal destinação é, portanto, desejável, mas não pode nem deve alterar a disposição ou a decoração dos edifícios. É somente dentro desses limites que se deve conceber e se pode autorizar as modificações exigidas pela evolução dos usos e costumes. (IPHAN, 1995, p. 110).

[...] desde que as técnicas tradicionais se revelem insuficientes, a consolidação de um monumento pode ser assegurada recorrendo-se a todas as técnicas modernas empregadas em obras de conservação e de construção, cuja eficácia tenha sido comprovada por meios científicos e pela experiência (...). Os elementos destinados a substituir as partes que faltarem deverão integrar-se harmoniosamente no conjunto, embora distinguindo-se dos elementos originais, a fim de que a restauração não falsifique o documento de arte e de história. (IPHAN, 1995, p. 111).

Três anos mais tarde, em dezembro de 1967, numa reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico, promovida pela OEA - Organização dos Estados Americanos em Quito, no Equador, destaca-se que todo trabalho de restauração deixa de ter continuidade no momento em que o conhecimento concreto passa a ser substituído por hipóteses, o que faz com que seja imprescindível, em todo trabalho dessa natureza, um prévio e profundo estudo histórico, em que a investigação é a base fundamental (IPHAN, 1995, p. 139). Essa investigação deverá embasar não somente a elaboração do projeto, mas também contribuir às decisões a serem tomadas, conforme COELHO e VALVA (2001, p. 102).

Ainda segundo esse autor, o objetivo principal em qualquer obra de restauro deverá sempre ser a preservação de um monumento e o respeito ao edifício ou núcleo urbano, à

história e, principalmente, à população. De acordo com a “Carta de Veneza”, a conservação de um determinado monumento pela restauração visa a salvuardá-lo, tanto como obra-de-arte quanto como testemunho histórico, o que, de certa forma, vem complementar a “Carta de Atenas”, quando esta ressalta que tais monumentos são:

testemunhos preciosos do passado que serão respeitados, a princípio por seu valor histórico ou sentimental, depois, porque alguns trazem em si uma virtude plástica na qual se incorporou o mais alto grau de intensidade do gênio humano. Eles fazem parte do patrimônio humano, e aqueles que os detém ou são encarregados de sua proteção, tem a responsabilidade e a obrigação de fazer tudo o que é lícito para transmitir intacta, para os séculos futuros, essa nobre herança. (LE CORBUSIER, 1993, p. 120).

Sem aprofundar as discussões acerca da restauração, concorda-se com Coelho e Valva (2001, p. 99), para quem:

restaurar significa recuperar, para o pleno uso, um objeto ou edifício desgastado, ou mesmo deteriorado, quer pela ação do tempo, quer pela ação do próprio homem. Trata-se, portanto, de uma recuperação, uma renovação de seus elementos ou partes danificadas, com a intenção de que possa novamente ser utilizado, mesmo que o novo uso não corresponda àquele conhecido originalmente.

Outra importante convenção sobre a salvaguarda do patrimônio mundial, cultural e natural foi realizada na Conferência Geral da Unesco – 17ª sessão, em Paris, em 16 de novembro de 1972, constando que o patrimônio cultural e natural são cada vez mais ameaçados de destruição, não somente pelas causas tradicionais de degradação, mas também pelas mudanças da vida social e econômica, que molestam com fenômenos de alteração ou destruição mais temíveis.

Conforme Cury (1995), a Conferência Geral já adotou instrumentos internacionais para a proteção do patrimônio natural e cultural, tais como a Recomendação que Define os Princípios Internacionais a serem Aplicados em Relação às Escavações Arqueológicas (1956), a Recomendação Relativa à Salvaguarda da Beleza e do Caráter dos Sítios e Paisagens (1962), a Recomendação sobre a Preservação dos Bens Culturais Ameaçados pela realização de Obras

Públicas ou Privadas (1968) e a Recomendação sobre a proteção, no Plano Nacional, do Patrimônio Cultural e Natural (1972). Desejando complementar e ampliar o alcance das normas e dos princípios formulados nesses instrumentos internacionais a Conferência Geral da UNESCO – 19ª sessão, realizada em Nairóbi, em 26 de novembro de 1976, diz respeito à recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea. Para essa conferência adota-se como definição de “salvaguarda” a identificação, a proteção, a conservação, a reabilitação, a manutenção e a revitalização dos conjuntos históricos ou tradicionais de seu entorno. A carta de Burra do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Austrália, 1980) apresenta definições quanto ao termo bem e sua significação cultural. Para o termo bem o designará um local, um edifício, ou outra obra construída, ou um conjunto de edificações ou outras obras que possuam uma significação cultural, compreendidos, em cada caso, o conteúdo e o entorno a que pertence; a expressão significado cultural designará o valor estético, histórico, científico ou social de um bem para as gerações passadas, presentes e futuras. Apresenta também definições quanto aos termos substância, conservação, manutenção, preservação, restauração, reconstrução, adaptação e uso compatível.

2.4 PRESERVAÇÃO NO BRASIL

2.4.1 Trajetória do IPHAN

A criação do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – teve origem em 1937, passando por várias mudanças e denominações, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1 – Trajetória do IPHAN

Sigla	Denominação	Criação / Transformação ato legal	Objetivo	Filiação
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	Lei n.º 378 de 13/01/1937	Cria o SPHAN	Ministério de Educação e Cultura
DPHAN	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	Decreto – Lei n.º 8.534 de 02/01/1946	Transforma o SPHAN em DPHAN	Ministério da Cultura
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	Decreto n.º 66.967 de 27/07/1970	Muda a denominação do DPHAN para IPHAN com autonomia administrativa e financeira	Ministério da Educação e Cultura
SPHAN	Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	Decreto n.º 84.198 de 13/11/1979	Transforma o IPHAN em SPHAN e retira sua autonomia	Ministério de Cultura
IBPC	Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural	Lei n.º 8029 de 12/04/1990	Cria o IBPC, transferindo a este as competências, acervo, receitas e cotações orçamentárias do SPHAN	Ministério de Cultura
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	Medida Provisória n.º 752 de 6/12/1994	Muda a denominação do IBPC para IPHAN	Ministério de Cultura

Fonte: www.min.gov.br/legislador, acesso em 10/06/004.

Diferentemente da Europa e de outros países⁶, no Brasil esse órgão foi criado pelos modernistas, em 1937, envolvendo intelectuais como Mário de Andrade, Lúcio Costa, Luis Saia, Manuel Bandeira, Rodrigo Mello, Franco de Andrade, entre outros, e não por pessoas ligadas às tendências conservadoras. Desde o seu início, o SPHAN, mais conhecido como o “Patrimônio”, foi

o grande baluarte a partir do qual Lúcio Costa e seus seguidores puderam difundir pelo país as suas idéias modernistas e a convicção de que no Brasil estes correspondiam claramente a uma retomada de uma simplicidade construtiva e de uma riqueza plástica que haviam sido estabelecidas no passado e, segundo eles, perdidas ao longo do século XIX e no início deste, devido à influência acadêmica. (REIS FILHO, 1994, p. 41).

⁶ Ao analisar a “tradição” do patrimônio, Reis Filho (1994, p. 41) observa que em muitos outros países, esses movimentos foram organizados como manifestação de um empenho público na preservação de espaços que os arquitetos modernistas pretendiam destruir e substituir por arquitetura moderna.

O *Patrimônio* nasceu em pleno governo de Getúlio Vargas, juntamente com um ideário de modernidade que se baseava no nacionalismo e na busca de uma identidade brasileira (COELHO e VALVA, 2001, p. 91). Nessa época, final dos anos de 1930, já se sentia uma extensão do conceito de patrimônio, aparecendo, além do monumento, a questão do valor histórico, artístico e natural e das paisagens e locais particularmente dotados de interesse. Na Constituição brasileira era a primeira vez que se concebia a idéia de patrimônio no sentido mais amplo, com a extensão da idéia de bens, alcançando os âmbitos particulares e públicos. Em 1946, o conceito foi ampliado mais ainda, considerando como pertencentes ao Patrimônio Cultural Brasileiro as obras, os monumentos, os documentos de valor histórico e artístico, as paisagens e os locais.

Na década de 1960, o IPHAN manteve uma ligação mais forte com a UNESCO, objetivando obter assistência técnica e legitimação internacional. Nesse momento verificou-se uma adequação e absorção de conceitos, medidas de salvaguarda e legislação recomendadas pelas cartas internacionais, adaptando-as às necessidades e realidades locais. Na legislação surgiu a idéia mais ampla de cultura, e a noção de compromisso que o Estado deveria ter em amparar a cultura nacional. Também se iniciou a idéia de um patrimônio ambiental e o mundo começou a pensar “ecologicamente” com a constituição de 1988, finalmente chegou-se a um conceito ampliado de “patrimônio cultural”: no âmbito histórico, artístico, paisagístico e turístico.

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados à manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988)

Sem dúvida exerceram atividades importantes e representaram o principal núcleo de reflexão teórica e histórica sobre a organização do espaço, mas sua atuação até hoje é traduzida muito mais como uma “intenção” do que realmente uma ação efetiva.

De acordo com o artigo 2º do Decreto-Lei n.º 2807, de 21 de outubro de 1998, tem por finalidade pesquisar, promover, fiscalizar e proteger o patrimônio cultural, nos termos da Constituição e, especialmente:

- I- formular e coordenar a execução da política de preservação, promoção e proteção do patrimônio cultural, em consonância com as diretrizes do Ministério da Cultura;
- II- formular e promover programas de cooperação técnica e aperfeiçoamento de recursos humanos para conservação e preservação do patrimônio cultural;
- III – desenvolver estudos e pesquisas, visando à geração de incorporação de metodologias, normas e procedimentos para conservação e preservação do patrimônio cultural;
- IV – promover a identificação, o inventário, a documentação, o registro, a difusão, a vigilância, o tombamento, a desapropriação, a conservação, a restauração, a devolução, o uso e a revitalização do patrimônio cultural;
- V – exercer os poderes discricionário e de política administrativa para proteção do patrimônio cultural brasileiro;
- VI – aplicar as penalidades previstas na legislação de proteção ao patrimônio cultural; [...] (IPHAN, 2004).

Apesar da ampliação do conceito de patrimônio estar sendo discutida e aceita há décadas, não é possível perceber nem se falar em uma atuação mais ampla por parte do IPHAN. Isso acontece, principalmente, pela dificuldade de ação e de prioridade política para a área de preservação, além da falta de integração entre as diversas atividades administrativas, ou seja, as ações voltadas para a preservação dos bens culturais são, em geral, discutidas isoladamente, quase como uma exceção, limitadas ao conhecimento técnico e específico.

Outra grande preocupação é o desencontro existente entre a busca de proteção e garantia da manutenção do patrimônio cultural frente às estratégias dos grupos que trabalham no mercado imobiliário. Esse setor vem conseguindo, ao longo do tempo, desestabilizar o

valor e a importância do processo de tombamento, provocando a desvalorização do bem tombado, além de promover campanhas que visam desinformar a população com relação ao valor tanto histórico quanto cultural da preservação.

Faz-se necessário então o emprego de outros mecanismos que envolvam, além dos poderes públicos, a população a qual o bem protegido diz respeito. Nesse aspecto é de fundamental importância que a política de preservação perceba a sintonia entre os sítios e monumentos a serem preservados e as necessidades da população. Portanto, dentro de determinados parâmetros de atuação técnica, previamente definidos, é a população os que vão diretamente conviver com o monumento e que, portanto, devem estar presentes na definição de melhor uso do mesmo. (COELHO e VALVA, 2001, p. 94).

Um exemplo dessa participação é o Projeto “Conhecer Para Preservar, Preservar Para Conhecer”, no estado de Goiás, nas cidades de Goiás e Pirenópolis. Trata-se de um trabalho de educação patrimonial junto à população dessas cidades, que já vem sendo desenvolvido a algum tempo demonstrando ótimos resultados, o que incentiva os órgãos envolvidos a aceitarem proposta de ampliação da área de abrangência do projeto.

2.4.2 Tombamento

Em nível estadual, de acordo com a Lei n.º 1.211 (BRASIL, 1953), Tombamento é a restrição administrativa realizada pelo Estado, em face do interesse da cultura e da proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, proibindo demolição ou modificação de prédios tidos como monumentos históricos e exigindo que seus reparos obedeçam a sua caracterização.

Segundo o Decreto Lei n.º 25⁷ (BRASIL, 30 de novembro de 1937) tomba é o ato de registrar o tombamento no livro n.º 3 do Registro de Imóveis, bem como no Livro do Tombo Arqueológico, Etnológico e Paisagístico, Livro do Tombo Histórico, Livro do Tombo de Belas Artes ou Livro do Tombo das Artes Aplicadas. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre a proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico; e aos Municípios, promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988).

Dessa forma, o tombamento pode ser executado pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, podendo recair em bens particulares e públicos. É possível o tombamento concomitante de um mesmo bem praticado pelos Poderes Públicos da Federação. O bem a ser tombado tem de possuir um valor relevante para a comunidade, em termos da memória nacional, estadual e municipal. A responsabilidade do bem tombado não é só do Poder Público, uma vez que o seu proprietário também deve realizar as reformas necessárias do bem.

Em relação aos procedimentos administrativos do tombamento, este se inicia com a identificação do bem de valor cultural, cuja proteção é importante para a preservação da memória nacional. Então o poder público realiza um plano para o tombamento, que poderá recair sob um único bem ou um conjunto de bens com as mesmas características. Em âmbito federal, o tombamento tem início com a proposta de inscrição no IPHAN, identificando o bem e sua importância. Em nível estadual, inicia-se com a proposta de inscrição do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico – CONDEPHAAT, identificando o bem a ser tombado pelo Governo do Estado.

⁷ Esse decreto dispõe sobre questões de venda, reforma e construções no entorno dos bens tombados.

3 TURISMO E INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÔNIO

Dando continuidade ao aprofundamento teórico, aborda-se neste capítulo o Turismo Cultural, enfocando sua conceituação, suas características e seu Planejamento em cidades históricas. Em seguida, trata-se particularmente da Interpretação do Patrimônio Cultural, com base na sua evolução conceitual, suas características e seus princípios. Encerra-se o capítulo com um Modelo de Plano Interpretativo referencial para a posterior análise da interpretação cultural nas reduções de São Miguel das Missões, enfocada no capítulo 5.

No presente capítulo, a relação entre Turismo e Patrimônio é tratada no âmbito do Turismo Cultural, em que o homem, ao se relacionar com o ambiente, constrói o seu modo de vida e nele estabelece relações:

Há entre o homem e o seu espaço cultural uma relação de tipo ecológico. O ambiente é uma referência fundamental porque nele estão impressas as marcas de construção da história pessoal, e, também, da história coletiva. Levado pela necessidade de buscar os meios de sobrevivência, o homem trabalha e plasma a superfície da terra, constrói objetos que são reveladores do seu modo de viver e fazer. Seus saberes, seus usos e costumes, seus mitos, seus ritos, suas formas de manifestar tensões e aspirações, suas festas, são todos eles signos da sua cultura. (RIBEIRO, 1998, p. 54).

3.1 TURISMO CULTURAL

3.1.1 Conceituação e Características

Ao longo do século XX, mas em especial em suas duas últimas décadas, o turismo segmentou-se em diversas modalidades para atender aos mais variados desejos e necessidades da demanda turística. Dentre essas, destaca-se o chamado turismo cultural como aquele dirigido a atender especificamente à demanda por produtos e serviços culturais relacionados à história, arte, folclore, entre outras. Configura-se como um dos segmentos emergentes que vem se desenvolvendo nos últimos anos, baseado em abundante e variado patrimônio traduzido em recursos e atrativos turísticos.

De acordo com Baudrihaye (1997, p.43), o turismo cultural tem sido considerado desde um triplo enfoque: como a superação do turismo consumista e de evasão, como forma de unir os povos e como meio de desenvolvimento econômico para regiões sem a oferta clássica de lazer e entretenimento.

O turismo cultural apela à criação e à memória do homem, ao testemunho de seu passado, a sua história. Ao se entender por cultura tudo aquilo que tem sido transformado pelo homem, considera-se turismo cultural não somente aquele que envolve as obras-de-arte, os museus e os monumentos, mas também os recursos encontrados no meio ambiente (BAUDRIHAYE, 1997, p. 44).

O conceito de Turismo Cultural vem se transformando e se adaptando às novas exigências da demanda, numa evolução paralela ao conceito de patrimônio, em que se considera cada vez mais um maior número de fatores e elementos. Patrimônio e Turismo Cultural são duas realidades intimamente ligadas, que nem sempre apresentam interesses comuns, mas apesar disso se desenvolvem de forma dependente.

Segundo Klein (2003), turismo cultural é “uma viagem, a lugares diferentes da residência habitual, de um público interessado em conhecer e compreender outras culturas, contemplando e vivendo todas as atividades culturais existentes”. Aqui é feita uma crítica a essa definição, pois nem todos os turistas cujo motivo principal da viagem é a cultura, contemplam e vivem todas as atividades culturais existentes. Dependendo de seu interesse, disponibilidade e vontade, pode vivenciar todas ou algumas dessas atividades.

No entanto, há um consenso de que o turismo cultural assenta-se na busca do conhecimento de tudo aquilo que se convencionou chamar de patrimônio histórico, artístico e cultural. O patrimônio deixado pelas antigas civilizações continua a despertar o interesse de turistas que se deslocam para todas as partes do mundo, com o objetivo de conhecê-lo, mesmo que esteja em ruínas; e conhecer as maravilhas dessas civilizações empolgam os turistas, que se encantam com o patrimônio cultural presente nas pequenas comunidades que o preservam e valorizam.

É inegável o risco que suporta a conservação do patrimônio em relação a sua utilização turística. Não se pode esquecer que o Patrimônio Cultural é um recurso muito sensível, já que são muitos os fatores, tanto físicos como sociais, que podem danificar de forma irreparável os bens.

Especificamente em relação ao patrimônio imaterial, este é talvez mais delicado e complexo de prever e controlar, pois a presença incontrolada do Turismo pode transformar, de forma irreversível, o valor simbólico que representa para as comunidades anfitriãs. As conseqüências imediatas são a perda da identidade cultural e da autenticidade, transformando a cultura tradicional em uma mera representação teatral.

O turismo cultural vem apresentando boas expectativas de crescimento em um futuro imediato. De caráter mais “individual”, é praticado por turistas de maior poder aquisitivo e mais exigentes, entrando em catálogos de operadoras turísticas e agências de viagens especializadas.

Esse turista não é um turista acidental, senão alguém que decide e programa suas viagens cuidadosamente, para quem os aspectos econômicos podem ser secundários, mas não a relação qualidade/preço. É um viajante especialmente sensível à qualidade, à exatidão de informações recebidas, ao respeito a paisagem, ao entorno, à contaminação acústica e à estética. (BAUDRIHAYE, 1997).

Segundo Andrade (1995, p. 27) a motivação cultural:

é o desejo ou necessidade de participar de ambientes e sociedades diferentes dos que lhes são próprios, [...] ele (o turista) se dispõe a interferir e integrar-se em um processo cultural, como elemento ativo e passivo de influência. A esse desejo e necessidade chamamos motivação cultural.

Já segundo Meneses (1996), a motivação cultural, “é uma experiência social que responde a uma necessidade conforme um sentido e um valor”. Por sua vez, Barretto (1995) identifica a motivação turística cultural de modo diferente, como sendo a daquele “turista que tem como objetivo conhecer os bens materiais e imateriais produzidos pelo homem”.

Concorda-se com o pensamento de Morel (1996) de que nas duas primeiras conceituações de motivação cultural há uma ênfase na necessidade do turista interagir socialmente no local visitado. Por outro lado, a última definição faz menção à vontade que o turista tem de conhecer bens “construídos” pelo homem, que refletem uma “[...] personalidade histórico-artística de cada complexo e grupo humano, e constitui a identidade cultural de cada povo”.

3.1.2 Gestão do Turismo em Cidades Históricas

Em alguns países, o turismo intrinsecamente ligado a monumentos, edificações e heranças culturais constitui, ao que parece, a única razão para proteger tais elementos, ao menos enquanto podem ser considerados como locais de interesse, ou melhor, atrativos turísticos. Um turismo comunitário, moderado, poderia ter, desde logo, efeitos positivos na preservação. No entanto não é isto o que vem ocorrendo

O turismo massivo, a partir da década de 1970, tem vitimado as paisagens culturais, representando antes de tudo um perigo (ICOMOS, 2000). É decepcionante comprovar que, apesar de todas as garantias expressas nas inúmeras conferências sobre o tema *Turismo e Preservação*, o Turismo segue sem se comprometer nesse sentido. Muitas vezes explora o patrimônio cultural mediante seu uso excessivo, às vezes danoso, mas não oferece nenhuma ajuda financeira para a proteção e preservação do monumento (ICOMOS, 2000), como acontece no caso das tumbas egípcias⁸.

⁸ Neste caso acontece exploração de forma desordenada, vitimando o local, sem retorno financeiro para preservação do mesmo.

A partir da década de 1990, diversos organismos internacionais e centros de investigação vêm chamando a atenção sobre a necessidade de modificar os modelos de gestão do turismo nas cidades históricas para que elas possam explorá-lo de forma mais adequada. Nessas cidades, faz-se necessário um importante esforço de gestão e marketing urbano, aplicado à promoção das mesmas em geral e dos centros urbanos em particular.

Segundo Vinuesa (1998), para as cidades históricas se desenvolverem levando em consideração a sustentabilidade turística, é necessário criar uma ética de sua valorização e seu uso, assim como implementar novos códigos de conduta que promovam novas práticas turísticas. Neste sentido parece recomendável:

- desenvolver campanhas de informação, impulsionadas pela própria cidade histórica para difundir seus valores e os riscos que pode implicar uma mal utilização destes bens culturais;
- criar uma nova ética turística sustentável mediante campanhas de informação, sensibilização, guias de boas condutas, etc;
- capacitar profissionais do setor turístico para que compreendam a importância da nova ética turística e possam transmitir aos visitantes em suas cidades;
- incentivar cursos de formação relacionados com o artesanato, as tradições locais, a conservação do patrimônio, etc. (VINUESA, 1998, p. 27).

Ainda que tradicionalmente se considere o enriquecimento pessoal pelo contato com pessoas de outras culturas e países, como um dos atrativos do Turismo Cultural, em muitos

locais esse contato com a população local se limita a comerciantes e hoteleiros. Tal intercâmbio mercantil dificulta a emergência de outras formas de relação social.

De acordo com Ibarra (2001, p. 25), a oferta patrimonial desde uma perspectiva turística deve cumprir três funções bem diferenciadas:

- Os elementos patrimoniais podem constituir o atrativo fundamental, a motivação principal da viagem; são bens de grande atratividade que, por si mesmos, são capazes de gerar o atrativo suficiente para motivar a atividade turística;
- Os elementos patrimoniais se apresentam associados a outros recursos de diferentes categorias, constituindo-se somente uma parte a mais dos atrativos que se complementam com variado tipo de oferta;
- Os elementos patrimoniais adquirem um papel complementar ou secundário dentro da oferta turística, sendo esta a situação mais freqüente. O patrimônio gera um valor de imagem ao destino, de efeito diferenciador frente aos competidores e de imagem de qualidade. Em alguns casos esta utilização não passa de mera propaganda publicitária.

Disposto ao uso turístico, o patrimônio necessita de determinadas ações que permitam por em contato direto o turista com o bem cultural. Além de investigar, restaurar, conservar e interpretar, é preciso em algumas ocasiões recorrer a outras estratégias que facilitem a atividade turística. Tais estratégias têm como objetivo fundamental a transformação de patrimônio em produto, aumentando a imagem e o atrativo do mesmo, e facilitando seu consumo.

Do ponto de vista da demanda, o visitante deverá viver uma experiência gratificante, onde o produto a consumir não será o patrimônio em si (vestígios arqueológicos, personagens ilustres, elementos arquitetônicos, cultura tradicional e popular), mas as experiências e serviços criados em torno do mesmo. Os recursos intangíveis do espaço temático patrimonial significam utilizar feitos históricos, lendas, mitos ou personagens, desenvolvendo roteiros, itinerários, eventos ou ambientações de lugares, com o fim de transportar o tempo aos visitantes ou para recordar, de forma atrativa e interessante tais acontecimentos. Do ponto de vista da oferta, deve-se destacar a necessidade de incremento de esforços relacionados à conservação do patrimônio. Somente dessa maneira os bens culturais podem ser à base de produtos turísticos. É necessário analisar melhor a oferta, conhecer de maneira precisa as preferências dos turistas e visitantes, e o nível de satisfação acerca dos recursos e produtos disponíveis. (BAUDRIHAYE, 1997).

De uma adequada e respeitosa gestão do legado cultural depende que o turismo não se converta em um instrumento de destruição, mas sim de revalorização de cidades e espaços. Seus ingressos podem redundar na melhoria do nível de vida dos residentes e em atrair recursos para conservar, restaurar e aumentar o patrimônio cultural.

De acordo com Baudrihaye (1997, p. 46):

Deve-se partir do princípio de que no turismo cultural a rentabilidade econômica direta do operador não é a prioridade, como é tradição na exploração de outros tipos de produtos turísticos (sol e praia, negócios, congressos, etc.). Caso contrário, a exploração turística poderá contrariar os interesses culturais e econômicos da população, do local, da região e até do país, sendo destruidora da própria matéria-prima, ou seja, dos atrativos culturais. É preciso que haja um equilíbrio entre a conservação do atrativo e o negócio mercantil.

Para que exista um verdadeiro produto de turismo cultural não basta dispor de um patrimônio cultural ou organizar algumas atividades culturais. Requer-se também uma oferta de alojamento, alimentação e entretenimento de qualidade, um sistema de reservas e de vendas confiáveis, um entorno de qualidade de acordo com as especificidades dos segmentos de turistas que se quer atrair. Muitas instituições públicas e privadas têm fracassado por não considerar suficientemente esse aspecto estrutural.

Um itinerário cultural não se converte automaticamente em um itinerário turístico, a não ser que contenha uma oferta completa, a que se somem adequados meios de comunicação e de transporte. Em muitos casos, apesar da existência de atrativos históricos e culturais dignos de visita, existe pouca infra-estrutura turística que possibilite a sua exploração. Isto ocorre em muitos itinerários de interesse histórico e cultural, nos quais a rede de transportes e de comunicação não compõem com os serviços de alojamento, alimentação e entretenimento, uma oferta turística de qualidade. (BAUDRIHAYE, 1997).

A gestão de turismo cultural não deve se basear somente no que já existe, na mera exploração do legado. Deve ser renovada, ter um dinamismo próprio. É necessário que exista uma capacidade de inovar, criando uma oferta cultural dinâmica com base em obras-de-arte, edifícios, jardins, museus, centros culturais, música, festivais, em muitos casos recuperando e valorizando uma oferta “enterrada” e esquecida, mas autêntica. Assim, respeitando a dimensão plural de cultura, poderá ser fonte fecunda de renovação; caso contrário, apenas facilitará sua degradação, mascarando-a ou pasteurizando-a, transformando-a em simples produto de mercado.

Criar, conservar, melhorar um produto cultural ou um destino de turismo cultural exige um esforço que não é imediatamente rentável. É preciso considerar que a gestão responsável do patrimônio é mais importante do que os benefícios extraídos. Daí a necessidade de que a população e a administração atuem de comum acordo e que a gestão turística seja transparente e eficaz, tal como destaca Baudrihaye (1997, p. 52):

A opinião pública deve perceber, com clareza e objetividade, que os benefícios do turismo são para todos e não somente para os proprietários dos estabelecimentos. Ao mesmo tempo, deve-se compensar todos os residentes, mesmo os que não se beneficiam diretamente do turismo, pois às vezes o suportam. Assim oferecem uma cidade mais limpa, melhor organizada, urbanizada, com parques, em suma, uma cidade mais habitável em que os residentes recebam mais e melhores serviços por seus impostos.

O patrimônio não é renovável. A sua destruição supõe seu desaparecimento definitivo. De um lado, o Turismo é uma atividade de alto impacto, e ainda que adequados planejamentos e estratégias reduzam as conseqüências negativas da sua exploração como aceitáveis, o risco estará sempre presente. Mas, de outro lado, o Turismo gera uma série de benefícios nos locais em que se desenvolve que podem se estender ao próprio patrimônio.

A preocupação de que o turismo nem sempre possa ser positivo para uma coletividade não pode ser descartada. Simplesmente uma localidade com um rico patrimônio histórico e cultural pode ser transformada em um ambiente pouco satisfatório de viver, quando passa a ser usufruída pelos turistas e não pelos residentes, quando estes últimos começam a perder seus referenciais ou sua própria identidade. Daí o pensamento de Meneses (1996), para quem “o tipo de turismo que propusemos e praticarmos dependerá do tipo de relações que julgarmos aceitáveis e desejáveis entre os homens, isto é, do modelo de sociedade pelo qual optamos”.

3.2 INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÔNIO

3.2.1 *Evolução Conceitual*

Como já visto no capítulo 2, o conceito de patrimônio tem evoluído e nas últimas décadas se converteu na “estrela” dos discursos teóricos sobre os Bens Culturais. Do fetichismo formalista à socialização do desfrute dos elementos patrimoniais, há uma distância, conceitualmente falando, que tem passado pela democratização do patrimônio cultural. Nesse processo, a interpretação está adquirindo um papel fundamental como meio para comunicar conteúdos culturais a um público cada vez mais numeroso.

Segundo Castells et al. (1999), ambos os conceitos têm evoluído sincronicamente a partir dos trabalhos de interpretação de Freeman Tilden: ao mesmo tempo em que se estendia legalmente a consideração do patrimônio se ampliavam os princípios da interpretação. Na teoria da interpretação, a obra pioneira deste autor, “*Interpretating Heritage*” (Interpretação do Patrimônio), publicada em 1957, é considerada referência ainda hoje.

Murta e Goodoy (1995) situam a origem da interpretação do patrimônio nos anos de 1950 e 1960, nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, respectivamente. Nos Estados Unidos baseou-se em uma orientação que ia além da preservação de parques nacionais, unida à preocupação de difusão dos valores naturais e da criação de “reconstruções históricas” junto ao público. Para esses autores, a prática sistemática da interpretação foi estabelecida pelo Serviço Nacional de Parques dos Estados Unidos em finais da década de 1950. Freeman Tilden, que escreveu o primeiro livro sobre o assunto, trabalhava para sensibilizar o crescente

número de visitantes dos Parques de Yosemite e do Grand Cannon sobre “a importância da preservação daqueles santuários naturais”. (MURTA e GOODEY, 2000, p.15).

Já na Grã-Bretanha, “os conceitos de interpretação ambiental foram utilizados nos trabalhos pioneiros do *National Countryside Commission*, visando à valorização de áreas rurais, parques e reservas naturais”. (MURTA e GOODEY, 2002, p. 15).

Na década de 1970 a prática da Interpretação evoluiu “passando a incluir áreas significativas do ambiente urbano”, destacando-se aqui o planejamento interpretativo. Na década seguinte criaram-se atrações históricas e culturais dirigidas a ávidos consumidores. O patrimônio é visto em uma perspectiva integral, e a interpretação se consolida no cenário mundial. (MURTA e GOODEY, 1995).

Nos últimos anos, o conceito de interpretação tem evoluído para um sentido mais amplo e integrador, superando o objeto, o monumento e até o entorno monumental ou o território. Assim, vem sendo utilizado como método de dinamização de lugares históricos e monumentos compreendendo o conjunto de dispositivos por meio dos quais se tenta “dar vida” ou significado aos objetos patrimoniais que estão separados ou despojados de seu contexto original. (CABADO e MARCO, 2001).

Assim, a interpretação se desenvolve tanto em referência aos elementos culturais quanto ao próprio entorno, em um contexto que implica o maior número de objetos e conceitos para chegar à compreensão da realidade em toda sua complexidade. Qualquer patrimônio é portador de vários significados e valores como os simbólicos (religiosos, ideológicos e políticos, entre outros), materiais, econômicos, documentais, históricos e/ou estéticos.

De acordo com a “*Heritage International Interpretation*”⁹ (Interpretação do Patrimônio Internacional), se entende por interpretação a arte de explicar o significado e o sentido de um lugar que se pode visitar, quer dizer, um método de apresentação, comunicação, exploração coerente do patrimônio. Nesse sentido, nela estão presentes quatro funções: social, cultural, educativa e turística. (TILDEN, 1997).

Dentre essas, Tilden (1997) destaca a função educativa, considerando que a interpretação ambiental “é uma atividade educacional que objetiva revelar significados e relações através da utilização de objetos originais, de experiências de primeira mão e por meio de mídia ilustrativa, ao invés de simplesmente comunicar informações factuais”. Tal pensamento é complementado por Morales (1998), para quem “a interpretação do patrimônio é a arte de revelar *in situ* o significado do legado natural, cultural ou histórico, ao público que visita esses lugares em seu tempo livre”. Assim, o maior mérito da ação de interpretar é popularizar o conhecimento ambiental e preservar o patrimônio, induzindo a atitudes de respeito e proteção.

Para Murta e Goodey (2002, p. 14):

Mais que informar, interpretar é revelar significados, é provocar emoções, é estimular a curiosidade, é entreter e inspirar novas atitudes no visitante é proporcionar uma experiência única com qualidade. Para atingir seus objetivos, a interpretação utiliza várias formas da comunicação humana - teatro, literatura, poesia, fotografia, desenho, escultura, arquitetura - sem, todavia se confundir com os meios de comunicação ou equipamentos que lhe servem de veículos para expressar as mensagens: placas, painéis, folders, mapas, guias, centros, museus, etc.

Considera-se que a interpretação de lugares, acervos e coleções, saberes e fazeres culturais é, antes de tudo, um instrumento de comunicação com o morador, o visitante e o turista. Por isso, adota-se, no âmbito dessa dissertação, o conceito de Murta e Goodey (2002) para quem:

⁹ Associação para Interpretação do patrimônio cultural fundada em 1975.

interpretar é um ato de comunicação, [...] é a arte de comunicar mensagens e emoções a partir de um texto, de uma partitura musical, de uma obra-de-arte, de um ambiente ou de uma expressão cultural. [...] interpretar o patrimônio é o processo de acrescentar valor à experiência do visitante, por meio do fornecimento de informações e representações que realcem a história e as características culturais e ambientais de um lugar.

Sintetizando, entende-se que a interpretação oferece uma visão contextualizada e integral do território baseada tanto nos vestígios culturais como naturais. Com isso, vai-se além da museologia tradicional que prioriza o objeto material, e incorpora-se ao discurso interpretativo outras expressões e manifestações culturais, de raiz mais profunda e com maior sentido cultural que o próprio objeto, o denominado patrimônio intangível. Este último não resulta tão evidente, mas se encontra próximo ao cidadão, e permite trabalhar valores espirituais e tradicionais, costumes locais, etc. (MURTA e GOODEY, 2002)

Ainda, utilizando-se de diferentes fontes de conhecimento e formas de comunicação o ambiente interpretado convida e facilita ao visitante chegar mais perto, experimentar, interagir, conhecer, aprovar ou criticar a dinâmica cultural naquele contexto. A interpretação preocupa-se com a relação morador/visitante e propõe que todos usufruam de paisagens, objetos, monumentos e momentos de presença no lugar, ao invés de consumi-los apressadamente, como algo descartável e de fácil substituição. (MURTA e GOODEY, 2002)

3.2.2 Características e Princípios

A rapidez do processo de mudança trouxe o sentimento de perda do sentido do passado, do desenraizamento e do esquecimento fácil, originando a necessidade de indivíduos de coletividades retomarem a seu passado, na busca de elementos que permitam uma

recomposição de sua identidade. Nesse sentido utilizam-se técnicas de olhar, vivenciar e apreciar, reafirmando não apenas o sítio e os objetos, mas as oportunidades dos visitantes aprenderem novas formas de se relacionar com o lugar.

A interpretação permite a conservação íntegra e a melhora dos elementos patrimoniais naturais e culturais, no marco de uma economia sustentável; supõe a difusão pública e educativa dos valores deste patrimônio mediante sua utilização social, e contempla a harmonização dos usos científicos, culturais e econômicos.

O conjunto interpretativo oferece ao visitante a possibilidade de entrar no local, desfrutá-lo, escolhendo os fragmentos do patrimônio que antes existiam, mas que agora se encontram organizados e contrastar o que já sabia com o que aprendeu. Pode-se basear em objetos patrimoniais separados, em conjuntos (mais ou menos homogêneos), em paisagens (urbanos, industriais, rurais ou naturais), ou em personagens, acontecimentos históricos, conceitos e narrações. Reflete-se nos museus interativos, exposições com diversos níveis de leitura, narrações baseadas nas emoções, encenações, audiovisuais multimídia, etc.

Visto que o patrimônio inclui códigos difíceis de interpretar, o que se pretende é a adequação das mensagens para melhorar a qualidade da experiência do usuário, entretendo-o e oferecendo-lhe novas experiências, que lhe permita conhecer, de forma acessível, o sentido das coisas estimulando sensações (CABADO e MARCO, 2001). Dentre as características básicas da interpretação citadas por vários autores, destacam-se as seguintes:

- é comunicação atrativa e oferece uma informação breve;
- realiza-se na presença do objeto, ou seja, ocorre no lugar dos acontecimentos;

- revela um significado, mostrando uma visão da história desde o ponto de vista social;
 - o objeto, o recurso patrimonial, somente serve de suporte para explicar fatos e acontecimentos;
 - os recursos patrimoniais se estruturam como parques temáticos vinculados intimamente ao território que os acolhe; as temáticas não são artificiais (inventadas) ou importadas;
 - O espaço (museu) se concebe como uma experiência vivencial que deve deixar marcas na memória;
 - A economia sustentável do recurso (monumento, parque, museu), ou seja, os ingressos devem permitir uma contínua melhora da experiência e facilitar as tarefas básicas de conservação, investigação e documentação;
 - Deve produzir mudanças nos âmbitos cognitivos, afetivos e comportamentais do visitante.
- (CABADO e MARCO, 2001).

Além dessas características deve-se considerar que a escolha dos meios e técnicas mais adequados dependerá sempre do lugar ou objeto a ser interpretado e do público a quem se destina a interpretação. Tilden (1997, p.18) lista alguns princípios, já clássicos, para nortear a filosofia do esquema interpretativo:

- sempre "focalizar os sentidos do visitante, de forma a estabelecer a conscientização pessoal sobre determinadas características do ambiente;
- *revelar* sentidos com base na informação e não apenas informar;
- *utilizar* muitas artes visuais e de animação, seja o material apresentado científico, histórico ou arquitetônico;
- *não apenas instruir, mas provocar*, estimulando a curiosidade do visitante, encorajando a exploração mais aprofundada do que está sendo interpretado;

- apresentar a *história completa*, em vez de *parte desta*; dirigir-se à pessoa inteira;
- ser acessível a um *público o mais possível*, levando em consideração necessidades especiais.

A esses princípios podem ser acrescentados ainda mais quatro, segundo esse mesmo autor:

- iniciar a interpretação em *parceria com a comunidade*, estimulando a troca de conhecimentos e recursos;
- adotar uma *abordagem abrangente*, ligando os temas do passado, do presente e do futuro, realçando a dimensão sócio-econômica, ao lado das dimensões histórica, ecológica e culturais;
- fomentar a aceitação e a tolerância como valores democráticos;
- considerar sempre o atendimento ao cliente, indicando ou provendo instalações básicas, como sanitários, segurança, pontos de descanso e estacionamento, além da segurança, limpeza etc. (TILDEN, 1997, p. 18).

3.3. INTERPRETAÇÃO NO TURISMO CULTURAL

3.3.1 Fundamentos

Nas últimas décadas, o crescente número de visitantes a sítios históricos e naturais tem levado o governo, os empresários e a comunidade local a gerenciar e promover seu patrimônio como recurso educacional e como recurso de desenvolvimento turístico. Uma das

estratégias é a interpretação do patrimônio para visitantes, associada a sua revitalização, concentrando-se em criar atrações históricas e culturais para um mercado ávido por consumi-las. Assim, num contexto de rápido crescimento das várias formas do turismo cultural e de natureza, a interpretação, enquanto veículo de comunicação tornou-se ainda mais crucial para despertar atitudes preservacionistas entre comunidades receptoras, visitantes e empreendedores turísticos. (MURTA e GOODEY, 1995).

Nesse sentido, concorda-se com Magalhães (1985) que o turismo cultural se viabiliza, em grande parte, através da interpretação planejada e realizada junto com a comunidade. Esta é “a melhor guardiã de seu patrimônio”, e a melhor “anfitriã de seus visitantes”. Pelo método interpretativo, o lugar, além de se expor naturalmente à apreciação do público, pode “falar” sobre si mesmo explicitando sua identidade.

Para Pires (2001), a interpretação da cultura tende a uma visão unilateral como algo acessível a um determinado tipo de público, uma postura equivocada que afasta o grande público desses locais. Conforme esse autor, entende-se aqui cultura de forma flexível, interpretando-a no turismo como atividade de lazer e entretenimento, voltada para o mercado, onde esta se constitui em um diferencial protagonizado pelos hábitos e costumes de comunidades ou sociedades em diferentes lugares do planeta. O turismo se apropria dessas manifestações numa ótica de mercado, porém as valorizando. Essa valorização implica tanto em preservação, como também em incentivo aos seus protagonistas na forma de recompensa financeira.

Murta e Goodey (1995) complementam essa visão, afirmando que a prática da interpretação das várias paisagens culturais presentes num sítio histórico pode prover a ligação entre os interesses do turismo e da conservação, desde que o objetivo seja o fortalecimento

cultural da comunidade e a busca de estratégias econômicas que desenvolvam suas habilidades e seus conhecimentos. Tal como a cidade, os sítios históricos proporcionam uma variedade de atrações turísticas, além de ser um foco para a identidade cultural das comunidades que aí vivem, um recurso para a educação formal e informal e, no caso de centros de grandes cidades, a base para a renovação econômica de uma área. (MURTA, 1995).

Em suma, para fazer da viagem uma experiência verdadeiramente cultural é necessário, no entanto, desenvolver a preservação e interpretação dos bens culturais, traduzindo seu sentido para quem os visita. Mais que informar, a interpretação tem como objetivo conscientizar as pessoas do valor de seu patrimônio, encorajando-os a conservá-lo. Esta é a sua essência.

Uma boa interpretação leva o turista sentir que uma cidade histórica ou um sítio arqueológico são lugares especiais. O som de um órgão pode criar um clima especial e valorizar a visita a uma igreja barroca. A história de uma cidade através dos séculos pode ser melhor fixada na memória das pessoas através de painéis bem desenhados. Um sítio arqueológico com trilhas interpretativas e serviços de apoio adequados pode levar não apenas à melhor apreciação, mas também induzir atitudes preservacionistas. (MURTA e ALBANO, 2002, p. 10).

Numa cultura ocidental globalizada, que busca o entretenimento a todo custo, é fundamental tocar a emoção, provocar as pessoas, estimular novas formas de olhar, de ver e apreciar. Faz-se necessário consolidar a prática da interpretação do patrimônio para propiciar o desenvolvimento cultural das comunidades e fortalecer o turismo sustentável (MURTA e ALBANO, 2002, p. 10). Dessa forma, o turismo cultural terá a sua disposição amplas possibilidades de atrair visitantes por meio de exposições, festivais musicais, teatros recreações históricas e festas tematizadas, etc.

O sucesso depende de muitos fatores e certamente envolve a localização e a qualidade do recurso, o mercado, a moda e a visibilidade na mídia. Mas há também uma série de elementos que são fundamentais para o conforto, o entretenimento e a experiência do visitante, tais como orientação, clareza e riqueza das oportunidades informais de aprendizagem. Toda atração turística deve ser freqüentemente avaliada de forma a manter um padrão de qualidade que possa garantir um fluxo crescente de visitantes, o que somente é possível através do planejamento.

Segundo Goodey (1995) a maioria das localidades possui algum tipo de sistema representativo que regulamenta e administra serviços e propostas de desenvolvimento e que possivelmente proporciona possibilidades de mudanças. O processo de planejamento com base local requer um foro representativo local aberto à participação de pessoas de todas as idades, setores e interesses da comunidade, grupos que tradicionalmente costumam estar muito distantes uns dos outros. Além disso, requer um inventário do que já existe, não só em termos de infra-estrutura e de recursos financeiros, mas em termos de potencialidades, interesses e compromissos.

Tal processo de planejamento inicia uma renovação no autoconhecimento, o qual inclui a identificação dos valores presentes na comunidade. Tais valores, muito provavelmente, reforçam não só as crenças e costumes, mas também o valor intrínseco de construções, paisagens, festivais e de outras manifestações culturais herdadas do passado. Aquilo que a comunidade valoriza para si própria, o que ela deseja preservar, é possivelmente o que vai querer compartilhar com os outros.

A essência do planejamento turístico local é que a comunidade, em todos os seus segmentos, tenha consciência de seu patrimônio, tanto de patrimônio material quanto do imaterial; que decida sobre aquilo que deseja compartilhar e o que deseja guardar só para si; e que escolha onde e como deseja que esta troca ocorra.

A discussão sobre o planejamento local pressupõe preocupações abrangentes, envolvendo governo, negócios, lazer e outros interesses. Mas serve, sobretudo, para revelar as opiniões locais sobre o que é importante, e para explicitar as percepções locais de valor. O processo de interpretação poderá dessa forma, levar a comunidade local a se descobrir a si mesma.

3.3.2 Tipos

Dentre os vários tipos de interpretação, quatro se destaca no contexto do turismo cultural, como discriminados a seguir.

3.3.2.1 Interpretação Temática

O quinto princípio de Tilden diz que a interpretação deve ser dirigida ao homem como um todo. Sendo assim, qualquer interpretação, seja escrita ou falada, deve possuir um tema. Nessa modalidade inclui-se a "história viva", atividades variadas com encenação e/ou reconstituições com modelos humanos, dentro do centro de visitantes. Como exemplo dessa técnica interpretativa no Brasil, o Serviço Social do Comércio – SESC São Paulo opera roteiros abordando temas específicos, como São Paulo dos Imigrantes entre outros. Nos Estados Unidos, no chamado "triângulo histórico", compreendendo as cidades de

Williamsburg Burg, James City, e York Tow na Virgínia, a reconstrução chega a detalhes impressionantes. (PIRES, 2001).

Por exemplo, num julgamento, o juiz e advogado se vestem e falam como no século XVIII, num desfile militar, usa-se indumentária, música e coreografia da época em que o mesmo ocorria.

3.3.2.2 Interpretação Segmentada

A versatilidade é uma das características marcantes da interpretação patrimonial. As atividades interpretativas podem ser elaboradas para todas as faixas de idade, assim como também podem reconstituir vários temas. Um Programa direcionado a crianças com mais de doze anos (pré-adolescentes), por exemplo, é a encenação do Casamento na Corte no Museu Imperial de Petrópolis. Programas específicos para o público idoso, levando em consideração as suas limitações físicas e suas preferências, como o caso do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo que desenvolve projetos para essa clientela ampliando sua função social e educacional.

3.3.2.3 Interpretação Comunitária

Esta interpretação abarca atividades relacionadas às comemorações dos eventos tradicionais, vistos como instrumentos para interpretar a comunidade, o que leva o povo a ter um contato direto com fatos históricos, objetos e recriar eventos ou modos de vida, aumentando, assim, seu conhecimento e apreço pelas tradições. Envolve locais que funcionam como atrações turísticas, tornando-se um foco da identidade comunitária e proporcionando oportunidades para a educação formal e informal. Agem, ainda, como catalisadores econômicos.

3.3.2.4 Ambientação de Base Histórica

Esse conceito é o que mais se adequa à realidade brasileira no campo da interpretação patrimonial na última década. Pires (2001) ressalta a conotação turística aos atrativos das destinações, de forma que proporcionem alternativas para os diferentes segmentos de público. Nesse sentido, a ambientação de base histórica se traduz numa valorização do patrimônio histórico, parte integrante dos atrativos.

A visão desse autor está voltada à maximização desses atrativos, no aspecto do marketing cultural. A ambientação de base histórica surge como uma ferramenta que permite uma mudança no enfoque tradicionalmente dado ao patrimônio histórico, buscando utilizações mais voltadas às necessidades e desejos dos visitantes.

Utiliza recursos de ambientação como cenografia, vestuário, iluminação, música, alimentação, dramatização, etc. Não se confunde, necessariamente, com o mero teatro, que também pode acontecer dentro do bem histórico, embora também se utilize desse recurso. Sua proposta é possibilitar o máximo envolvimento do visitante, mediante sua participação ativa. Não é uma reprodução didática da época abordada e nem deve ser vista apenas como mais um atrativo turístico, mas como um elemento que pode ser decisivo na estratégia mercadológica da destinação. (PIRES, 2001).

Sobre outra ótica, atende à necessidade do cliente de viver algo diferente e prazeroso, pois o produto vendido é "um sonho, uma ilusão". Os bens arquitetônicos deixam de ser meros cenários da destinação turística para tornarem-se parte integrante desse sonho, trabalhando um dos estereótipos mais difundidos na cultura ocidental: a idéia de entrar na máquina do tempo

(PIRES, 2001). Ainda, contribui para que os locais históricos saiam do anonimato público. Nesse ponto, a ambientação de base histórica aproxima-se muito do evento artístico, se é que não pode ser considerada como tal, na medida em que se utilizam diversas artes, além da história, para transmitir a mensagem.

3.3.3 Experiências

A interpretação do patrimônio tem o propósito não só de encenação, mas também de revitalização dos locais públicos ou privados, sejam de origem religiosa ou não, residencial, comercial ou industrial, significando novos produtos culturais. Uma das suas vantagens é transformar a rotina dos locais que a aplicam. Do ponto de vista do mercado, oferece oportunidade para que a iniciativa privada interesse-se por patrocínio, e passe a investir no produto cultural.

Os casos de interpretação patrimonial são pouco tratados de forma aprofundada na literatura científica. A título de exemplo, citam-se a seguir dois museus interpretativos na Europa, e algumas experiências brasileiras subdivididas em: espetáculos de som e luz, eventos em ambientes abertos e eventos em ambientes fechados.

3.3.3.1 Museus Interpretativos

Lê Musée Du Site de “L’Abri Pataud”¹⁰ (França), propriedade do “Museu Nacional de História Natural” desde 1957, é uma jazida pré-histórica do período Paleolítico de fama

¹⁰ Landscape changes in relation to the human-environment relationship in southern Europe during the pleistocene.– Dipartimento di Scienze Geologiche e Paleontologiche, Università degli Studi di Ferrara, 1999.

internacional. Constitui-se em novo tipo de museu, localizado no próprio sítio arqueológico com equipamentos preparados para as visitas (escavações) e aberto ao público desde 1990.

Outro exemplo de museu interpretativo é o Museu de Pré-história de *Tautavel* (França) e que se encontra a 30 km a nordeste de *Perpignan*. Apresenta, a partir de exemplos regionais, as grandes etapas da aventura humana, e coloca em evidência o excepcional interesse da gruta de *Caune de Arago*, inserindo-a novamente no seu contexto.

3.3.3.2 *Espetáculos de Som e Luz*

Ressaltam quatro eventos dessa natureza em vários estados brasileiros, cujo destaque maior reside no espetáculo de Petrópolis.

•*Som & Luz - "Saga da Imigração Italiana" (Caxias do Sul – RS)*¹¹

Esse espetáculo é realizado num cenário composto por um conjunto de casas de madeira, capela, campanário e coreto, em meio à mata remanescente, lembrando Caxias do Sul no seu início, em 1885. O espetáculo relata a saída dos emigrantes da Itália, a travessia do Atlântico, a caminhada serra acima até chegarem ao Campo do Bugres, a fixação na nova terra, as dificuldades vencidas, a chegada do trem, o desenvolvimento, o progresso e os dias atuais. Diálogos, narrativas, música, sinais, jogos de luz cortando a mata, cobrindo as casas, constitui o espetáculo durante 45 minutos. O texto foi escrito por José Clemente Pozeanto, conhecido autor de “O Quatrilho”¹².

¹¹ Secretaria Municipal de Turismo de Caxias do Sul, 2004

¹² Adaptado para o cinema em filme dirigido por Fábio Barreto e indicado para o Oscar em 1996, na categoria de melhor filme estrangeiro. A história concentra-se na imigração italiana para o Brasil na virada do séc. XIX para XX, especificamente em direção a região sul. Destaca-se um jogo de cartas chamado Quatrilho, comum entre os imigrantes italianos, caracterizados por uma troca de parceiros durante a partida.

• *Espectáculo de Som e Luz de Petrópolis (Petrópolis, RJ)* ¹³

Um espetáculo que reúne cores, luzes, sombras, tecnologia e efeitos especiais. O Museu Imperial em Petrópolis, no Rio de Janeiro, é palco do maior espetáculo permanente de som e luz realizado no Brasil, cujo projeto é de Peter Gasper. Um show que conta os fatos marcantes do século XIX e da história imperial brasileira, tendo como cenário o museu Imperial de Petrópolis, residência de verão de Dom Pedro II de 1848 a 1889.

• *Espectáculo de Luz na Fonte do Ibirapuera (São Paulo-SP)*¹⁴

Um espetáculo de luz, som e movimento. A Fonte do Ibirapuera, inaugurada no dia 23 de janeiro de 2004, é uma das homenagens em comemoração aos 450 anos da cidade de São Paulo. O espetáculo é um show de luz, som e movimento. Durante aproximadamente uma hora, ao som de clássicos da música popular e da música erudita, o público pode apreciar uma combinação de bonitos efeitos da fonte multimídia.

• *Iluminação Monumental de Itaipu (Foz do Iguaçu-PR)* ¹⁵

Um espetáculo de luzes na maior hidrelétrica do mundo. Se constitui na primeira fase da Iluminação Monumental da Barragem, projetada pelo maior especialista em luminotécnica do Brasil, Peter Gasper. A iluminação, apresentada as sextas-feiras e sábados, é hoje a única atração da usina com cobrança de ingresso. Os recursos são doados ao programa Fome Zero e a Entidades Assistenciais de Foz do Iguaçu e região.

¹³ Disponível em: www.petrópolis.com.br Acesso em: 02/03/04

¹⁴ Disponível em: www.ibirapuera.com.br Acesso em 02/03/04

¹⁵ Itaipu Binacional, 2004

3.3.3.3 *Eventos em Ambientes Abertos*

Neste tipo de interpretação de natureza histórica, ou em espetáculos comemorativos de datas cívicas nacionais, há uma grande afluência de público. O status que adquiriram essas comemorações tem criado oportunidades de trabalho não só para atores profissionais, como também para a própria população local e já constituem datas incorporadas no calendário de eventos da cidade. O resultado é que alguns desses eventos caminham para a profissionalização.

• *Fundação da Cidade de São Vicente (SP)*¹⁶

A chegada de Martin Afonso de Souza, em São Vicente (SP), é um grande espetáculo encenado na areia da praia, completando 22 anos em 2004. Transformou-se no maior evento comemorativo da cidade, gerando uma intensa atividade turística em função do acontecimento. Sua realização é possível graças à participação voluntária da população. São centenas de pessoas ensaiando durante quase o ano inteiro para mostrar a história da fundação da primeira cidade do Brasil.

• *A Partida das Monções - Semana das Monções Porto Feliz (SP)*¹⁷

Trata-se de espetáculo que comemora uma das mais marcantes passagens da história do Brasil, as bandeiras. Às margens do Rio Tietê, bandeirantes partiam em busca da riqueza nos Sertões do Centro Oeste do Brasil, descobrindo, comercializando, povoando e até ultrapassando os limites do Tratado de Tordesilhas.

¹⁶ Departamento de Cultura de São Vicente, S.P, 2004

¹⁷ Disponível em: www.portofeliz.com.br Acesso em: 02/03/04

Considerado um dos maiores espetáculos épicos no Brasil, nele são reconstituídos hábitos, indumentárias e meios de transportes, com o objetivo de resgatar a história do desbravamento do Brasil e manter viva a história local.

• *Semana Santa em Ouro Preto (MG)*¹⁸

Nessa cidade histórica, na época da Semana Santa, todos os meios de hospedagem ficam lotados, inclusive residências estudantis. Isto para acompanhar uma encenação que mantém as mesmas características que tinha no século XVIII, sendo o destaque as próprias ruas da cidade que servem de cenário para as liturgias do século XVIII e XIX. São utilizadas vestimentas, músicas e rituais da época.

• *Natal Luz - Gramado (RS)*¹⁹

Luzes de todas as cores iluminam prédios, praças e ruas. Na época do Natal, as ruas da cidade ficam enfeitadas de luzes e são decoradas com material reciclado, encantando os turistas. Trata-se de um evento que ficou como um marco nas comemorações natalinas brasileiras. São cinquenta dias de muitas atrações, da decoração PET²⁰ ao concerto de artistas de renome como Roberto Carlos em 2003. A temperatura amena dessa cidade da Serra Gaúcha, também contribui para o espetáculo.

3.3.3.4 *Eventos em Ambientes Fechados*

• *Os Últimos Dias de Getúlio Vargas*²¹

Trata-se de dramatização que retratou aqueles que teriam sido os últimos dias de Getúlio Vargas. Foi apresentada no próprio quarto do presidente, o qual se suicidou,

¹⁸ Departamento de Turismo de Ouro Preto, M.G., 2004

¹⁹ Departamento de Cultura de Gramado, R.S., 2004

²⁰ Tipo de plástico (poli tereftalato de etileno)

²¹ Secretaria Estadual de Turismo do Rio de Janeiro, R.J.; 2004

com um tiro no coração, na madrugada do dia 24 de agosto de 1954, no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro (RJ).

O cenário, portanto, eram os aposentos do presidente. Hoje não existem sequer dados sobre os detalhes dessa encenação e do fluxo de pessoas que a assistiram.

•*Tâmara*²²

Peça cujo cenário foram os cômodos do casarão Porto Seguro, na cidade de São Paulo (SP), localizado em um bairro de elite. Durante a encenação, o público acompanhava os atores, sendo que em cada cômodo acontecia um episódio da trama. Apesar de não ser um museu, a casa era decorada com objetos antigos e artefatos de requinte. O resultado foi um público consagrador em qualidade e quantidade.

•*Lembrar é Resistir*²³

Peça encenada nas dependências do antigo DOPS – Departamento de Ordem Política e Social, local de torturas da época da ditadura militar, onde ocorreram as maiores formas de violência do regime militar junto aos formadores de opinião. Encenação no interior dos porões do Dops, interpretando o que foi a época da repressão na prisão.

Tal como na época retratada quando o preso era encaminhado para aquele Departamento, na encenação o público se locomovia de sala em sala, conduzido por carcereiros. A idéia era passar para o público a visão dos presos sobre a ditadura militar (1964 a 1969).

•*O Anúncio*²⁴

²² SILVEIRA, Adalgiso Silveira. São Paulo, 2002.

²³ SILVEIRA, Adalgiso Silveira. São Paulo, 2002.

²⁴ SILVEIRA, Adalgiso Silveira. São Paulo, 2002.

Em junho de 2001, foi encenada, na cripta da capela do Pátio do Colégio, local da fundação da Cidade de São Paulo, um espetáculo que, apesar do caráter teatral, caracterizou-se como uma ambientação em função das características do local, e por seu valor histórico.

•*Chá Imperial da Casa da Hera de Vassouras (RJ)*²⁵

A iniciativa do Museu Casa da Hera postula-se como ponto de referência e modelo a estabelecimentos hoteleiros, espaços públicos, museus e casas históricas, no âmbito da interpretação do patrimônio histórico e cultural.

O Chá Imperial revive aqueles momentos de “glamour”, levando o espectador a entrar no túnel do tempo. Retrata uma tradição secular no cenário original de uma mansão pertencente a uma das mais ricas e poderosas famílias do Brasil Império, ou seja, uma época de fortuna e tradição. Nesse evento, o visitante é parte integrante da história, tendo uma participação ativa com os personagens durante a apresentação²⁶.

Outro exemplo nessa mesma linha são ainda os Chás e Saraus Imperiais oferecidos aos turistas e visitantes pelos hotéis e museus da região do ciclo do café do Vale do Paraíba Fluminense (RJ).

²⁵ SILVEIRA, Adalgiso Silveira. São Paulo, 2002.

²⁶ No início de 2004, esse espetáculo não estava sendo realizado.

3.4 PLANEJAMENTO INTERPRETATIVO

3.4.1 Objetivos e Elementos

Um plano de interpretação para a valorização de um sítio, vila, cidade ou região tem se revelado de grande importância para o planejamento turístico, pois indica uma estratégia de ação para as autoridades municipais e para os diversos segmentos da comunidade, moradores, empresários, grupos religiosos e associativos. (MURTA e GOODEY, 2002, p.18).

Para Goodey (1995) um plano interpretativo visa estabelecer no espaço uma “rede de descobertas” e de desfrute para residentes, visitantes e turistas, ampliando as possibilidades de desenvolvimento de projetos turísticos e culturais. Deve conter indicações de alternativas para a estrutura de gestão e publicidade das instalações, bem como uma estratégia de monitoramento, avaliação e atualização, de forma a sustentar padrões de qualidade na preservação e promoção de ambientes como atrações auto-sustentáveis. Seja qual for a estratégia de interpretação adotada, o papel de mediador na valorização do patrimônio aos olhos do usuário é sempre exercido pessoalmente por um intérprete ou por diferentes meios de interpretação.

Além disso, o plano deve considerar todo o contexto sócio-ambiental, onde aspectos de atendimento ao cliente, tais como estacionamento, segurança, sinalização, restaurantes e sanitários, não podem ser negligenciados, sob pena de deixar no visitante uma imagem negativa do lugar, mesmo se a interpretação em si for excelente. Também orienta a limpeza e a descoberta de fachadas originais, a harmonia da sinalização e do desenho de placas e

letreiros compatíveis com o “espírito” do lugar, e as trilhas pela malha urbana que “decifram” a cidade e as placas informativas que ampliam a percepção ambiental do visitante.²⁷

Nesse sentido, completa-se com a sinalização, a informação turística, os espaços de síntese monográfica, os circuitos interpretativos, os itinerários temáticos, as visitas guiadas, as atividades didáticas, as encenações ambientais e as experiências de histórias vividas, ou, ainda, a edição de materiais informativos ou científicos.

O próprio patrimônio é o principal apoio do planejamento interpretativo e o ponto de partida da oferta patrimonial são os Centros de Interpretação. Estes são equipamentos que acolhem todo um conjunto de serviços destinados à apresentação, comunicação e exploração do patrimônio e que conjugam vários meios comunicativos: exposição, maquetes, dioramas²⁸, audiovisuais, montagens cenográficas, elementos interativos, apresentação na realidade virtual, etc.

Encarrega-se também das condições de acessibilidade e visitabilidade que, junto com a interpretação do patrimônio, definem o grau de satisfação do visitante. Entre outros aspectos tem-se que prever as condições de abertura, restrição de horários, iluminação, acessibilidade física, usos compatíveis e incompatíveis com a visita, etc.

Menção especial merece as intervenções no campo da interpretação para garantir uma correta acessibilidade intelectual ao bem cultural, elemento fundamental para alcançar o adequado nível de satisfação dos visitantes. As estratégias interpretativas pretendem

²⁷ Uma maneira popular e barata de revelar as características naturais e culturais de um lugar são as trilhas e roteiros sinalizados tanto para visitantes quanto para moradores, contribuindo para a educação ambiental de ambos. Ao acrescentar informações históricas ou contemporâneas a sítios e monumentos ao longo de uma rota, as trilhas e roteiros podem na verdade despertar a curiosidade popular sobre a evolução histórica e os usos atuais de sítios urbanos e naturais.

²⁸ Diorama - Quadro iluminado na parte superior por luz móvel, e que produz ilusão óptica.

contribuir à conservação dos valores naturais e culturais, ajudando o visitante a desenvolver uma profunda consciência e entendimento do lugar que visita (MORALES, 1998). Hoje é uma excelente ferramenta de gestão, controlando o impacto gerado, incrementando a valorização do bem pelos visitantes, melhorando o manejo de fluxos, favorecendo a obtenção de benefícios econômicos e, muito especialmente, facilitando o desfrute por parte do visitante.

É importante frisar que as formas de interpretação devem ser renovadas em função de novos temas, novas narrativas, novos guias e, sobretudo, novas gerações de visitantes, que esperam encontrar bons mapas, publicações, percursos limpos, seguros e bem sinalizados. Afinal, orientar o acesso e o fluxo de visitantes é essencial para qualquer comunidade que queira interpretar, preservar e apresentar seu patrimônio para o público.

3.4.2 Papel da Comunidade

Para Murta e Goodey (1995), um planejamento que envolva a comunidade em todos os seus aspectos contempla o potencial para a interpretação dentro de um processo compartilhado. Somente um planejamento adequado poderá garantir a sintonia do trabalho dos profissionais necessários à montagem de uma atração turística de sucesso, além de estimular a capacitação e, assim, assegurar o envolvimento local nos novos rumos econômicos, promovendo a ação conjunta do poder público e da iniciativa privada.

Destaca-se, assim, o papel primário da comunidade local no processo de interpretação, pois as suas várias “vozes” (pessoas), ao interpretarem o patrimônio, enriquecem a experiência vivencial do visitante, ao mesmo tempo em que valorizam o local. Nesse sentido, são fundamentais os relatos

orais e seu registro por meio de diferentes suportes escritos e audiovisuais. Representam um recurso importante que amplia e aprofunda a participação da comunidade, contribuindo de forma especial para “desenvolver um sentido de lugar, transmitir seus valores, sua ecologia e sua história para as novas gerações”. (MURTA e GOODEY, 1995, p. 27).

De acordo com Murta e Goodey (1995):

O desejo pessoal e local de falar de seu lugar, do passado histórico, de acontecimentos recentes, ou mesmo de problemas atuais, bem como a coleta de evidências pessoais da história, são fundamentais no processo de interpretação e valorização. Em qualquer cultura, as lembranças pessoais e as experiências passadas, as fotografias desbotadas e os registros de eventos familiares fornecem marcos de vidas individuais e são de grande valor para o processo de interpretação do patrimônio. Valorizar a intuição, a imaginação e a sensibilidade no produzir conhecimentos fazem parte da ética da interpretação, que requer o diálogo, conduzindo a um entendimento compartilhado no respeito entre seres humanos.

A interpretação vem sendo cada vez mais reconhecida como um processo que se baseia na comunidade, pois quem tem o conhecimento mais profundo e mais rico de um lugar são aquelas pessoas que lá vivem, cresceram e se estabeleceram como moradores. Isso faz com que, atualmente, estudiosos, consultores e intérpretes trabalhem junto com as comunidades locais, a fim de ajudá-las a compreender e trabalhar sua própria imagem do lugar, atraindo visitantes com finalidade de compartilhar as experiências locais.

3.5 MODELO DE PLANO INTERPRETATIVO DE MURTA E GOODEY

Tratando da Interpretação do Patrimônio para Visitantes, Murta e Goodey (1995; 2002) apresentam um Modelo de Plano Interpretativo alinhado ao desenvolvimento turístico local. Para eles,

um plano interpretativo, incorporando as várias vozes da comunidade, visa estabelecer no espaço uma rede de descobertas e de desfrute para residentes, visitantes e turistas, ampliando as possibilidades de desenvolvimento de projetos turísticos e culturais. (MURTA E GOODEY, 1995, p. 20).

Para tanto, é importante na preparação do plano:

traçar um mapa emotivo do sítio e de seu entorno, para definir o tom apropriado da linguagem de conservação e de orientação do fluxo de visitantes, lembrar também que somente um conhecimento profundo tanto do objeto de interpretação quanto do público alvo, possibilitará a seleção adequada da mídia a ser utilizada e orientada tanto para o consumidor quanto para o objeto. As mensagens devem ser comunicadas de forma eficaz com os usuários, portanto, estar ligados aos interesses, limitações e cultura da população alvo. (MURTA e GOODEY, 1995, p. 20).

As Etapas Essenciais do Plano Interpretativo, Estratégias Interpretativas, Aspectos Peculiares das Atrações propostas por Murta e Goodey, encontram-se no anexo 1.

4 REDUÇÕES JESUÍTICO – GUARANIS

Por ter ligação com a história da Argentina, do Paraguai, do Uruguai e do Brasil, as reduções jesuítico-guaranis são hoje consideradas o símbolo cultural do Mercosul. Sua história e cultura, entremeadas à arquitetura e ao barroco indígena retratam o “mundo missioneiro”, ou seja, o legado cultural deixado pelos jesuítas e índios guaranis. (UNESCO, 2002).

Para compreender esse legado, discorre-se primeiro sobre o contexto histórico no qual se insere desde a crise da Igreja Católica no final do século XV até o Tratado de Madri cuja consequência é o declínio das missões ou reduções. Em seguida, enfoca-se o histórico dos Trinta Povos das Missões na América do Sul, iniciando pela sua formação e terminando pela sua decadência e resquícios no Rio Grande do Sul, além de aspectos particulares das mesmas.

4.1 CONTEXTO HISTÓRICO

4.1.1 Igreja Católica

No final do século XV, a igreja católica passou por uma grande crise. Os abusos praticados por alguns padres e as famosas vendas de indulgência provocaram reações que

abalaram o poder do Papa. A influente burguesia comercial, apoiada pelos governos nacionalistas, não admitia que a Igreja, proprietária de grandes riquezas, pregasse limitações nos lucros. (TEIXEIRA, 1990).

Surgiu um movimento de protesto, a Reforma, que ocasionou a divisão da Igreja entre católicos e protestantes, liderado por Martinho Lutero, na Alemanha. Como resposta aos protestantes, a Igreja Católica realizou a Contra-Reforma, com o objetivo de incentivar a renovação da fé e recuperar a influência perdida junto aos governos nacionalistas. Conseqüentemente ocorreram modificações nos métodos de evangelização do Catolicismo, com a reorganização de antigas ordens religiosas e fundação de outras congregações.

A criação da Companhia de Jesus (1510) e o Concílio de Trento (1545-1563) foram as bases da Contra-Reforma levada a efeito na Europa pela Igreja Católica no século XVI. A Contra-Reforma foi a investida política, militar e educacional, primeiro na restauração ou clarificação dos elos oficiais entre os estados europeus e Roma, e depois no aprofundamento da devoção dos seus povos à fé católica. O Concílio de Trento foi fundamentalmente uma revisão dos dogmas católicos, sendo que suas conclusões estão diretamente ligadas à ascensão do fervor católico. Isto porque os conciliantes estavam convictos de que só pela Igreja se atingiria a salvação; assim, fazer as missões era a mais elevada obra de caridade. (STELLO, 1994).

A formação da ordem religiosa da Companhia de Jesus no século XVI marcou uma clara etapa de renovação das metodologias de evangelização ou transmissão do credo religioso do catolicismo. A Companhia, fundada por Inácio de Loyola em 1510, encarnou o espírito militante de resposta à Reforma de Lutero e suas projeções aos territórios americanos

foi marcada pela mesma dinâmica (GUTIERREZ, 1987). Foi a mais importante das novas ordens religiosas.

Essa ordem era uma milícia de Cristo e seus integrantes, bem selecionados segundo critérios e saúde física, talento, caráter, costumes, desapego e dedicação a Deus, cumpriam as ordens papais por ser o representante de Cristo na Terra. Tal treinamento físico, intelectual, cultural e religioso os fez aptos para viajar à nova terra descoberta, e pela religião e disciplina catequizar os indígenas convertendo-os ao catolicismo. Também planejaram a ocupação de novas terras descobertas de acordo com o interesse da coroa espanhola, em defesa do território da América e do controle dos impostos. (GUTIERREZ, 1987).

4.1.2 Colonização Espanhola e Portuguesa na América

O território americano foi denominado Índias, incorporando à Coroa de Castilha as ilhas e províncias do mesmo. Para sua administração criaram-se leis, organismos, autoridades com alto grau de descentralização política, a partir da segunda década do século XVI.

De acordo com Teixeira (1990), a criação mais importante foi a do Conselho das Índias, que funcionou a partir do ano de 1524, como um organismo colegiado encarregado de assessorar o rei nas relações com o Novo Mundo. Também devia preparar a legislação, dar instruções aos demais governantes e julgar em última instância o que chegava a esse tribunal. Assim a administração dos territórios de ultramar esteve a cargo desse Conselho e da Casa de Contratação, subordinada ao mesmo.

Tanto o Conselho como a Casa tinham funções administrativas e judiciais próprias, assim como o poder de legislar, governar e a autoridade jurídica. Mas o Conselho das Índias não podia modificar as leis fundamentais do reino. Centralizado em Castilha, a grande maioria de seus membros nunca estiveram no Novo Mundo.

Na Espanha, o Conselho das Índias definia políticas para o funcionamento da colônia, enquanto que as “Leis das Índias” ditavam as normas para fundação e estruturação das novas povoações. (TEIXEIRA, 1990).

No plano de colonização dos espanhóis, as cidades eram os pontos mais importantes. Centralizavam a administração, o comércio e apoiavam as ações que visavam ampliar o território. Uma estrutura administrativa específica para o novo mundo foi criada. Vice-reinado, Audiências, Governos Regionais e Cabildos dividiam as responsabilidades administrativas. (KERN, 1994).

No Brasil, a política de colonização adotada foi bastante diferente. Não podendo desenvolver o comércio, os portugueses iniciaram pela exploração da madeira abundante. Do “Ciclo do Pau Brasil” não permaneceram povoações. As feitorias aqui criadas eram pontos de embarque e desembarque que se deslocavam na medida em que acabavam as matas. Com a investida de várias nações obrigando Portugal a ocupar e defender as novas terras foram criadas, em 1533, as Capitanias Hereditárias, que se consistiam em enormes faixas de terra que iam do litoral até o limite do Tratado de Tordesilhas. (TEIXEIRA, 1990).

Esse sistema procurava ocupar, defender e explorar o território através de particulares, chamados donatários. Em seguida a elas, adotou-se o sistema dos Governos Gerais em 1549.

Além disso, os bandeirantes paulistas auxiliaram na ampliação dos limites do Tratado de Tordesilhas, através de sucessivas expedições em busca de minerais e índios para escravização. (TEIXEIRA, 1990).

4.1.3 Índios Guaranis

Os guaranis habitavam principalmente a Amazônia, quando, há mais de dois mil anos atrás, emigraram para o Sul até a região do rio da Prata. Era uma sociedade característica do período paleolítico superior, de grupos caçadores, coletores e horticultores. A caça era feita através de instrumentos e armadilhas. Cultivavam apenas para a sobrevivência utilizando o sistema de coivara, isto, é, a queima do mato para as plantações. A floresta era indispensável para sua subsistência, pois lá coletavam os alimentos, caçavam e pescavam; no litoral alimentavam-se também de moluscos. (TEIXEIRA, 1990).

Muitas vezes suas tribos eram obrigadas a mudar, em decorrência da falta de alimentos, do esgotamento das terras ou das disputas entre grupos. A organização política baseava-se na liderança do cacique e no conselho de anciãos.

Na economia predominava um solidarismo constante, onde todos trocavam entre si o que possuíam. A estrutura social era formada por famílias extensas, envolvendo pais, filhos e todos os descendentes, que moravam juntos em uma grande casa sem divisão interna. Os homens faziam as armas, defendiam a tribo, caçavam e limpavam o mato para as plantações. As mulheres se encarregavam da alimentação, plantando, colhendo, cozinhando, e

confeccionando também os objetos de cerâmica usados nas refeições e nos rituais. (TEIXEIRA, 1990).

As festas davam-se após as vitórias ou comemorações, quando todos bebiam um tipo de bebida feita de milho e mandioca. Acreditavam no mito da “terra sem mal”, o paraíso onde o sol se punha. O sonho era fundamental e dirigia o comportamento cotidiano. A poligamia era um direito dos caciques, que podiam ter tantas mulheres quantas pudessem sustentar e proteger. Os guaranis eram um povo que tinha tradições estruturadas há séculos, as quais foram radicalmente modificadas, com a invasão dos europeus, com quem passou, historicamente, a disputar o território, essencial à sua sobrevivência. (TEIXEIRA, 1990).

4.1.4 Reduções

Segundo Gutierrez (1987), as reduções eram núcleos urbanos onde se reduziam os indígenas de particularidades afins que viviam dispersos em áreas rurais. Sua finalidade essencial estava em assegurar a concentração de maneira a possibilitar uma aprendizagem eficaz da doutrina e um rigoroso controle tributário. Convergiam aqui as razões de índole religiosa com as de caráter político-econômico para definir um novo sistema de organização.

Os jesuítas não queriam assumir reduções estáveis, preferindo, por múltiplas razões organizativas, manter o sistema de missões esporádicas. Entretanto, ante a pressão do vice-rei de Toledo, aceitaram em 1576 tomar a cargo a redução de Juli (as margem do lago Titicaca, entre o Peru e a Bolívia), que constituiria a primeira experiência reducional da Companhia de Jesus.

A valorização dos traços culturais próprios às comunidades indígenas foi um dos aspectos mais relevantes de sua ação em Juli, onde padeceram da transferência de indígenas aos trabalhos de mineração de Potosí ou, ainda, o abuso dos espanhóis na utilização dos índios para seu serviço pessoal.

As experiências negativas de Juli foram aproveitadas pelos jesuítas para sua ação nas reduções do Paraguai, concretizando, ademais, uma vasta ação de missionários formados nos idiomas nativos que lhes dava notória eficácia em sua ação evangélica. Entre 1576 e 1608, o conhecimento das formas de ação que os jesuítas poderiam instituir para uma ação reducional mais vasta em outras áreas do vice-reinado amadureceu. Surgiram assim, por exemplo, a necessidade de uma total autonomia do indígena em relação ao sistema de controle direto espanhol, fosse sob as formas de “encomienda” ou de “mita”. Era necessário buscar uma forma em que o índio pagasse o tributo diretamente ao rei, evitando assim a intermediação espanhola que tendia a subtrair os índios de seus povoados e utilizá-los em seu próprio benefício. (GUTIERREZ, 1987).

4.1.5 Tratado de Madri

O Tratado de Madri, ou dos Limites, estabeleceu em 1750 novos limites entre as terras de Portugal e Espanha nas Índias. Na realização desse novo acordo eram reis da Espanha Fernando VI e D. Maria Bárbara de Braganza, filha de João V, de Portugal. Nessa época era rei de Portugal D. José I que estava casado com Maria Victoria de Bourbon, irmã de Fernando VI. D. Bárbara junto com o primeiro ministro espanhol, José de Carcabajal e Lancaster,

decidia a respeito dos limites nas Índias e era de seu gosto aumentar as terras de seu pai. (KOTLER, 1995).

Com a publicação, em 1749, do mapa mundi, onde pela primeira vez se viu o famoso Meridiano de Tordesilhas, em um dos lados do globo terrestre, ficou claro que o domínio português nas Índias não passava de uma pequena franja de terra ao longo do Oceano Atlântico. Supondo que para os ingleses seria bom um novo limite e a ampliação das terras portuguesas das Índias, apoiaram a elaboração de um novo Tratado. Os redatores oficiais do acordo foram Bartolomeu de Gusmão e Tomas da Silva Teles, mas com supervisão do ministro inglês e seus assessores, e da ajuda de D. Maria Bárbara.

O Tratado de Limites foi firmado em 3 de janeiro de 1750, e seu principal intento foi por fim ao Tratado de Tordesilhas (1494), à escritura de Zaragoza (1529), ao Tratado de Lisboa²⁹ (1668) e ao Tratado de Utrecht³⁰ (1713). Com isto se acordou que a desembocadura do Rio Amazonas pertencia a Portugal e a do Rio da Prata à Espanha. Esta última ficava com a Colônia de Sacramento em troca das Missões Orientais, os Sete Povos, que passariam para os portugueses.

Na realidade, Portugal trocou uma área que não era sua, pois pelos tratados anteriores, a Colônia de Sacramento e as Missões Orientais eram de possessão espanhola. Pode-se dizer, portanto, que o Tratado de Limites foi feito somente tendo em conta os interesses lusos. Assinala Kotler, (1995 *apud* CURTIS, 1987) que o declínio das missões começou com o

²⁹ Tratado através do qual o território que havia sido ocupado pelos espanhóis 1657-1668, voltou a reunir-se com Portugal.

³⁰ Tratado que marca o início da influência econômica britânica sobre a região e ao mesmo tempo, o fim do monopólio espanhol sobre suas colônias na América.

Tratado de Madri e chegou a sua fase mais forte com a Guerra da Demarcação, em 1756, quando os exércitos portugueses e espanhóis expulsaram os indígenas e padres jesuítas.

4.2 BREVE HISTÓRICO

4.2.1 Formação

No ano de 1607, o Superior Geral da Companhia de Jesus formou uma nova província da Ordem, a Província do Paraguai, que teve como primeiro provincial o Padre Diego Torres. Os principais objetivos desse esforço missioneiro estiveram voltados aos índios guaranis, tribo nômade situada ao sul e a oeste de Assunção, no Paraguai. A Província estava formada pelo atual Uruguai, Paraguai e grande parte da Argentina, do Brasil e da Bolívia. Os primeiros jesuítas vieram do Peru e se estabeleceram em Tucumán (1585), começando assim os trabalhos apostólicos. Foi nessa província que, em 1610, o Padre Marcial de Lorenzana fundou a primeira redução na América, chamada Santo Ignacio Iguazú em Assunção, Paraguai, dando início à catequese, aldeamento e submissão dos índios guaranis à Real Coroa Espanhola, pela pregação da doutrina e do evangelho cristão através dos religiosos da Companhia de Jesus.

A experiência missioneira com os guaranis é um longo processo histórico, tendo durado um século e meio. Iniciou-se no seio do império colonial espanhol, dirigido pelos reis da dinastia dos Habsburgos, no século XVII, e desarticulou-se durante a administração dos monarcas da dinastia dos Bourbons, em pleno século XVIII.

É necessário reconhecer, em primeiro lugar, que essas missões não são uma criação dos jesuítas. Desde o início da colonização na América no século XVI, surgiram normas para o estabelecimento de povoados indígenas separados das cidades dos espanhóis. Esses "povos de índios" foram entregues a inúmeras ordens religiosas, muito tempo antes que os primeiros jesuítas viessem para a América. Nos séculos XVI e XVII, a ordem que mais se destacou na implantação desses povoados missionários, foi a dos franciscanos. (KERN, 1994).

Quando a Companhia de Jesus veio ao Paraguai, as experiências e vicissitudes dos missionários franciscanos foram de grande valia para nortear a estratégia a ser desenvolvida. Outras ordens tiveram igualmente papel de destaque na administração de missões junto aos indígenas americanos, como os dominicanos, os agostinianos, os mercedários e os capuchinhos. Pode-se até afirmar que as concepções dos franciscanos com a sua mística de um cristianismo despojado, estariam mais em sintonia com as aspirações utópicas da época do que os jesuítas modernizadores que os seguiram posteriormente (KERN, 1994). Quando os jesuítas penetraram na região do rio da Prata, já possuíam uma certa experiência comprovada nas missões que haviam estabelecido no Oriente e em outras áreas do continente americano, como a Redução de Juli, no Peru.

De acordo com Gutierrez (1987), os núcleos iniciais estavam constituídos por uns trezentos indígenas, mas seu crescimento era vertiginoso, havendo alguns povoados alcançado os oito mil habitantes. Frequentemente, contudo, existiam uns três mil guaranis que realizavam a construção do povoado trabalhando pelo sistema do esforço próprio e da ajuda mútua.

Em 1644, eram 22 as reduções, congregando um total de 44 mil pessoas. Entre 1687 e 1750, o número elevou-se para 30, e sua população se aproximou de 90 mil pessoas. Nesse

segundo período de fixação na Província de São Pedro (atual Rio Grande do Sul), eram 26 mil pessoas distribuídas no chamado Sete Povos: São Francisco de Borja, São Nicolau, São Luiz Gonzaga, São Miguel Arcanjo, São Lourenço Mártir, São João Batista e Santo Angelo Custódio. Foi o período de apogeu das Missões Jesuíticas. (DALTO, 1999).

Assim, aproximadamente trinta povos missioneiros foram estabelecidos pelos jesuítas e pela administração espanhola nos vales dos rios Uruguai e Paraná, cerca de cento e cinquenta mil indígenas guaranis ou guaranizados se estabeleceram nessa região durante um século e meio (Figura 1). Estavam divididos ao meio pelo interflúvio dos rios Paraná e Uruguai, sendo que a parte setentrional estava sob as jurisdições do bispado e do governador de Assunção, enquanto a parte meridional era controlada pelo bispo e pelo governador de Buenos Aires. Toda essa área estava sob o controle administrativo e político do vice-reinado do Peru, para depois ser inserida nos limites do novo vice-reinado do Prata.



Fonte: IPHAN, 2004

Figura 1 - Mapa Localização Reduções Jesuíticas

A Tabela 2 apresenta a relação dos Trinta Povos com as respectivas datas de fundação e o nome de seu fundador. No Paraguai foram fundadas 8 reduções, no período de 1610 a 1706; na Argentina 15 no período de 1610 a 1639; e no Brasil, 7, de 1626 a 1707.

Tabela 2 – Fundação das Reduções Jesuítico Guaranis por Localização

Região Atual (país)	Data de Fundação	Nome do Fundador
Paraguai		
Santo Inácio Guaçu	1610	Marcelo de Lorenzana
N.ª Sr.ª da Encarnação de Itapua	1615	Roque Gonzáles
São Cosme (e São Damião)	1632	Adriano Formoso
Santa Maria (ou N.ª Sr.ª) de Fé	1647	Manuel Berthold
Santiago (ex - Santo Inácio)	1651	(a)
Jesus	1685	Jerônimo Delfin
Santa Rosa (de Lima)	1698	(a)
(Santíssima) Trindade	1706	João de Anaya
Argentina		
(N.ª Sr.ª de) Loreto	1610	José Cataldino
Santo Inácio Miní	1610	Simão Masseta
Conceição	1619	Roque Gonzáles
Corpus (Christi)	1622	Pedro Romero

Santa Maria Maior	1626	Diego de Boroa
(N ^a Sr. ^a da) Candelária	1627	Roque Gonzáles
(N ^a Sr. ^a dos Três Reis) Japeju	1627	Pedro Romero
(Santa) Cruz	1628	Cristóvão Altamirano
São (Francisco) Xavier	1629	José Ordones
São Carlos (Borromeu)	1631	Pedro Molas
(Santos) Apóstolos (Pedro e Paulo)	1631	Diego de Alfaro
São Tomé (Apóstolo)	1632	Luis Ernot
Sant' Ana	1633	Pedro Romero
São José	1633	José Cataldino
(Santos) Mártires (do Japão)	1639	Agostinho de Contreras (b)

Brasil

São Nicolau	1626	Roque Gonzáles
São Miguel (Arcângelo)	1632	Cristovão de Mendonza
São (Francisco de) Borja	1682	Francisco Garcia
São Luís (Gonzaga)	1687	Miguel Fernádes
São Lourenço (Mártir)	1697	Bernardo de la Veja
São João (Batista)	1697	Ant. Sepp von Reinegg
Santo Ângelo (Custódio)	1707	Diego Garcia (b)

(a) Nome do fundador não encontrado.

(b) Há dúvidas quanto a este ter sido o fundador

Fonte: Bruxel, 1987

4.2.2 Decadência

Algumas reduções localizavam-se em regiões onde os limites dos territórios espanhóis e portugueses ainda não estavam bem definidos. Enquanto as missões se desenvolviam, os portugueses iam ampliando seu território ao sul do Brasil. A fundação do Rio Grande, em 1737, contribuiu, em muito, para a estruturação da Província de São Pedro.

O Tratado de Madri, firmado em 1750 entre portugueses e espanhóis, determinou novos limites na região do Rio da Prata. Por ele, a Colônia de Sacramento (no atual Uruguai), único enclave português em território espanhol na Bacia do Prata, foi trocada pelos Sete Povos das Missões, provocando a revolta dos índios e os conseqüentes embates armados, opondo, de um lado, os exércitos de Espanha e Portugal, e, de, outro, os missioneiros: é o momento da Guerra Guaranítica de 1754 a 1756. (DALTO, 1999).

Os indígenas, derrotados por portugueses e espanhóis, abandonaram as missões. O Tratado de Madri foi revogado pelo Tratado de El Pardo (1761), e as reduções voltaram ao domínio espanhol. No entanto, a destruição das reduções, somada à expulsão dos jesuítas, em 1768 fez com que fosse interrompido o seu ciclo. (TEIXEIRA, 1990).

Os povoados missioneiros passaram à administração civil espanhola e de novas ordens religiosas. A falta de continuidade no processo anterior, com administradores interessados apenas na espoliação da região, afastou os guaranis. Muitos foram trabalhar nas estâncias, alguns migraram para as cidades espanholas, outros voltaram para as florestas.

Levado pelos portugueses, um grande grupo de guaranis veio a fundar as aldeias de São Nicolau do Rio Pardo, São Nicolau da Cachoeira e a Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos, atualmente Rio Pardo, Cachoeira do Sul e Gravataí, respectivamente. Em 1801, Manoel dos Santos Pedroso e José Borges do Canto conquistaram para o Brasil as terras dos chamados Sete Povos, definindo assim a fronteira Oeste do estado do Rio Grande do Sul.

Emergindo do Barroco, numa época de crença nas leis divinas e dos embates da Contra-Reforma, as missões viram seu final no Século das Luzes, quando o Absolutismo ditava as regras, assim como o racionalismo e a crença nas leis da natureza. Os sonhos dos iniciadores da implantação dos Trinta Povos (Montoya, Roque Gonzalez, Cataldino e outros) não eram os mesmos dos jesuítas do século XVIII, como os padres Antonio Sepp³¹ e José Cardiel³² que se encontraram frente a outras realidades sociais e outras aspirações, diferentes daquelas dos iniciadores. (KERN, 1994).

Durante o século XIX, as reduções foram saqueadas muitas vezes. Em 1828, o caudilho Frutuoso Rivera levou um grande carregamento de objetos e muitos índios missioneiros. O abandono das missões foi, então, quase total, sendo descrito por viajantes que visitaram a região, como Saint Hilaire. Quando começaram a chegar os novos imigrantes europeus para colonizar a região, poucos eram os guaranis que lá se encontravam. A remoção dos materiais das construções missioneiras para reutilização e a intempérie e a vegetação aceleraram seu processo de transformação em grandes e majestosas ruínas, das quais São Miguel é o principal testemunho.

Entretanto, todos imaginaram que a atividade dos padres poderia salvar os guaranis da escravidão ou do serviço da "encomienda", nas mãos dos bandeirantes lusos ou dos colonos

³¹ Padre Antônio Sepp, veio da Alemanha e chegou no Brasil nos finais do séc. XVII, foi o fundador da redução de São João Batista (1697) além de atuar nas outras reduções. Músico e arquiteto que por ter sólida instrução de música vocal e instrumental lhe deu grande destaque como músico.

³² Padre José Cardiel que fez parte da história das reduções jesuítico-guaranis.

espanhóis. Esse sonho de um espaço de liberdade em meio ao sistema escravocrata da sociedade colonial foi uma aspiração utópica. Terminou representando para os guaranis uma sobrevivência de um século e meio e a proteção contra a opressão, mas ao mesmo tempo ligou definitivamente os indígenas à defesa da fronteira e ao processo deliberado de transformações socioculturais. O modo de ser guarani transformou-se num modelo de ser missioneiro. (KERN, 1994).

Sem nenhuma diferenciação significativa em termos globais do fenômeno missional americano, os Trinta Povos chegaram a se transformar no melhor exemplo de racionalização cultural e de realização material da idéia jurídica e religiosa da Redução. Foram produtos típicos das normas jurídicas coloniais e permaneceram sempre inseridos na sociedade global hispano-americana, provocando, ruptura das contradições dessa mesma sociedade, na qual em princípio deveriam harmonizar a espada e a cruz, no sistema montado para a conquista e o domínio colonial. Ao criar para os guaranis um espaço de liberdade em um mundo colonial baseado na escravidão, a sociedade missionária organizada pelos jesuítas evidenciou aspirações utópicas que terminaram por provocar sua crise final e a conseqüente destruição de toda a experiência.

4.2.3 Resquícios no Rio Grande do Sul

Hoje, o espólio desses povos é a relíquia, como a catedral de Santo Ângelo, a mais próspera cidade da região das Missões. A igreja imita a antiga catedral de São Miguel Arcanjo. Santo Ângelo também chegou a ser o mais rico dos Sete Povos, com grande produção de erva-mate. Esta redução, destruída, deu lugar à cidade, que tenta reproduzir o passado.

No Rio Grande do Sul, além de São Miguel, existem apenas mais três ruínas das reduções: São Lourenço Mártir, São João Batista e São Nicolau. Sabe-se que o povo de São Lourenço era dedicado ao cristianismo e às artes. O templo tinha cinco altares e no ano de 1707, a redução chegou a ter 4.512 habitantes. A antiga igreja está tomada pelo mato. Depois da destruição, muita gente dos arredores levou pedras, telhas e caibros. Sobrevive nas imediações uma pequena vila de descendentes de guaranis. Numa das casas em madeira e telhados de palha, estão as pedras das ruínas. (DALTO, 1999).

São João Batista foi fundada em 1697, pelo padre Antonio Sepp, o gênio missioneiro de múltiplas habilidades, o homem com conhecimento da terra que levou às reduções o cultivo da videira e do algodão, o fabricante de instrumentos de corda e órgãos que levou ao Paraguai a harpa, hoje um símbolo do país. São João Batista teve a primeira fundição de ferro, fabricando sinos e armas, e foi reduto de uma orquestra sinfônica que fabricava seus próprios instrumentos.

Assim, a vida missioneira vai dando sinais de sua riqueza. Há, por exemplo, em Santo Antônio das Missões, o Museu Municipal Monsenhor Estanislao Wolski, onde as paredes de pedra itacuru (a mesma usada para fundir o ferro) abrigam 65 imagens que registram o cotidiano e a devoção dos índios. Boa parte dessas peças foi recolhida pelo padre Olmiro Hartmann. São quase todas miniaturas, usadas nas casas das reduções. Uma figura não identificada de um casal de noivos mede apenas quatro centímetros de altura. Há Nossa Senhora da Piedade, Nossa Senhora da Conceição, São João Batista, anjos, o menino Jesus, São Roque. O cotidiano dos guaranis estava impregnado da presença desses santos.

De uma outra redução, São Francisco de Borja, ficou uma imagem forte, provavelmente esculpida pelo italiano Hernando José Brasanelli. A imagem de São Borja está no altar da catedral

da cidade. O santo, de joelhos, tem um ar de súplica aos céus. Em suas mãos, saltam as veias, pulsação humana esculpida na pedra. Mais ao lado, a pia batismal de pedra gris. Na frente da igreja, uma placa lembra o fundador da redução: “Aqui parece que dorme o imortal padre Francisco García de Prada, um Santo Homem”. O texto também está escrito em guarani e registra o nascimento do padre, dia 4 de outubro de 1649, e sua morte, em 18 de fevereiro de 1705.

São Borja está na costa do Uruguai, o rio que faz divisa com Santo Tomé, na Argentina. O rio das balsas, tangido pelo vento frio de inverno, brilhando ao sol de cada manhã. A ponte liga São Borja a Santo Tomé e, em solo argentino, continua a pátria única missioneira, um lugar que parece desconhecer o sentido da fronteira. O que os tratados separam, os rios unem. (DALTO, 1999).

Considerando os vestígios que ficaram desses povos no Rio Grande do Sul pode-se dizer que as ruínas de São Miguel se sobressaem sobre os demais, e que sua igreja contém os frontispícios mais completos dos templos missioneiros da época.

4.3 ASPECTOS PARTICULARES

4.3.1 Organização e Política

Usualmente os Trinta Povos dos Guaranis são isolados do contexto americano, recortados do processo histórico da sociedade colonial e estudados como se fossem um caso único e excepcional. Na verdade, nunca existiu uma independência dos Trinta Povos, nem eles se organizaram como um

Estado isolado. Ao contrário, toda a documentação evidencia uma dependência muito grande em relação à sociedade espanhola. Para as autoridades espanholas, os indígenas guaranis pagavam tributos anuais e prestavam serviços militares, tais como trabalhar na construção ou reconstrução de fortalezas, atacar tribos que ameaçavam os espanhóis, e mesmo auxiliar governadores a debelar rebeliões locais (índios pretensamente integrados e brancos descontentes). (KERN, 1994).

Do ponto de vista político, cabildos à moda espanhola reuniam os jesuítas que governaram em nome dos governadores de Assunção e Buenos Aires. Os governadores visitavam eventualmente a região ou enviavam as suas determinações e ordens por meio dos superiores missionários, já que eles foram igualmente enviados pelo monarca espanhol e controlados pelas autoridades coloniais ibéricas.

As lideranças locais, tanto de missionários como de caciques índios integrantes dos cabildos, apenas recebiam a delegação de sua autoridade das mãos dos governadores locais. A área ocupada pelos Trinta Povos estava integrada nos limites do império colonial espanhol, e nas proximidades de duas capitais provinciais, Assunção e Buenos Aires. (KERN, 1994).

Em Buenos Aires, os jesuítas tinham um Ofício das Missões, o Colégio de Santo Inácio e uma residência. Nessas e em outras áreas da imensa província local, os jesuítas possuíam estâncias de gado e escravos, organizavam ateliês de artesanato e bibliotecas, instalavam impressas, criavam corais e conjuntos musicais e construíam residências, capelas e grandes igrejas barrocas. (KERN, 1994).

É necessário ainda compreender a situação fronteiriça dos Trinta Povos das Missões Guaranis, diante do expansionismo do império português. Essa situação estratégica, em uma área

na qual os espanhóis estavam progressivamente perdendo territórios, levou a monarquia hispânica a fazer concessões, armando os indígenas com armas de fogo, considerando-os como uma milícia de apoio. Inclusive militares espanhóis foram enviados para o treinamento dos guaranis. A situação fronteiriça desses povoados missionários, e o papel desempenhado pelas milícias indígenas na defesa dos territórios platinos do império colonial espanhol, contra as investidas dos portugueses, explica em muito a história dos Trinta Povos. A segurança dos grupos indígenas e da própria sociedade espanhola local só ficou plenamente assegurada com a criação da milícia guarani, armada com suas tradicionais armas de guerra (lanças, arcos e flechas, tacapes) e arcabuzes europeus. Representaram uma resposta dos seus inimigos declarados:

- os colonos espanhóis que desejavam transformar as etnias indígenas em mão-de-obra escrava para as atividades da agricultura e da pecuária;
- os grupos de escravocratas portugueses que investiam contra os povoados para obter um combustível humano que seria queimado nas plantações de açúcar do Brasil;
- os grupos de indígenas nômades do Pampa e do Chaco, principalmente os charruas e guaicurus que continuamente atacavam as cidades espanholas e os “pueblos de índios” já sedentarizados. (KERN, 1994).

Assim, traçar uma linha-limite idealizada, separando os Trinta Povos das Missões Guaranis do seu contexto histórico e sócio-cultural, ignorando os avanços e recuos das frentes de colonização luso-espanholas, as subdivisões administrativas e eclesiásticas internas da colônia espanhola, é no mínimo evidenciar como a fantasia supera os dados da documentação histórica. Ao serem expulsos os jesuítas no século XVIII, a província local dirigia 33 missões entre os guaranis, 10 entre os índios chiquitos (Bolívia), e 13 entre os mocobis e abipones no Chaco argentino, num total de mais de 50. O Provincial ainda dirigia em Córdoba um noviciado, o Colégio Máximo, a residência e uma universidade.

4.3.2 Processo de Aculturação

Um gradual, mas constante processo de transformações culturais se desenvolveu, ao longo de um século e meio. No início, os guaranis abandonaram suas aldeias pré-históricas e penetraram nos povoados missioneiros, portanto, em plena História Moderna. Apesar disso, mantiveram-se, nos povoados das reduções jesuíticas muitos elementos tradicionais da sociedade indígena.

A atuação dos jesuítas junto aos guaranis tinha como objetivo a mudança em todos os sentidos:

- transformar os guaranis em homens políticos que ultrapassassem o estágio selvagem e se transformassem em habitantes da Polis;
- provocar a superação dos costumes bárbaros e transformá-los em civilizados dentro dos padrões europocêntricos;
- transformar os "pagãos" em cristãos, combatendo radicalmente as influências "demoníacas" dos hábitos dos indígenas (KERN, 1994).

Os indígenas eram horticultores e viviam ainda em pleno Paleolítico Superior. Os próprios missionários descreveram o esforço para tirá-los da Idade da Pedra e introduzi-los na Idade dos Metais, para então transformar a sua cultura pré-histórica em uma cultura em moldes europeus. Era necessário civilizá-los para depois cristianizá-los.

Sabiam os missionários que os povoados guaranis eram a "Cidade Terrestre" e não a "Cidade de Deus": a guerra aos pajés durou muito tempo, a poligamia dos caciques teve que

ser aceita durante algum tempo, e não é evidente que, quando os jesuítas se referiam a Tupã, os guaranis imaginassem o Deus de Israel em vez do Deus do Trovão. (KERN, 1994).

Nos povoados guaranis um complexo processo de aculturação mesclou as normas e a tradição indígena com novos hábitos e instituições européias, que eram assimiladas parcialmente ao longo do tempo. Porém, as populações guaranis jamais deixaram de depender dos fornecimentos de armas, de pagar os tributos na forma de serviço pessoal ou servir de milícia fronteira para a monarquia espanhola. (KERN, 1994).

Do ponto de vista social, não se praticava o divórcio, e o adultério era punido com a escravidão e a morte, como entre os utópicos. Não havia o abandono das crianças incapazes ou enfermas nos povoados missioneiros. A educação era desenvolvida pelas famílias indígenas e apenas os filhos dos caciques aprendiam o espanhol e alguns rudimentos de aritmética.

De acordo com Kern, (1994), é no plano econômico onde residiam diferenças fundamentais. Entre os guaranis as atividades de coleta da erva-mate, da casa, da pesca, da horticultura evidenciavam o predomínio desta economia ampla e variada que caracterizava a tradição indígena tropical. O regime de propriedade era misto e na maior parte do tempo os indígenas estavam entregues às atividades individuais e familiares. Normalmente as atividades seguiam o ritmo sazonal da própria natureza e inúmeras atividades, como a caça e a pesca, eram igualmente lúdicas com a concepção básica de que "a vida deve ser vivida". Isso impediu os esforços desenvolvidos pelos jesuítas europeus no sentido de uma regulamentação e de uma planificação das reduções.

Desde o momento inicial em que os primeiros missionários jesuítas penetraram nas aldeias dos guaranis para iniciar o processo de conversão dos "pagãos", até o momento em que foram expulsos, uma série de complexas transformações históricas ocorreram. Nesse processo de mudanças históricas, muitos elementos pouco se alteraram: a legislação espanhola relativa aos "povos de índios" e os comportamentos e crenças relacionados com a religião cristã, por exemplo. Do ponto de vista da cultura imaterial, entretanto, a mudança foi significativa:

- as simples capelas de madeira e teto de palha, do século XVII, transformaram-se em imponentes igrejas de pedra do século XVIII;
- a tecnologia do ferro forjado se introduziu gradualmente, passando a coexistir com os implementos em madeira e pedra polida e lascada da cultura indígena;
- rodas de oleiro e fornos para cerâmica inovaram a produção em série de telhas, recipientes e ladrilhos segundo modelos europeus, os quais coexistiram com a produção manual da cerâmica indígena.

Do ponto de vista político, conciliaram-se as tradições europeia e indígena, como é o caso do caciquismo que se mesclou com a instituição espanhola do Cabildo no governo municipal dos povoados.

Na economia, os padrões indígenas persistiram: a horticultura de plantas tropicais, a coleta, a caça e a pesca da flora e da fauna locais. Mas, enquanto suas estâncias de gado vindo da Europa se organizavam, implantava-se a agricultura de áreas abertas com o arado.

Fica evidente que o sistema desenvolvido pelos jesuítas assim como por outros missionários europeus na América, não se desenvolveu segundo um plano fixo e imutável de

uma utopia. Ao contrário, formou-se paulatinamente, fundamentado nas estruturas sociais vigentes (européias ou indígenas) e na prática das sucessivas atividades apostólicas que se desenvolviam junto às diferentes etnias.

As Missões dos Trintas Povos não foram, definitivamente, uma antevisão de nenhuma sociedade do futuro, nem uma aplicação na prática das utopias, nem mesmo de sonhos temporais jesuíticos de ocupação territorial do continente sul-americano. Foram, isso sim, uma tentativa bem sucedida de instalação e desenvolvimento de uma vida comunitária cristã, com grupos de guaranis que eram levados pelos jesuítas, gradualmente, mas com decisão, para uma situação de aculturação à sociedade espanhola e à religião cristã. (KERN, 1994).

Não foi possível por fim deixar de registrar que os jesuítas tiveram que administrar velhas estruturas e costumes indígenas, ora por imposição dos neófitos, ora por estratégia. A concessão ao modo de ser dos indígenas se fazia para não se correr o risco de perder todo o trabalho de evangelização.

4.3.3 Plano Urbanístico

A partir da obra de Charlevoix³³ (*apud* KERN, 1994), passou-se a afirmar que os primeiros jesuítas a penetrar na região do rio da Prata para fundar reduções teriam estabelecido planos completos, aprovados pelo monarca espanhol. Afirmou-se mesmo que a partir dessa iniciativa dos padres Cataldino e Mascetta, todos os povoados missioneiros passaram a parecer-se uns com os outros.

³³ Escritor francês que escreveu a História do Paraguai na época da colonização jesuítica. Paris: Didot, 1756.

É verdade que a visão de conjunto de um povoado missioneiro jesuítico-guaranis impressiona pela regularidade e pela simetria, que traduz a idéia de ordem perfeita e definitiva. Um tabuleiro de linhas retas paralelas que se cortam em ângulos retos, é a figura que descreve a malha viária. Ao centro, uma praça ampla, cercada de casas de índios. Em uma das faces dessa praça, se encontra a igreja, ladeada pelo cemitério e pela residência das viúvas e órfãos, por um lado, e pelas oficinas dos artífices e pela residência dos padres, de outro. Em volta do povoado, fontes de água potável, currais para o gado, depósitos para a produção agrícola, olaria, etc. Antes de ser um projeto jesuítico, elaborado utopicamente ou de se concretizar em núcleo urbano real, o plano urbanístico das missões tem uma origem histórica bastante complexa e muito anterior à própria fundação da Companhia de Jesus. (KERN, 1994)

De acordo com DALTO (1999, p.27):

Em primeiro lugar é necessário destacar a origem medieval desse projeto. Os beneditinos elaboraram plantas-tipo para seus mosteiros, nos quais a igreja era flanqueada pelo cemitério, por um lado, e pelo claustro e a residência dos monges, pelo outro. O claustro era um espaço retangular fechado, em torno do qual os monges tinham possibilidade de levar uma vida reclusa. Havia uma clausura, dentro da qual se localizavam as células individuais ou os dormitórios coletivos dos monges, o refeitório, a cozinha, a biblioteca, uma capela, etc. Havia ainda um setor de atividades artesanais, uma padaria, um hospital ou enfermaria, um pomar e horta, um setor para acolher hóspedes, viajantes e peregrinos. Nesse conjunto, a localização da igreja, com o claustro e o cemitério estendendo-se paralelamente à nave da igreja, é uma constante.

Esses mosteiros eram quase sempre localizados sobre as alturas das encostas de um vale ou de uma montanha, mas sempre servidos de água fornecida por vertentes ou riachos. Mais para o final da Idade Média, franciscanos e dominicanos seguiram esse traçado geral para os mosteiros beneditinos. Quando no século XVII se iniciou a implantação de povoados indígenas separados das cidades dos espanhóis, na América então recém descoberta, era natural que o plano

urbanístico desses "povos de índios" levassem em conta a disposição dos edifícios relacionados com a vida dos missionários, a partir dos modelos europeus já consagrados. (DALTO, 1999).

O Renascimento provocou uma retomada do antigo projeto grego de cidade planejada, pois desde a fase helenística, as cidades que Alexandre fundou em seu império, seguiam um padrão: ruas perpendiculares cortando-se em ângulos retos, como se formassem uma grade, demarcando quadras nas quais se instalavam quarteirões de casa. Esse mesmo plano retomado nos inícios da Idade Moderna foi adotado pelos espanhóis para a fundação das suas novas cidades do novo mundo ibero-americano, e nas quais o quarteirão é um espaço quadrado de terreno, com casas ou sem elas, mas sempre circunscrito por ruas, nos seus quatro lados. Um dos quarteirões, entretanto, seria substituído por uma praça, uma "praça maior", em torno do qual se distribuía os edifícios principais: igreja, cabildo, residência das autoridades (governadores ou bispos, padres ou caciques). As calçadas eram protegidas pelo avanço do primeiro andar dos edifícios e por arcos redondos que compunham uma decoração para o conjunto da praça, como na Espanha. Esse plano e os detalhes da localização na paisagem e de distribuição das estruturas arquitetônicas, foram rigorosamente estabelecidas nas "Leyes de Indias" espanholas, muito antes, portanto, da chegada dos primeiros jesuítas à América, e em perfeita consonância com as povoações que estavam sendo fundadas por missionários em pleno século XVI. (KERN, 1994).

Nos "pueblos de índios", entretanto, uma concessão foi feita aos padrões de habitação indígena: as ruas não separavam quarteirões, mas sim casas isoladas. Nos povoados indígenas das missões, as ruas, que se organizavam segundo o plano em grade do Renascimento, separam grandes casas indígenas (ocas) e não quarteirões de casas, como nos povoados dos brancos conquistadores.

A resultante desta influência cultural é, portanto, uma "filha" da história e de seus processos complexos, e não um plano saído pronto da cabeça de algum jesuíta. Quando, já em 1697, o jesuíta Antônio Sepp funda o povoado de São João Batista, no sul do Brasil, sua descrição evidencia esta tríplice origem histórica do projeto urbanístico:

Daí tracei algumas linhas paralelas, que seriam as ruas nas quais se deviam edificar casas para cada família, de sorte que a igreja seria como o centro de todo o Povo, o término de todas as ruas. De acordo com este plano, ficava o missionário alojado em meios aos seus neófitos e, por conseguinte, em melhores condições para velar sobre a conduta deles e exercer os ofícios próprios a seu ministério. (KERN, 1994, p. 37)

No arquivo de Simancas³⁴ se encontra um plano do povoado de São João Batista, datado de 1754. Nele se pode perceber claramente a disposição a que se refere Sepp, além de evidenciar as origens históricas referidas. A praça central ocupa o centro da composição. No seu lado sul, encontra-se o conjunto de edificações relacionadas às atividades religiosas e artesanais.

A igreja é ladeada à direita pelo cemitério, e à esquerda pelo claustro. Ambos os espaços estão fechados por um muro e um alpendre. O acesso aos dois recintos se dá por portas que se destacam dos muros e compõem com a fachada da igreja um cenário extraordinário. Dentro do claustro, junto à igreja, uma torre hexagonal mostra seus sinos. Ao fundo do claustro, a residência dos padres se estende de leste a oeste. À esquerda do claustro, vê-se o pátio dos artífices, com as edificações onde se encontravam as oficinas artesanais. Ao fundo, a tradicional quinta onde pomares fornecem frutas, plantam-se ervas medicinais e espécies européias e nativas são cultivadas. Quatro depósitos e um curral completam o desenho na sua parte superior. (KERN, 1994).

³⁴ Arquivo espanhol que guarda principalmente os papéis emanados dos Felipes, e demais colegiados da monarquia espanhola, com exceção do Conselho de Índias, depositados em Sevilha e do Conselho de Portugal criado por Felipe II, em 1581. Os documentos a respeito dos Territórios do Império Luso, entre eles o Brasil, encontram-se na sua maior parte depositados nesse arquivo.

A oeste da praça se vê um edifício retangular, com pequeno pátio interno, no qual se acolhem as viúvas e os “órfãos”, é o "Cotiguaçu". Ao norte da praça, duas longas casas terminam em forma de edificações altas, junto à entrada principal do povoado: são duas capelas, que formam com a fachada da igreja, ao fundo, uma perspectiva de rara simplicidade e beleza. A edificação da esquerda é onde se reúne o cabildo. (KERN, 1994).

Em volta da praça distribuem-se as casas longas e separadas por espaços de circulação, nas quais moram as extensas famílias indígenas, cada família nuclear ocupando um aposento de conjunto; diversas dessas casas são lideradas por seu cacique. Em volta do conjunto do povoado, podem ser observadas algumas vertentes de água transformadas em fontes, como em São Miguel. Esse conjunto é o resultado de decênios de trabalho comunitário, e pode ser tomado como o padrão das missões do século XVIII. (KERN, 1994).

A partir da terceira década de colonização ibero-americana, ainda no início do século XVI, o plano-geral da cidade hispano-americana e o de seus povoados de índios cristianizados e aculturados adquiriu as formas institucionalizadas. Os planos então adotados foram postos em prática em todas as colônias espanholas da América. A legislação fixava o tamanho da praça central, a orientação das ruas, a localização dos edifícios públicos, a divisão das casas, o uso dos terrenos, entre outros detalhes. É, portanto, dupla a origem deste projeto urbanístico missionário junto aos indígenas conversos: de um lado, européia quanto ao seu aspecto externo ou formal da disposição dos edifícios públicos, ruas e instalações na paisagem, e de outro, indígena, sobretudo na organização social das grandes casas (ocas), agora retangulares, que continuam a abrigar as grandes famílias extensas, gradualmente separadas em famílias nucleares. (KERN, 1994).

5 TURISMO E INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E AMBIENTAL EM SÃO MIGUEL

Este capítulo estuda a interpretação do patrimônio no Sítio Arqueológico de São Miguel das Missões, local considerado um destino de turismo cultural que integra a região das Missões Jesuíticas (Figura 2 e 3).



Fonte: IPHAN, 2004

Figura 2 - Planta e Foto do Sítio Arqueológico das Reduções Jesuíticas



Fonte: IPHAN, 2004

Figura 3 - Planta e Foto do Sítio Arqueológico das Reduções Jesuíticas

Para tanto caracteriza-se inicialmente o município de São Miguel, enfocando aspectos gerais, político-administrativos, econômicos e territoriais), turísticos (oferta, demanda e principal atrativo) e da memória e imaginário (trechos e literatura). Após essa caracterização, enfoca-se a ocorrência de um plano de interpretação patrimonial, a partir do modelo de Murta e Goodey (1995; 2002), descrevendo a proposta geral, etapas essenciais e ações interpretativas existentes ou planejadas. Finaliza-se o capítulo com a análise geral dessa interpretação no sítio.



Fonte: IPHAN, 2004

Figura 4 - Área de Entorno do Sítio Arqueológico

5.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

5.1.1 Aspectos Gerais

O município de São Miguel, situado no estado do Rio Grande do Sul, abarca uma superfície de 1.246,60 km², com uma população de aproximadamente 10.000 habitantes. Como municípios limítrofes têm-se: ao Norte, São Luiz Gonzaga, Vitória das Missões, Entre-

Ijuís e Caibaté; ao Sul, Santiago, Capão do Cipó e Tupanciretã; a Leste, Entre-Ijuís, Eugênio de Castro e Jóia; e a Oeste, Tupanciretã, Santiago e Bossoroca.

É uma região de economia agropecuária, destacando o uso de seus rios na irrigação de lavouras, principalmente de milho. As principais atividades econômicas na agricultura referem-se ao milho, soja, trigo, aveia, na pecuária, aos bovinos e ovinos, e no setor terciário, ao comércio e pequenas indústrias. (SECRETARIA DE TURISMO SÃO MIGUEL DAS MISSÕES, 2004).



Fonte: IPHAN, 2004

Figura 5 – Mapa de Localização das Reduções Jesuítico-Guaranis



Fonte: IPHAN, 2004

Figura 6 - Circuito Internacional Missões MERCOSUL



Fonte: IPHAN

Figura 7 - Mapa Rota das Missões

A cobertura florestal original do município era calculada em torno de 35% de matas nativas, mas a área atualmente existente é cerca de 6%. Em relação às matas ciliares, pode-se considerar um índice relativamente bom de proteção, devido à extensa área de exploração pecuária. Muitos proprietários preservam essas matas, para servirem de abrigo ao gado, ou por não necessitarem de explorar a terra até as margens dos rios. (SECRETARIA DE TURISMO SÃO MIGUEL DAS MISSÕES, 2004).

A rede hidrográfica é composta por vários rios e arroios que formam a sub-bacia do rio Piratini, principal rio que corta o município de Leste a Oeste. O clima predominante é o subtropical úmido, com precipitações pluviométricas regulares, numa média de 118 mm por mês, concentrando as maiores precipitações em maio, junho e julho. Quanto às temperaturas, a média no verão está entre 22°C e 26°C, atingindo a máxima de 39°; e no inverno, as temperaturas médias oscilam entre 21°C e 15°C, com variações entre 0°C e 20°C. Os fortes ventos são uma característica importante no município, devido à elevada altitude e grande concentração de campos abertos. Não ocorre nenhum micro-clima específico, pois no verão existem altas temperaturas e no inverno normalmente ocorrem fortes geadas.

O ordenamento territorial da cidade de São Miguel está regulado pela Lei Municipal n.º 400 (BRASIL, 1993) segundo o qual a zona urbana do município compreende: zona arqueológica, zona de proteção cultural 1 e 2; zona comercial 1 e 2; zona mixta³⁵ 1 e 2, zona comercial/industrial e zona de ocupação extensiva 1 e 2.

É proibida qualquer nova edificação ou reforma das construções existentes em toda a área compreendida como zona arqueológica, segundo a Lei Federal n.º 3.924³⁶. (BRASIL,

³⁵ Área do município com passagem de largura variável.

³⁶ Essa lei dispõe sobre os monumentos arqueológicos pré-históricos.

1961). A cidade de São Miguel das Missões encontra-se habitada nos arredores do sítio arqueológico e junto das vias de acesso.

O Governo Federal é o proprietário dos sítios missioneiros e o responsável pelos trabalhos de estabilização, pesquisa, conservação e valorização. Tais trabalhos são por vezes desenvolvidos em colaboração com as universidades, o governo do Estado e as comunidades regionais. (KOTLER, 1995).

5.1.2 Parque das Ruínas como Bem Cultural

Esta redução foi incluída na Lista de Bens Culturais no ano de 1983 com o nome de São Miguel das Missões, e posteriormente, em 1984, com o nome de Missões Jesuítico-Guaranis.

As intervenções visando à consolidação e à limpeza das Ruínas de São Miguel iniciaram-se em 1928. Em janeiro de 1937, Lucio Costa, em um dos seus primeiros trabalhos para o então SPHAN, estudou as ruínas que seriam tombadas no ano seguinte. As peças, sacras em sua maioria, dispersas pelo território das reduções, foram posteriormente inventariadas e reunidas no Museu das Missões. Esse museu criado em 1940, abriga a maior coleção pública de arte missioneira do continente, e foi construído segundo projeto desse arquiteto, inspirado na casa dos índios e situado num dos ângulos do que foi a praça central do aldeamento.

A partir dos anos de 1980, delimitou-se o Parque das Ruínas, com 36,5 ha, e foram retiradas as edificações do seu interior. Com a cooperação da Unesco, empreendeu-se a preservação sistemática das ruínas, cuja trajetória de conservação confunde-se com a história

do esforço brasileiro em proteger seu patrimônio. Contou-se com a cooperação técnica e científica de órgãos brasileiros, argentinos, paraguaios e bolivianos, no âmbito do Programa Mercosul Cultural, especialmente para o inventário e a restauração das imagens missioneiras. Particularmente o IPHAN, em associação com as prefeituras, instituições de pesquisa e empresas, tem-se dedicado ao inventário e a recuperação de outros vestígios missioneiros do Rio Grande do Sul. (DALTO, 1999).

Em atitude pioneira, em 1983, o Brasil propôs o reconhecimento das Ruínas de São Miguel como Patrimônio Cultural da Humanidade, o que decorreu em 20 de dezembro daquele ano. Como decorrência, elaborou-se uma proposta mais abrangente, englobando as principais missões jesuíticas na América. Foram então inscrito em 1985, os seguintes remanescentes missioneiros: na Argentina, San Ignacio Mini, Santa Ana, Nuestra Señora de Loreto e Santa Maria Mayor; no Brasil, São Miguel. Posteriormente, em 1990, Chiquitos, na Bolívia, e em 1993, Trinidad e Jesus, no Paraguai. (UNESCO, 2002).

As Ruínas de São Miguel constituem um importante conjunto arqueológico e turístico, onde se destaca a igreja de São Miguel Arcanjo. Como nas demais reduções, trata-se de um espaço ao mesmo tempo urbano e rural, planejado com rigor, na forma de povoado aberto, consoante as recomendações das Leis de Índias. No imaginário religioso, tem-se um espaço sagrado, rigidamente ordenado, morfologicamente estruturado, do qual deveria estar ausente o imprevisto, o acaso, o capricho, a irregularidade. (GUTIERREZ, 1987).

De acordo com Kern (1994):

Espaço disciplinado e disciplinador, com sua planta geometricamente traçada, com as ruas invariavelmente retas e idênticas, cortando-se sempre em ângulo

reto, parte de uma ordem especial de natureza matemática, estruturada a partir da igreja que é, também, o elemento principal do núcleo de urbanização: a praça quadrangular. Em um de seus lados, o conjunto da igreja com os seus anexos: o colégio, a casa dos padres, o cemitério, a casa das viúvas e as oficinas, todos contidos por um muro; nos outros três lados, as casas dos índios, construções em blocos retangulares, cercados por varandas com telhados de quatro águas. Como as casas eram frágeis, delas só restaram poucas marcas das fundações. Nos fundos da igreja conservam-se vestígios dos pomares e das hortas, indispensáveis ao sistema produtivo das reduções.

Nos últimos anos, além da cooperação técnica e científica entre órgãos brasileiros, argentinos, paraguaios e bolivianos, no âmbito do Programa Mercosul Cultura³⁷, especialmente para o inventário e a restauração das imagens missioneiras, o IPHAN junto com as prefeituras, instituições de pesquisa e empresas, tem se dedicado ao inventário e à recuperação de outros vestígios missioneiros do Rio Grande do Sul (DALTO, 1999). O Anexo 1 sintetiza as restaurações efetuadas no século XX.

5.1.3 Oferta e Demanda Turística

Segundo informações da Secretaria de Turismo de São Miguel das Missões, em 2003, a forma de turismo na localidade pode ser classificada³⁸ como turismo histórico-cultural cujo principal atrativo é o Sítio Arqueológico, capaz de atrair fluxo turístico nacional e internacional. Como atrativos turísticos complementares pode ser citadas atividades de ecoturismo associadas ou não a aspectos culturais das lidas campeiras e de gastronomia típica da região.

A cidade de São Miguel das Missões pode ser considerada, segundo a classificação proposta por Boullón (1997) como Centro Turístico de Excursão, que se aplica a locais com atrativo que pode ser visitado normalmente e não retém o visitante por mais de 24 horas.

³⁷ Programa Mercosul Cultura que visa desenvolvimento e integração dos países do Mercosul: Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai.

³⁸ Classificação proposta por Boullón (1997) e Beni (2001).

Seus principais atrativos são a Igreja de São Miguel Arcanjo e o Espetáculo de Som e Luz, complementados pelos seguintes atrativos secundários: Antiga Sacristia, Museu das Missões, Cruz Missioneira e Fonte Missioneira; remanescente de residência dos padres, das oficinas, do colégio, do Cotiguaçu e da casa dos índios; espaço do cemitério e da quinta; a praça como o grande espaço central em torno do qual se articulam os vestígios/atrativos. A Arcada da Igreja e a Fonte Missioneira são mostradas nas Figuras 6 e 7. A Figura 8 apresenta a Revitalização da Quinta.



Fonte: IPHAN, 2004

Figura 8 - Arcada da Igreja, 2004



Fonte: IPHAN, 2004
Figura 9 - Fonte Missioneira, 1990.



Fonte: IPHAN, 2004
Figura 10 - Revitalização da Quinta, 1990.

Decorre disso a pouca oferta técnica de serviços e equipamentos turísticos, como mostra a Tabela 3.

Tabela 3 - Oferta técnica de serviços e equipamentos turísticos

CATEGORIA	TIPO	QUANTIDADE (n.º)	CARACTERÍSTICAS	FUNCIONÁRIOS (n.º)
Meios de Hospedagem	Hotel	2	80 leitos	20
	Albergue	1	120 leitos	8
Agência de Turismo	Receptivo	1	5 veículos	4 funcionários 9 guias
Alimentação	Restaurante e Churrascaria	1		12
	Lanchonete	1		5
Espaço para evento	CTG – Centro de Tradições Gaúchas	1	Capacidade para 300 participantes	

Fonte: Secretaria de Turismo de São Miguel das Missões, 2004.



Fonte: IPHAN 2004

Figura 11 - O artesanato guarani, natureza e cultura, 2003.

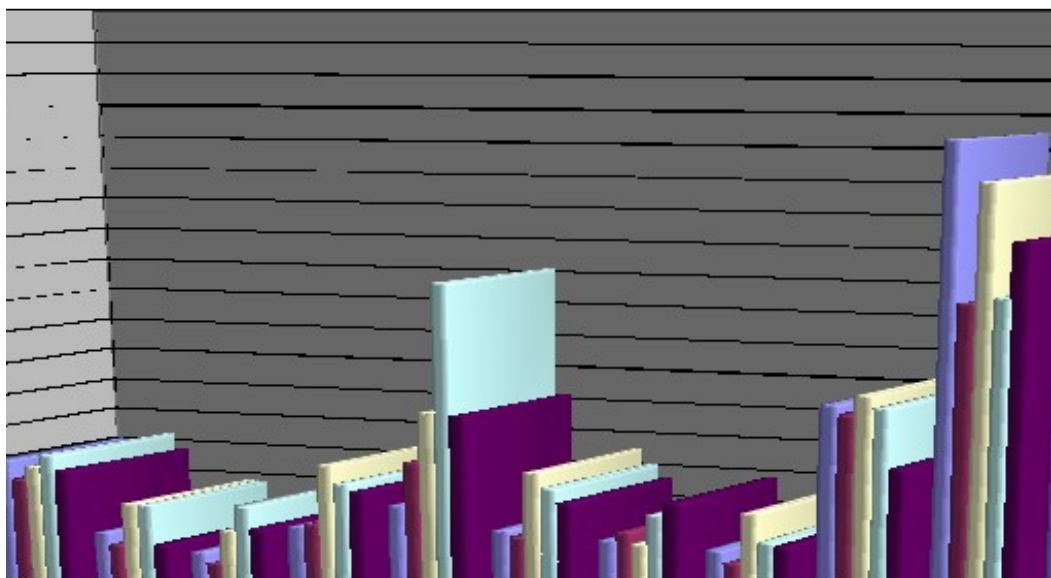
Os dados sobre a demanda turística, segundo a Secretaria de Turismo, demonstram que esse fluxo está distribuído em regional, nacional e internacional, sendo respectivamente 60%, 25% e 15%. Esses dados são coletados desde 1994, sendo que os do fluxo mensal somente aparecem a partir de 1999, referem-se à venda de ingressos, não havendo uma separação entre turistas/excursionistas. O fluxo atual de visitação é dividido entre o Espetáculo de Som e Luz e o Sítio Arqueológico. Como pode ser observado na Tabela 4 o fluxo de visitantes vem se consolidando com uma média de 45 mil visitantes/ano.

Tabela 4 - Fluxo de Visitantes – 1994 a 2003

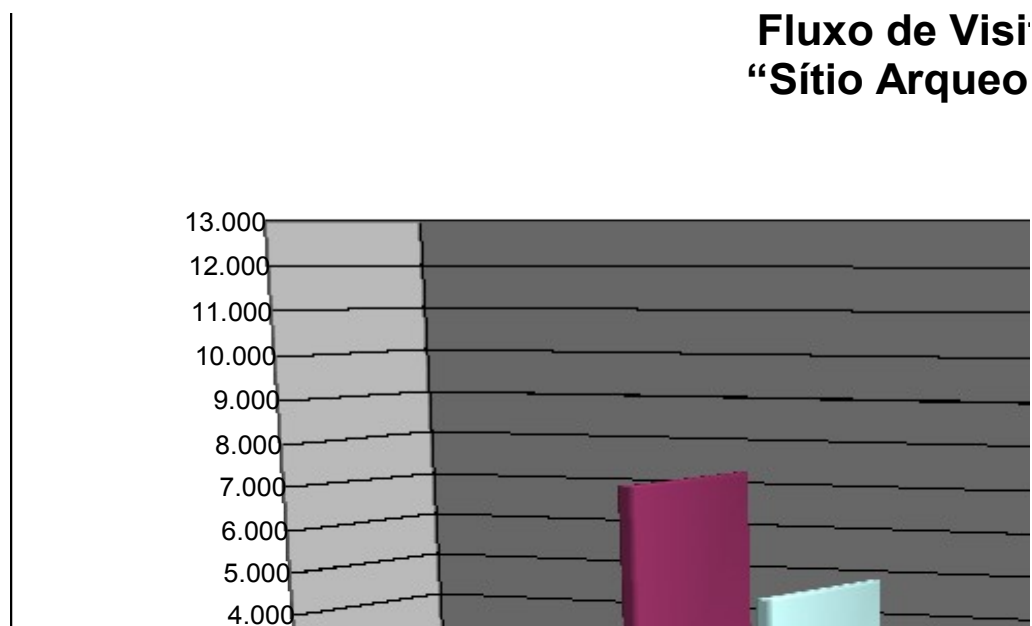
Ano	Som e Luz	Sítio Arqueológico
1994		26.758
1995		42.289
1996	13.547 *	34.402
1997	25.064	53.597
1998	18.944 **	52.102
1999	35.214	55.534
2000	31.699	57.612
2001	38.036	40.258
2002	37.633	44.381
2003	33.670	48.574

Fonte: Secretaria Municipal de Turismo de São Miguel das Missões/RS - 2004

Os meses de maior frequência são outubro e novembro como pode ser observado nas Figuras 10 e 11, o que pode ser atribuído à existência de uma programação de visitas desenvolvido pelas Escolas da região durante o período letivo.



Fonte: Secretaria de Turismo de São Miguel das Missões, 2004
Figura 12 - Fluxo de Visitantes – Espetáculo “Som e Luz” – 1998 a 2003



Fonte: Secretaria de Turismo de São Miguel das Missões, 2004
Figura 13 - Fluxo de Visitantes – Sítio Arqueológico – 1999 a 2003

Observa-se a predominância a famílias e jovens, além de excursões de escolares (ensino fundamental) e de universitários das áreas de Arquitetura, História e Turismo, principalmente da Região Sul. O perfil geral da demanda é o seguinte:

- Idade: 10 a 15 anos (35%) 15 a 20 anos (45%) e acima de 20 anos (15%)
- Sexo: feminino 60% e masculino 40%
- Estado civil: solteiro 70% casado 30%
- Profissão: Estudante
- Forma de viajar: grupo 70% em família 30%
- Meio de Transporte utilizado: rodoviário
- Motivação: turismo
- Gasto per capita, na cidade: R\$ 20,00
- Tempo de Permanência: 4 horas
- Meio de Hospedagem: pousada e albergue

5.1.4 Principal Atrativo: Igreja de São Miguel Arcanjo



Fonte: IPHAN, 2004

Figura 14 - Igreja de São Miguel Arcanjo

A Igreja de São Miguel Arcanjo apresenta as ruínas mais bem conservadas entre as igrejas missionárias da América do Sul. A primeira edificação dessa igreja foi construída no período fundacional (1632) e permaneceu até a migração do povo em 1636, da qual não sobraram vestígios.

Em 1637, Domingos Torres construiu outra igreja que durou apenas cinco anos, até 1642, quando desabou em um temporal. Posteriormente, erigiu-se um novo templo em 1687. A igreja atual foi construída entre 1735 e 1744, data baseada conforme atuação de Juan Batista Prímoli³⁹, arquiteto jesuíta milanês, autor do projeto. Considera-se que esse padre, desenhou a fachada do corpo principal da igreja, provavelmente inspirando-se na igreja Gesù di Roma⁴⁰.

Relacionado ao estilo da construção da igreja, justifica Curtis (1987) em seus estudos que:

³⁹ Esse padre que chegou à América pela Argentina, tendo desembarcado em Buenos Aires em 1717. É o autor dos projetos das igrejas de Trinidad, de Concepción e da Antiga Catedral de Buenos Aires, cuja fachada se assemelha à de São Miguel.

⁴⁰ Essa igreja é uma obra paradigmática da arquitetura religiosa jesuítica, projetada na segunda metade do século XVI pelos arquitetos italianos Jacopo Barozzi, mais conhecido como Vignola, e Giacomo de la Porta, época em que a Itália e particularmente Roma vivia a transição do Renascimento para o Barroco.

[...] na época em que Prímoli saiu da Itália a arquitetura sofreu, pois a grande purificação que a iria levar até o neoclássico e as demais plantas eram do tipo basilical com a nave central mais alta que as laterais e envolvem a cruz latina com naves retangulares rodeadas de capelas intercomunicadas.

DALTO (1999) descreve que:

Construída em pedra arenítica, a partir de um projeto que a diferencia de todas as demais igrejas missioneiras, possui planta em cruz latina com três naves separadas por arcadas de pedra. Ao corpo principal somam-se o pórtico e a torre sineira. Sua fachada possui uma leve inclinação, acentuando a monumentalidade e corrigindo a perspectiva. Tinha o interior decorado com talhas, esculturas e pinturas em madeira policromada.

Utilizou-se, estrutura autônoma de madeira e grossas paredes com fechamento em pedras assentadas com argamassa de barro e foi coberta com telhas de barro sobre uma estrutura de madeira. Encontra-se certa semelhança com as primitivas basílicas romanas. Devido à falta de cal na região, a igreja teve que ser construída totalmente em pedra até a altura do telhado, o que a diferencia das outras igrejas da região. Possui o único exemplar completo existente da torre e do frontispício entre todos os antigos povos jesuítas-guaranis do Brasil, Argentina e Paraguai.

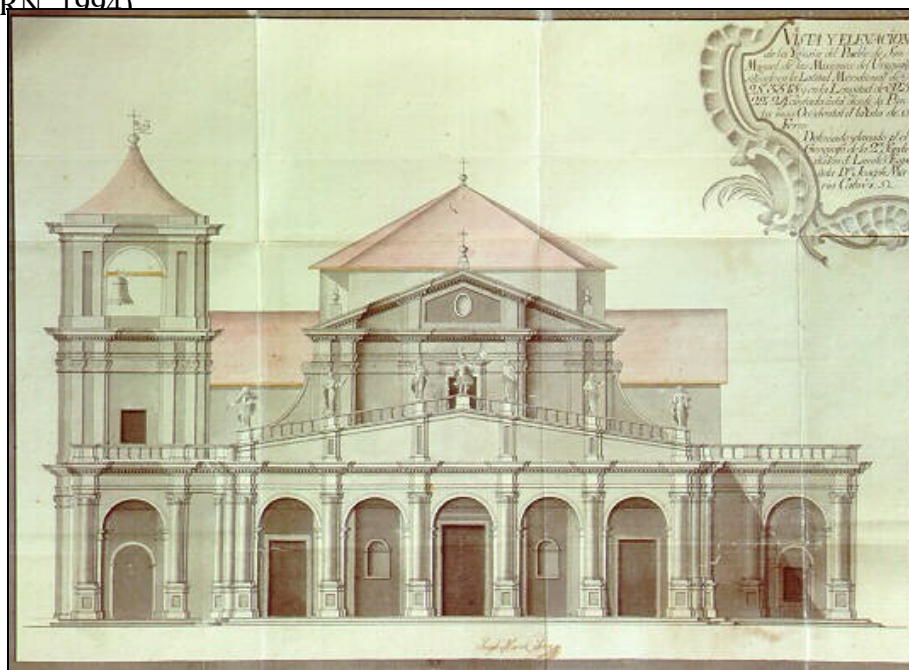
De acordo com Gutierrez (1987),

As notáveis concepções de sua fachada, que introduz o movimento cenográfico barroco em uma correção ótica incrível, e o pórtico introduzido posteriormente assinalam a abertura estilística para propostas ainda não experimentadas nas missões. O pórtico caiu em fins do século XIX e o desequilíbrio gerado na estrutura motivou assentamentos diferenciais na fachada e na torre, levando a trabalhos de consolidação primária que requeriam intervenção urgente para evitar o desaparecimento do conjunto.

Os importantes restos da Igreja de São Miguel possibilitam sua recuperação especial e nesta tarefa já estão fluindo os esforços dos melhores especialistas do Brasil, com o apoio técnico da Unesco, que estão realizando detalhados estudos para definir as formas operativas de ação. Para resgatar a Igreja de São Miguel, da qual somente restam ruínas, são importantes os estudos realizados pelo arquiteto Fernando Machado Leal (1984), que coordenou o projeto de restauração no ano de 1982, e os estudos do arquiteto argentino Ramón Gutiérrez sobre os aspectos construtivos e também sobre a vida passada do monumento.

Quando se observa o conjunto constituído pela Igreja, torre das campanas e arcadas se verifica que a construção do monumento foi feita em épocas distintas. Portanto supõe-se que na Igreja de São Miguel trocou-se o sistema construtivo das estruturas autônomas por paredes de pedra, mas no colégio manteve-se a estrutura de madeira com o ligamento em ladrilho. Nas paredes foi utilizado o barro sem outro material para o ligamento, o que supõe mão-de-obra de qualidade. (KERN, 1994).

No que refere à iconografia para estudo da igreja de São Miguel somente tem-se dois únicos planos antigos: “Risco de São Miguel”, feito aproximadamente em 1756, e o levantamento do engenheiro José Maria Cabres, feito provavelmente entre os anos de 1783 e 1789. (KERN, 1994)



Fonte: IPHAN, 2004

Figura 15 - Vista e elevação da igreja do Povo de São Miguel



Fonte: IPHAN, 2004

Figura 16 - Litografia de Alfred Demersay (1846) de São Miguel com destaque para a Igreja

5.1.5 Memória e Imaginário

A seguir apresentam-se trechos extraídos da literatura consultada, (DALTO, 1999; UNESCO, 2002) nos quais emerge a memória das reduções de São Miguel relacionada ao imaginário. Trata-se de um relato da história que leva o leitor a fazer parte da narrativa e a imaginar-se dentro do contexto histórico do mesmo.

Todos vieram de muito longe. Os guaranis vieram da Amazônia, cinco, seis, talvez sete mil anos antes. Buscavam a Terra Sem Males. Os jesuítas atravessaram o Mar Tenebroso e a Selva Impenetrável. Buscavam esplendor semelhante. Não é mistério nenhum o que encontraram. As feições esculpidas em madeira retratam a expressão do colonizado. Essa maneira de sofrer calado, de não fazer alarde da dor.

O mundo então é um cenário perturbador. Estamos no turbulento século XVII, entediado por extremismos políticos e religiosos, por arrogâncias visionárias, pela ambição do conhecimento e o espírito da modernidade lutando com o atraso e a superstição. Uma lei política e moral une e atemoriza os europeus: a Fé. Os jesuítas querem salvar almas para Cristo, sim, mas com dignidade, como soldados honrados numa missão difícil. Não pretendem escravizar nem saquear nem destruir.

Uma antiga tragédia pesa no ar do templo missioneiro. Presentimos desde quando avistamos o frontispício centenário; mas, como tudo, é apenas a primeira impressão de tantas outras visões. Ficam também as demoradas tardes de dezembro, quando são ensaiados sem pressa ou Autos de Natal.

Ficam as vozes de coro subindo pelas paredes e ganhando os campos cobertos de verde que circundam a vila. Fica a leveza dos pés descalços, a corrida do bando de meninos, o som da flauta, buscando as ruas, sumindo numa porta, se enredando no vestido de uma mulher ou na cesta carregada de frutos que outra carrega.

Fica o som do arado rompendo a terra, o som da pedra cortada pelo artesão, o som do formão talhando a imagem no pedaço de madeira, e fica, quase imperceptível, por trás do som do órgão que vem da capela, o débil rascar da pena do padre Nusdorffer escorregando pelo papel, à luz da lamparina, e perpetuando, letra a letra, o invencível desprezo: "estes seres têm a inteligência pouco desenvolvida, senão tapada".

A madeira e o fogo são os símbolos mais fortes de uma tribo. É na madeira leve da corticeira, marcada a fogo, que nascem os bichos: tatus, tucanos, uma macaca com o filho na garupa, a onça, a coruja. Em meio à bicharada, uma cruz. A mesma cruz, que na frente do museu, parece indicar o caminho para a catedral de São Miguel.

Por cento e cinquenta anos um povo visionário convive com um grupo de visionários, e se entendem em algum plano da imaginação. Imaginam que estavam servindo a Alguém, brincam de fazer o bem uns aos outros. Acolhem um o jeito de ser do outro e aprendem uns com os outros, até que um dia vem o Exército do Mundo Real e os aniquila.

Um grupo de guaranis chega em uma Kombi, enxotados de uma cidade que não quer vê-los por perto. Integram-se à paisagem de São Miguel. Perto dali, uma floresta subtropical, a mesma de onde nasce o alecrim, em cuja sombra abriga-se o guaimbé, a planta que dá fibra forte para amarrar a trança dos cestos.

Sepé, ainda menino, examina com grave temor o altar resplandecente. O futuro guerreiro com o dom da premonição, como sugere a lenda, vislumbra os clarins da guerra, os homens, a cavalo, as casas em chamas, os escombros fumegantes. Antecipa a tensão das reuniões em torno das fogueiras, os discursos inflamados, a fadiga das retiradas e o aviso das armas afiadas, prontas para o combate.

São Miguel das Missões é ainda quase um povoado erguido em volta das ruínas da antiga catedral missioneira, a de frontão imponente, feita pelo arquiteto italiano João Batista Prímoli. Essa catedral é o mais conhecido símbolo dos povos missioneiros. Cenário vivo, no qual já aconteceram shows e chuvas de fogos de artifícios, como no recital do tenor José Carreras. Palco em que, a cada noite, o espetáculo *Som e Luz* conta a glória das Missões e sua trágica destruição. Mas é nesse lugar que o patrimônio histórico não é apenas a peça preservada num museu. Há indícios que mostram uma consciência de que a história continua numa dinâmica que vai além do registro de lembranças. E esse projeto isso leva o nome de Teko'a.

São Miguel é apenas o centro de uma série de iniciativas, nas quais juntam-se vários tipos de patrimônio: o natural, o arqueológico, o arquitetônico, o histórico. É como a busca permanente de devolver à região missioneira estilhaços de uma identidade que, muitas vezes, beirou o folclore ou se perdeu na névoa de um heroísmo de folhetim. Não é uma volta ao passado. É apenas a projeção de um presente com memória.

É assim que a quinta vem sendo recuperada com pé de cítricos e pessegueiros. Ou o cemitério, onde a plantação em forma de cruz, das avenidas das laranjeiras, mostra uma tradição guarani, indicando e separando por sexo as crianças que morriam nas reduções.

O pequeno grupo de guaranis, descendente dos que um dia foram os donos dessas terras e dessas matas, pode indicar os rumos de um resgate. Estão em São Miguel, num lugar que se chama Parque da Fonte Missioneira a um quilômetro das ruínas. Em torno dessas instalaram suas casas de taquara, barro e teto de palha. Plantam milho, mandioca e

improvisaram até mesmo um campo de futebol. Pelo projeto Teko'a⁴¹, esse parque deve ser regularizado e virar um local para a permanência dos guaranis. (DALTO, 1999).

5.2 PROPOSTA GERAL DE INTERPRETAÇÃO PATRIMONIAL

5.2.1 Concepção e Objetivos

A interpretação de monumentos e sítios é uma ferramenta fundamental para apoiar o desenvolvimento do turismo cultural e ambiental. Essa técnica de preparação de espaços para receber visitantes, amplamente utilizada em alguns países, é indispensável para incrementar a qualidade da visita a bens culturais, monumentos ou sítios, permitindo que o conhecimento existente sobre o local passe a ser de domínio público. Diferentes mídias podem ser utilizadas como suporte, de acordo com o conceito e as características de cada projeto. O objetivo principal da interpretação deve ser sempre o de buscar realçar os valores presentes em cada situação, por meio da utilização de técnicas de apresentação e comunicação, que incluem a museografia.⁴²

No caso específico das Missões, no Rio Grande do Sul, a Proposta de Interpretação valoriza as peculiaridades do Sítio Arqueológico, explorando a história própria do lugar e a qualidade de seus remanescentes, dando ênfase aos elementos motivadores. No projeto de interpretação para São João Batista⁴³, por exemplo, foi estruturado um roteiro de visita envolvendo aspectos ambientais e culturais, utilizando como conceito o ponto de vista do jesuíta, no caso, o responsável por sua fundação, o Padre Antônio Sepp. Outro importante

⁴¹ Esse projeto visa preservar os remanescentes missioneiros, a natureza e os traços culturais dos guaranis. (DALTO, 1999).

⁴² Conforme entrevista realizada com o Superintendente do IPHAN do Estado do Rio Grande do Sul, Luiz Antônio Bolcato Custódio em novembro de 2003 e fevereiro de 2004.

⁴³ Sítio arqueológico tombado pelo IPHAN, localizado em Entre-Ijuís / Cidade do Rio Grande do Sul.

referencial é a interpretação de São Nicolau, onde foram utilizados textos do diário de Auguste Saint Hilaire, quando de sua visita às ruínas daquele povoado, no século XIX, como o seguinte:

Entre em uma larga rua de casas circundadas de galerias, e absolutamente semelhantes às de S. Borja. Mas quase não se vêem moradores nas casas; as portas estão arrancadas, os telhados e paredes estão em ruínas por toda parte. (IPHAN, 2004).



Fonte: IPHAN, 2004

Figura 17 - Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo.

No caso de São Miguel, prevê-se a estruturação do Percorso dos Conquistadores, onde serão transcritos textos dos diários das cortes Espanhola e Portuguesa, que entraram em São Miguel, em maio de 1756, depois da Guerra Guaranítica.

5.2.2 Elementos e Equipamentos

A sinalização está distribuída adequadamente, com número suficiente de placas em relação à necessidade e distribuição ao longo da estrada, com atendimento a toda Região Missioneira.

A sinalização está orientada aos visitantes voltada a facilitação de acesso ao município de São Miguel e ao sítio arqueológico. A sinalização na entrada do sítio abrange um conjunto de seis painéis que cumpre a função de apresentar história das reduções e representa uma base interpretativa do local.

O Sítio de São Miguel das Missões não apresenta infra-estrutura adaptada ao cumprimento de normas que atendam a diferentes paradigmas. Isso se verifica com relação ao acesso ao e no local, sanitários e outras estruturas em toda área de visitação, o que dificulta a visitação ao sítio arqueológico. Esse aspecto, pode ser atribuído à falta de recursos disponíveis para realização de ações pertinentes ao mesmo, assim como a uma proposta de planejamento.

Com relação aos equipamentos tem-se:

- Equipamentos Básicos: Centro de Recepção de Visitantes, infra-estrutura de apoio com banheiro e área administrativa do IPHAN.
- Equipamentos Adicionais: sala de exposição de imagens e objetos das reduções, e sala para venda de artigos relacionados às reduções jesuíticas.

Esses equipamentos cumprem de maneira precária as funções de atendimento e recepção ao visitante. A falta de recursos para melhoria física dos espaços se associa à falta de captação de recursos, a partir, por exemplo da venda e comercialização de produtos.

5.2.3 Participação da Comunidade

Não houve qualquer menção à participação da comunidade no processo de interpretação patrimonial. Igualmente não há atividades em que a comunidade e, em especial, os descendentes dos índios guaranis sejam inseridos.

A “participação” desses descendentes é “tolerada” pela administração, uma vez que diariamente um grupo se “instala” atrás do museu oferecendo seus produtos aos visitantes (Figura 16).

Percebe-se que a condição social e de apresentação dos índios causa um certo desconforto a esses que são por eles assediados. Não se encontraram indícios ou tentativas de integrá-los à proposta de interpretação do sítio.



Fonte: IPHAN, 2004

Figura 18 - Índios Guaranis

Essa falta de inserção é ainda claramente perceptível em relação ao conhecimento da legislação restrita aos integrantes do IPHAN. Observa-se que outros atores comunitários com interesse no desenvolvimento do Turismo no município como os guias, os comerciantes e a comunidade em geral não demonstram conhecimento da mesma, numa postura praticamente inativa de intervenção.

5.2.4 Etapas Essenciais de um Plano

Pelos documentos a que se teve acesso e pelas entrevistas com representantes do IPHAN, da Administração do Sítio e dos órgãos estaduais e municipais de turismo, constatou-se a inexistência de um plano interpretativo conforme modelo de Murta e Goodey (1995;

2002). Daí não ter sido possível a descrição e análise dessas etapas voltadas à elaboração de um plano de interpretação. Se não existe tal plano, tampouco existem estratégias interpretativas. Mas há um conjunto de ações interpretativas existentes ou planejadas, envolvendo a oferta de atrativos turísticos do Sítio Arqueológico e orientados ao tema Reduções Jesuítico -Guaranis.

5.3 AÇÕES INTERPRETATIVAS

As ações interpretativas presentes em São Miguel são classificadas em quatro categorias, como mostra o Quadro 5. Percebe-se que, apesar da primeira ação ter sido realizada em 1940, foi somente a partir de meados da década de 1980 que começou realmente a ser efetivada.

Quadro 5 - Ações Interpretativas no Sítio Arqueológico de São Miguel das Missões (RS, Brasil)

Categorias	Formas	Data de Implantação
Interpretação ao vivo	Visita Guiada Iluminação Natalina Oficina de Arqueologia	1991 2001 1991
Textos e Publicações	Folheto descritivo como guia (informações e mapas) Postais da Redução de São Miguel Cd rom Missões Jesuíticas Cd rom de músicas barrocas missioneiras e guaranis	
Interpretação com Base no “Design” – Meios Estáticos	Placas de Sinalização Existentes Placas de Sinalização Planejadas Exposição de imagens, artefatos e documentos Painéis explicativos Maquetes	1987 2002 1940 1986 1993
Interpretação com Base no “Design” – Meios Animados	Vídeos Quiosques multimídias Música ao Entardecer Espetáculo de Som e Luz	1992 1997 1995 1987

Fonte: IPHAN (2004)

5.3.1 Interpretação ao Vivo

Em relação à interpretação ao vivo esta se faz presente nas visitas guiadas com guia local para grupos visitantes, na missa natalina e na oficina de arqueologia.

5.3.1.1 Visita Guiada

A visita nas Missões Jesuíticas de São Miguel e entorno, feito por nove guias locais e regionais, que possuem informações mais detalhadas sobre o local, e que se empenham em acompanhar os visitantes ao Sítio Arqueológico. Essas visitas somente são realizadas, mediante contratação anterior.

O trajeto inicia no Centro de Visitantes, em seguida com visita ao museu para observação da exposição das imagens e maquete do Tecuá. Na seqüência percorre-se o sítio, dirigindo-se a igreja em cuja Sacristia é exibido um vídeo desenvolvido com base em relatos históricos; entre outros elementos como a maquete da redução; e os quiosques multimídia com informações sobre a história, arquitetura, arte e turismo acessando o cd-rom. Saindo da igreja, percorre-se o local onde estava localizado a praça, o cemitério e o cabildo. No final pode-se adquirir souvenirs típicos do local no Centro de Recepção de Visitantes.



Fonte: IPHAN, 2004

Figura 19 - Oficina de atualização dos Guias de Turismo

A visita guiada realizada “*in loco*” mostrou a necessidade de investir na capacitação dos guias de turismo, o que está atribuído ao fato do IPHAN e Secretaria Municipal de Turismo não oferecerem cursos profissionalizantes na área. No ano (2004) em função do convênio com o SEBRAE foi realizada uma reciclagem através da Associação de Guias que atuam na região.

5.3.1.2 Iluminação Natalina

A iluminação especial no final de ano correspondendo às atividades alusivas ao período onde são tocadas músicas natalinas, sem uma encenação propriamente dita. Com relação à Iluminação Natalina, percebe-se que esta vem sendo realizada pela comunidade, sem um planejamento prévio. Isso pode implicar, entre outros aspectos, no risco de não ser mais encenada, conforme informações do IPHAN.



Fonte: IPHAN, 2004

Figura 20 - Festas e Comemorações Natalinas

5.3.1.3 Oficina de Arqueologia

A oficina simulada de arqueologia foi desenvolvida com o objetivo de ampliar as informações e atrativos que compõem a visitação ao sítio⁴⁴, e destina-se, principalmente a alunos, visando sensibiliza-los para a proteção, valorização e divulgação do Patrimônio Histórico e Cultural. (Figuras 19 e 20).

⁴⁴ A metodologia, o embasamento histórico e treinamento foram desenvolvidos pelo arqueólogo José Otávio Catafesto de Souza e pelo Arquiteto Vladimir Fernando Stello.



Fonte: IPHAN, 2004
Figura 21 - Oficina de Arqueologia



Fonte: IPHAN, 2004
Figura 22 - Oficina de Arqueologia

As etapas da oficina consistem em:

- o local, previamente organizado para a simulação é composto de um setor demarcado (um quadrado de 10m x10m), onde os “oficineiros” fazem a coleta do material, contendo fragmentos de material cerâmico, pedra, ossos, azulejo, louça, etc.

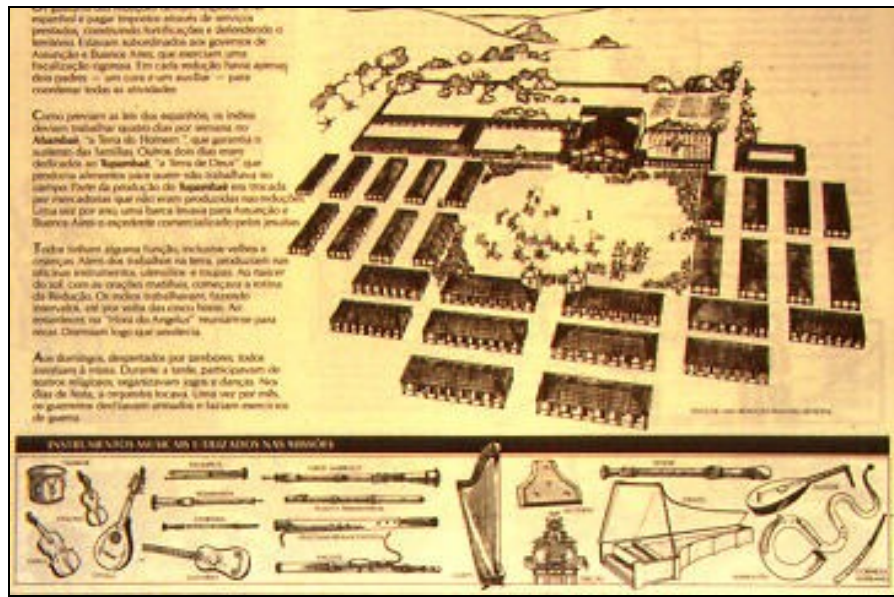
- após a coleta dos participantes, faz-se a limpeza do material, análise e identificação, por meio da diferenciação de cor, textura, tipo de material, decoração e forma: e a reconstituição, por meio de troca de material entre os participantes que buscarão, entre si, encontrar pedaços para reconstituir o objeto. Esta prática é realizada em uma grande mesa, com todos os participantes ao seu redor.

- todas as etapas são acompanhadas pelo instrutor que vai passando os conceitos e técnicas, a metodologia busca ser dinâmica, com formulação de desafios apresentados aos participantes, que buscam, pela prática a sua solução.

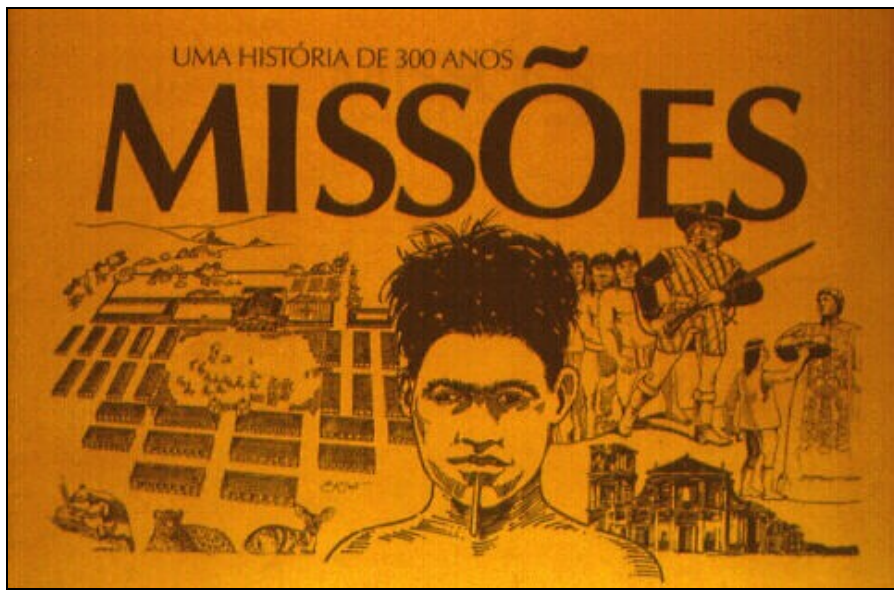
- depois de reconstituído e analisado o objeto, o instrutor com a ajuda do professor ou coordenador do grupo, escolhe alguns participantes ou voluntários para fazer uma descrição de todas as características físicas e informações históricas depreendidas do próprio vestígio material, deixando também suas impressões e avaliações sobre a oficina.

5.3.1.4 Publicações

O visitante recebe na entrada do sítio um folheto descritivo sobre o local, onde constam informações e um mapa. Não existe um percurso demarcado ou uma orientação para o mesmo. O visitante ainda pode comprar cartões postais e cd das missões.



Fonte: IPHAN, 2004
 Figuras 23 - Material Promocional



Fonte: IPHAN, 2004
 Figuras 24 - Material Promocional

5.3.2 Interpretação Estática com Base no "Design"

Os meios estéticos desse tipo de interpretação presentes são descritos a seguir:

5.3.2.1 Placas de Sinalização Existentes

As primeiras placas metálicas foram implantadas na guarita em 1987 e em 1990 dentro do sítio identificando os locais. Em 2003 todas foram substituídas por um conjunto de 10 placas em cerâmica com suporte em pedra de arenito, com a denominação do ponto. Fica evidente a necessidade de apresentar uma descrição do ponto que está sendo observado. A figura 23 apresenta essas placas.



Fonte: IPHAN, 2004

Figura 25 – Placas de indicação do local

5.3.2.2 Placas de Sinalização Planejadas

Foram desenvolvidas em 2002, ainda sem instalação, e estão representadas num conjunto de 28 unidades referentes à sinalização interpretativa do sítio arqueológico⁴⁵. Nelas estão o texto e a caracterização dos fatos. A figura 24 apresenta o texto e a indicação de ilustração.

São Miguel Arcanjo – Percurso dos Conquistadores

Entre 1752 e 1759 as comissões encarregadas da demarcação do Tratado de Madri realizaram explorações e levantamentos nas zonas limítrofes dos territórios portugueses e espanhóis na região das Missões.

Depois de vencer a Guerra Guaranítica as duas comitivas entraram em São Miguel Arcanjo em maio de 1756. As impressões destes conquistadores foram registradas em diários, desenhos e mapas, executados pelo Capitão de Dragões D. Francisco Grael e Geógrafo D. José Maria Cabrer, espanhóis e pelo Engenheiro-militar José Custódio de Sá e Faria e Capitão Jacinto Rodrigues da Cunha, portugueses.

Destes documentos foram extraídas as informações para a sinalização interpretativa do sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo, identificados com as cores de Portugal e Espanha, de acordo com seus

Fonte: IPHAN, 2004

Figura 26 – “São Miguel Arcanjo – Percurso dos Conquistadores”

As demais placas mostram: vistas e elevação da igreja de São Miguel; sítios, povoados e ruas; igreja, batistério, altares, claustro e casa dos padres; oficinas, quinta e cemitério; tambo, cotiguaçu (casa viúvas) e casa dos índios.



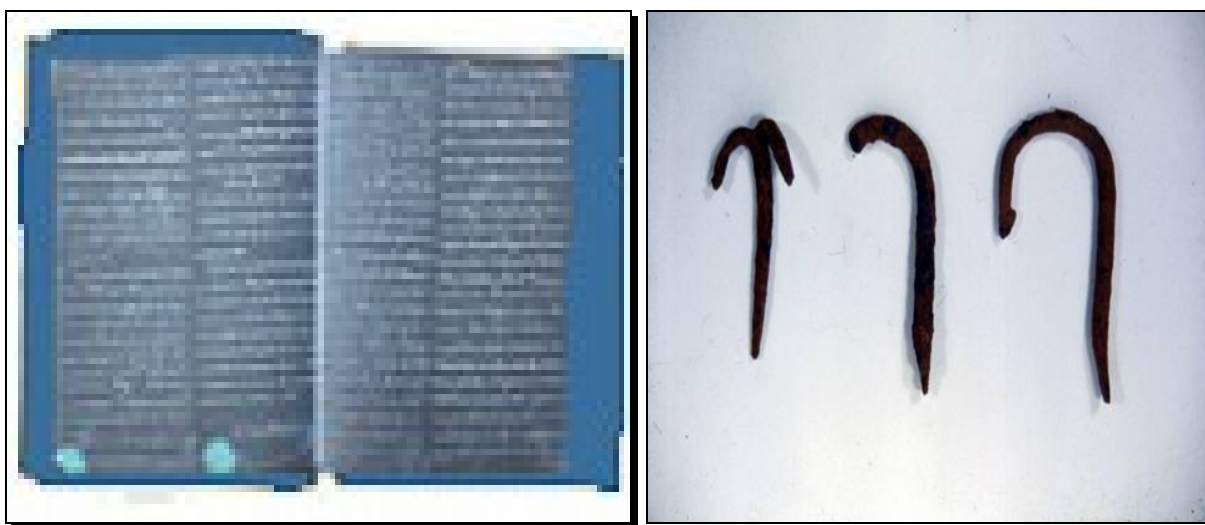
⁴⁵ E... a colaboração da historiadora Leticia Bauer e dos arquitetos Vladimir Fernando Stello e Matilde Villegas.

Fonte: IPHAN, 2004

Figura 27 – Cruz Missioneira e Arcada da Igreja

5.3.2.3 *Exposição de imagens sacras, artefatos e documentos*

Foi organizada inicialmente em 1940, pelos arquitetos Lucio Costa e Lucas Mayerhofer e reorganizada em 1986, pelo arquiteto Luiz Antônio Custódio e pela museóloga Célia Corsino, quando foram colocados os painéis explicativos dentro do Museu, e as peças expostas em vitrines fixas de vidro no interior do museu das Missões. As imagens sacras, aproximadamente cem, são estátuas de madeira policromada, provenientes de vários povos missioneiros. Há ainda, os sinos e peças de arenito como capitéis, colunas, relógio de sol, a cruz missioneira, além de documentos como livros, manuscritos, mapas, fotografias, relatórios, documentos eletrônicos, reportagens, etc. Aspectos desse são mostrados nas Figuras 26 a 28.



Fonte: IPHAN, 2004

Figura 28 - Peças de arenito e documentos pertencentes ao Sítio Arqueológico de São Miguel das Missões.



Fonte: IPHAN, 2004

Figura 29 - Peças de arenito pertencentes ao Sítio Arqueológico de São Miguel das Missões.

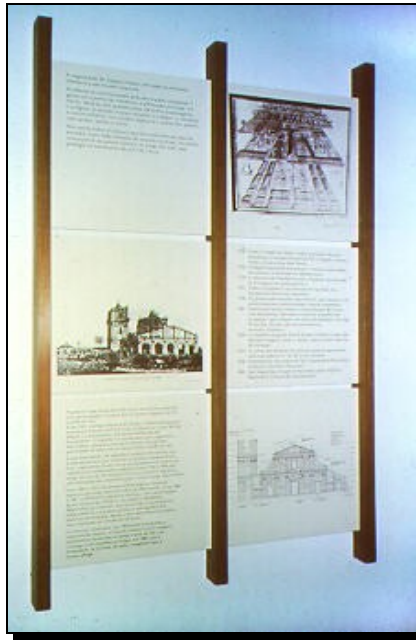


Fonte: IPHAN, 2004

Figura 30 - Artefatos Arqueológicos

5.3.2.4 Painéis Explicativos

Conjunto de 3 painéis composto por 8 placas de aproximadamente 30cm de comprimento por 30cm de largura, localizados no interior do Museu das Missões, dispostos cronologicamente com textos explicativos sobre a história de São Miguel das Missões. Esses painéis são de fórmica em suportes de madeira, como mostra a figura 29.



Fonte: IPHAN, 2004

Figura 31 - Painéis Explicativos do Museu

5.3.2.5 Maquetes

São duas maquetes, Tecuá e Redução. A maquete de Tecuá, feita pelo índio guarani José Acosta, é confeccionada em madeira cerne de Guajuvira⁴⁶ e retrata o local vivência de uma comunidade guarani (Figura 30); está exposta na entrada do Museu das Missões, fazendo parte do acervo deste. A maquete da Redução⁴⁷ retrata uma vista geral do sítio, com base em seus vestígios arqueológicos e iconografia da época. Encontra-se na Sacristia da Igreja. (Figura 31).

⁴⁶ Madeira típica local.

⁴⁷ Elaboradas pelos arquitetos Isabela Coimbra e Raul Pilla em 1993.



Fonte: IPHAN, 2004
Figura 32 - Maquete do Tecuá



Fonte: IPHAN, 2004
Figura 33 - Maquete da Redução

5.3.3 Interpretação Animada com Base no “Design”

5.3.3.1 Videos

Desenvolvidos com base em relatos históricos com uma reconstituição computadorizada do sítio com base no diário de Dom Francisco Grael (Capitão de Dragões) e nas cartas do Padre Antonio Sepp. Podem ser vistas duas produções: “Missões” que apresenta os trabalhos de preservação dos remanescentes do sítio, e “Reconstituição Computadorizada da Redução de São Miguel Arcanjo”, viabilizando uma visita virtual ao povoado de São Miguel Arcanjo no seu apogeu, em meados do século XVIII. (Figuras 33 e 34). Os vídeos são projetados em telão, diariamente, a cada 5 minutos, na antiga Sacristia da Igreja. (Figura 32).



Fonte: IPHAN, 2004

Vídeo na



Figura 34 - Sacristia

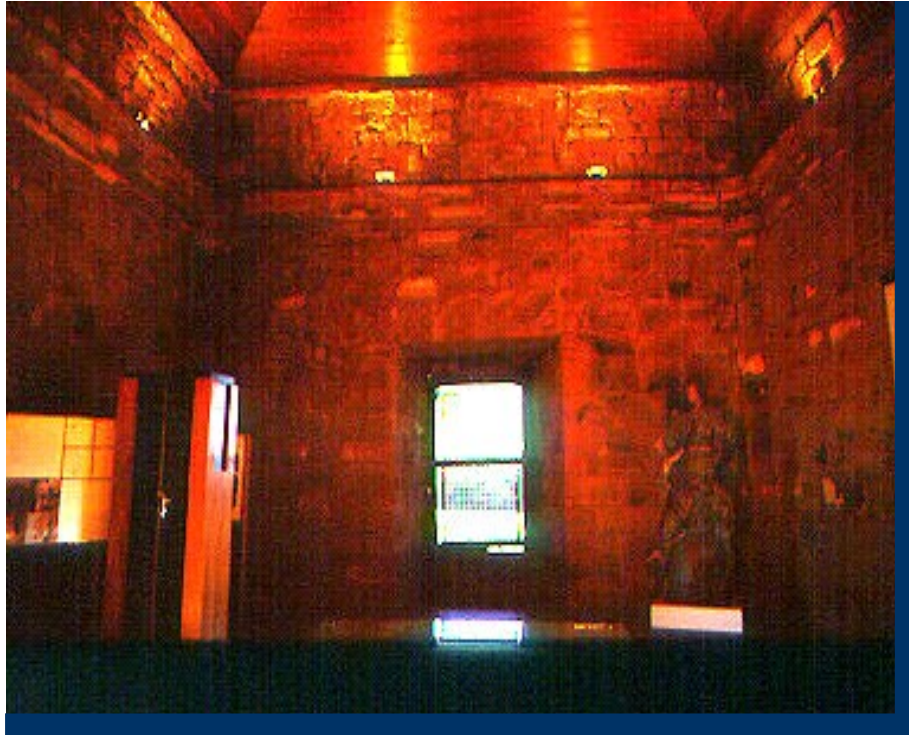
Fonte: IPHAN, 2004

Figura 35 - Reconstituição informatizada – Convênio UNISINOS



Fonte: IPHAN, 2004

Figura 36 - Reconstituição informatizada – Convênio UNISINOS



Fonte: IPHAN, 2004

Figura 37 - Sacristia da Igreja

5.3.3.2 *Quiosques Multimídias*

Estão inseridos em suportes de madeira revestidos em fórmica. Neles, o visitante acessa o Cd rom “Missões Jesuíticas”, podendo obter informações sobre a história, arquitetura, arte e turismo das missões do Brasil, Argentina e Uruguai.



Fonte: IPHAN, 2004

Figura 38 - Cdrom Missões Jesuíticas

5.3.3.3 *Música ao Entardecer*

A partir das 17h são tocadas músicas barrocas missioneiras e guarani, compostas nas épocas das Missões e músicas de um grupo guarani mediante a seguinte programação:

-Segunda-feira: Alabanzas a la Virgen;

- Terça-feira: Yyy Ju Caminho da Terra Sem Males;
- Quarta-feira: Música de las Misiones de Chiquititos;
- Quinta-feira: Música de Visperas en las Reducciones de Chiquititos;
- Sexta-feira: Música de Dos Mundos;
- Sábado: Nande Reko Arandu – Memória Viva Guarani;
- Domingo: Música de Visperas en las Reducciones de Chiquititos.

5.3.3.4 *Espectáculo de Som e Luz*

É apresentado nas ruínas de São Miguel e foi desenvolvido pela Secretaria de Turismo do Rio Grande do Sul, baseando-se em projeto semelhante no Vale dos Deuses, no México. Conta a história das Missões por meio de personagens interpretados por artistas do teatro nacional como Fernanda Montenegro, Paulo Gracindo, Lima Duarte, Juca de Oliveira e Rolando Boldrin que “emprestam” suas vozes para contar a história da civilização que se desenvolveu na região missioneira. Esses personagens falam da terra, das ruínas, dos vultos históricos, das missões, enquanto simultaneamente são feitas projeções de luzes sobre as ruínas da igreja. Nas mediações do conjunto histórico foram construídas arquibancadas que permitem a participação de 600 pessoas sentadas. O evento é realizado diariamente no período noturno com início às 20 horas. (Figura 37).



Fonte: IPHAN, 2004

Figura 39 - Espetáculo de Som e Luz

5.3.4 Atrações Locais

Não existem trilhas ou percursos demarcados e sinalizados no sítio. Existe um percurso usual quando da visita guiada, conforme descrito no item 5.3.1.

O Centro de Informações e Recepção na entrada do sítio foi criado em 1994. Recebe os visitantes, vende os ingressos e entrega material informativo a estes. Não atua como um centro de visitantes em sentido pleno, mas sim como, uma simples recepção de visitantes, pobre em estrutura e atendimento aos museus. Na loja de souvenirs, criado em 1987, ao lado deste, também há pouca diversidade e oferta de produtos.

A arrecadação de ingressos é administrada pelo IPHAN, e destinada a conta única do IPHAN Nacional. Representa também a principal fonte de receita do sítio. Quanto ao material informativo produzido pelo IPHAN Nacional em português e espanhol, contempla informações relacionadas a história, localização, vias de acesso, mapa ilustrativo do local, telefones úteis, e ilustrações com fotos servindo de um guia ao visitante.

5.3.5 Análise Geral

A interpretação nessa localidade é do tipo temática de base histórica segundo o modelo de Murta e Goodey (1995; 2002) sem qualquer inserção da comunidade. Quanto ao Plano Interpretativo como proposto por esses autores, este na verdade não existe. Tanto que não se identificaram as etapas essenciais de um plano.

A interpretação cultural se estrutura com base em ações interpretativas existentes e planejadas. Mesmo o citado “Percurso dos Conquistadores” que, a princípio, indicaria o desenvolvimento do plano interpretativo dessa redução, refere-se unicamente a placas de sinalização interpretativa.

Verificou-se que há limitações na gestão do sítio, concentradas na escassa disponibilidade de pessoal capacitado, rotinas, procedimentos e serviços para receber visitantes e nos poucos recursos técnicos e financeiros, advindos unicamente do IPHAN Nacional e uma pequena contribuição da Secretaria de Turismo Municipal. Isso se reflete também nas limitações da estrutura de apoio e nos atrativos turísticos.

Pode-se inferir que em relação aos cinco tipos de Ações Interpretativas do modelo de Murta e Goodey (1995; 2002), a Interpretação com base no “Desing” com Meios Animados, apresenta uma correspondência maior em estrutura existente e finalidade. Ao mesmo tempo, isso não invalida a necessidade de ajustes na forma em que são apresentadas ao público. A Interpretação ao Vivo é um dos pontos que poderia receber maior intervenção que compreendem desde a infra-estrutura até a aplicação de recursos tecnológicos.

Destaca-se a Oficina de Arqueologia como uma forma de interação do visitante (aluno) com o sítio arqueológico, levando a maior compreensão da vida na época e dos artefatos remanescentes.

Com relação aos Meios Estáticos de Interpretação observou-se que:

- As placas existentes indicam o nome do atrativo sem texto ou ilustração interpretativa. São bem localizadas e o suporte em pedra “imitando uma ruína” se insere adequadamente no ambiente, ou seja, no cenário do sítio arqueológico. No entanto, deixam de cumprir a finalidade interpretativa pelo fato de não haver estímulo através de fotos, frases e descrições. Isso não ocorre com as placas planejadas. Estas são de metal e retratam a história das reduções jesuítico-guaranis, enfocando as passagens que aconteceram no local.
- O acervo do museu configura uma expressão fixa e estática sem qualquer proposta de interação com o público, o que poderia ocorrer como exemplo, através de um audiovisual ou de áudio-fone. Além da identificação da peça na vitrine, não há um guia do museu para explicar e destacar as peças do acervo.
- Os painéis explicativos apresentam somente textos em português de forma sucinta, de fácil compreensão. Apóiam a exposição do acervo, sendo também fixos e permanentes. Normalmente o público visitante em geral, pouco os lê.
- Nessa perspectiva a exposição de imagens, artefatos e documentos deveria ser objeto de novas proposições, propiciando maior e melhor interação com o público.

Dos meios animados com interpretação verificou-se o seguinte:

- O vídeo no interior da sacristia é passado no final da visita. Considera-se que se fosse visto pelos visitantes no início da visita, proporcionaria melhor entendimento e aproveitamento da visita, como no modelo Disney termina na loja de souvenirs.
- Os quiosques, na Sacristia, no mesmo local em que é passado o vídeo e a maquete, possibilitam uma interação com o visitante dirigida aos seus interesses particulares. Trata-se do acesso ao já citado cd-rom das Missões Jesuíticas.
- O meio animado de maior expressão é o espetáculo de “Som e Luz” que ocorre diariamente, no período noturno. Este não se utiliza de recursos tecnológicos mais avançados como o espetáculo de Petrópolis (RJ), mas se assemelha a outros espetáculos dessa natureza como o de Caxias do Sul (RS). Apesar de interessante, o espectador permanece sentado na arquibancada todo o tempo e o próprio conteúdo, da forma como é exposto, não provoca movimento e interações mais próximas ao fato histórico. Pode ser considerado monótono e tedioso para uma parcela de visitantes.

Outras formas de meio animado de exibição não se apresentam, tais como: guias portáteis sonorizados, pontos específicos para audições, repetidores de mensagem e modelos que se movem. Percebe-se a não preocupação com tais formas inclusive no “Plano Interpretativo em Elaboração” que contempla simplesmente as placas de sinalização.

Quanto às atrações locais, não se pode comentar aspectos particulares dos roteiros e trilhas, pois estes inexistem.

Com relação ao Centro de Visitantes, se observa a necessidade de ampliar a área de recepção, contemplando os serviços de atendimento, exposição de material sobre o sítio arqueológico e destinação de áreas de “abrigo” dos visitantes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

6.1 CONCLUSÕES

Nesta dissertação de mestrado o tema estudado é abrangente e o objeto de estudo – São Miguel das Missões – é bastante complexo. Face a isso, as considerações teóricas sobre o patrimônio, o turismo e a interpretação cultural podem parecer um pouco extensas, mas foram necessárias para a compreensão e sistematização de informações fundamentais ao desenvolvimento da pesquisa. Da mesma forma foi preciso entender as reduções jesuítico-guaranis a partir do contexto histórico na época do seu surgimento, do seu ciclo evolutivo e dos seus aspectos político-administrativos, culturais e urbanísticos.

Do conceito de patrimônio cultural, em âmbito mundial, percebeu-se que houve avanços no século XX, ocasionados face à atuação da UNESCO e à elaboração das Cartas Patrimoniais, com destaque à Carta de Veneza. No Brasil, ao se focar a atuação do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - deparou-se com uma profusão de siglas e respectivas denominações desse organismo, o qual foi: Serviço (SPHAN), Diretoria (DPHAN), Secretaria (SPHAN) e Instituto (IPHAN e IBPC). Isso ocasionou uma certa “confusão” que foi sanada com a elaboração de um quadro ordenado cronologicamente das mesmas.

Da relação entre Turismo e Interpretação do Patrimônio, depreendeu-se que o turismo cultural se fundamenta no patrimônio de uma comunidade, seja esta antiga ou nova, grande ou pequena. Para a gestão do turismo em cidades históricas, há necessidade de serem consideradas as “funções turísticas” da oferta patrimonial, transformando o patrimônio cultural em produto alinhado à demanda turística. Além disso, a oferta cultural deve se compor com outros tipos de oferta local e regional, o que sinaliza para uma interpretação cultural e ambiental.

Nesse contexto, emerge a interpretação do patrimônio cultural que vem evoluindo a partir dos trabalhos de Freeman Tilden, dando vida e significado a elementos culturais e ao seu entorno. No Brasil os estudos de Stela Maris Murta, publicados conjuntamente com Brian Goodey, foram imprescindíveis ao desenvolvimento desta pesquisa. Com o modelo de plano interpretativo desses autores pode-se verificar a ocorrência da interpretação do patrimônio cultural no Sítio Arqueológico São Miguel das Missões, Rio Grande do Sul, ou seja, responder o problema central da pesquisa.

O objeto de estudo, o sítio arqueológico, se relaciona com o ambiente mais amplo em consequência da experiência missioneira que se desenvolveu num amplo território, hoje ocupando parte de quatro países, onde se misturam aspectos culturais, políticos e econômicos no tempo e no espaço.

Existem ligações que podem ser estabelecidas com o passado, o presente e o futuro, pois essa experiência envolveu duas culturas, com visões diferentes de mundo: a guaranítica e a européia. Tal encontro propiciou ao longo do tempo uma outra situação, caracterizada pelo “mundo missioneiro”, que se moldou utilizando elementos culturais das duas culturas. Assim estabeleceu-se a base econômica da região – gado e erva mate, e criou-se um novo tipo humano, ligado às lidas do campo, o gaúcho.

Pode-se concluir que a interpretação do patrimônio cultural na Redução de São Miguel é do tipo temática de base histórica. No entanto, baseia-se unicamente em ações interpretativas isoladas. Como não existe um plano interpretativo a nortear tais ações, estas não podem ser consideradas estratégias do mesmo.

Apesar da constatação do grande potencial para a exploração do turismo cultural centrado nesse patrimônio mundial, tal exploração é tímida, pouco profissional e relativamente estática, quando comparada à interpretação temática de cidades históricas, como, por exemplo, as do “triângulo histórico” dos Estados Unidos.

Percebe-se essa situação nas placas e painéis, no museu, nas maquetes e até no meio animado de maior expressão – o espetáculo “Som e Luz”. No entanto há algumas ações que se destacam propiciando maior integração e aproveitamento da visita. É o caso da Oficina Arqueológica, do vídeo e dos quiosques multimídia.

Com relação às ações planejadas, destacam-se as placas projetadas com base no “Percurso dos Conquistadores”. Essa ação configura uma proposta interessante, que poderia ser plenamente explorada por meio de um adequado planejamento interpretativo que alie as quatro funções propostas por Freeman Tilden: social, cultural, educativa e turística.

O próprio Centro de Recepção de Visitantes é um reflexo da falta de planejamento, assim como a inexistência de trilhas e roteiros sinalizados ou outras atrações do entorno.

Ficou evidente ainda que a própria situação atual do sítio arqueológico e da cidade, em termos de organização e gestão do turismo não apresenta atratividade e condições para a maior retenção do turista e geração de benefícios econômicos e sociais à comunidade, e especialmente aos índios descendentes dos guaranis.

Todas essas conclusões permitiram atingir o primeiro objetivo secundário desta dissertação, identificado o que e como ocorre a interpretação do patrimônio cultural do Sítio Arqueológico São Miguel das Missões. Os resultados aqui apontados indicam a necessidade premente de um planejamento interpretativo cultural e ambiental do local inserido no contexto do Turismo Cultural da região. Nesse sentido, e de encontro ao segundo objetivo secundário, apresentam-se a seguir um conjunto de propostas como linhas norteadoras ao desenvolvimento de um plano interpretativo.

6.2 PROPOSTAS

As Reduções Jesuítico-Guaranis possuem um conjunto de elementos patrimoniais suscetíveis de serem interpretados, conhecidos e apreciados pelos visitantes. Entende-se o Patrimônio como a integração dos elementos naturais e culturais em um território humanizado, como o resultado da incidência das diversas sociedades em um meio determinado. São Miguel das Missões permite realizar uma leitura do território embasado em um conjunto de elementos antrópicos, que necessariamente passam da globalidade à particularidade.

Este sítio arqueológico pode se constituir em um verdadeiro e competitivo produto turístico cultural, alternativas para a economia atual aliando a adequada interpretação do patrimônio à uma exploração responsável do turismo. Na forma de um sólido produto, este recurso patrimonial pode propagar um desenvolvimento local em nível sócio cultural e econômico, propiciando:

- O desenvolvimento sustentável conjugado à conservação dos recursos patrimoniais, à qualidade da experiência do visitante e à qualidade de vida da população local. Isto pressupõe, obviamente, o estabelecimento de critérios para um sistema de visitação controlada.
- A prática de novas políticas de gestão baseadas nos princípios da Interpretação, dirigida aos visitantes em geral, com destaque para aqueles interessados no turismo cultural, desejosos de fazer uma “viagem no tempo”.

- A valorização do patrimônio local, numa apresentação integrada de atrações para a população, visitantes e turistas. Para tanto, dever-se-á traçar um mapa emotivo do sítio e de seu entorno, para definir o tom apropriado da linguagem de conservação e de orientação do fluxo de visitantes.

O Plano Interpretativo deverá ser norteado pelos seis princípios de Freeman Tilden e objetivar a valorização das Reduções Jesuítico-Guaranis dentro dos ditames da interpretação patrimonial e do turismo cultural, para melhor atender à demanda por sustentabilidade integral do patrimônio.

Definitivamente, a interpretação desse local deve propor uma integração entre todos os atrativos e o entorno, contemplando necessariamente os seguintes aspectos:

- A proteção do patrimônio e da identidade local;
- A criação de uma oferta complementar que agregue valor ao produto turístico local e regional;
- A participação da comunidade em todo o processo;
- A melhora da qualidade de vida dessa comunidade;
- A conjugação do desenvolvimento econômico, cultural e social.

Para uma adequada exploração turística, quer se trate de um destino, quer se trate de um atrativo, é necessário saber o que busca o olhar do visitante e do turista, qual é o sentido do lugar e de suas práticas culturais, o que o local e a comunidade têm a lhe mostrar e oferecer. Assim, os atrativos culturais e ambientais devem ser interpretados, fornecendo informações sobre o local e seus habitantes, nos seus hábitos, costumes, tradições, lendas,

segredos e sua história, estimulando o olhar, provocando a curiosidade e levando o visitante a descobrir toda a “magia” do lugar.

As ações interpretativas em São Miguel das Missões deverão ser planejadas mediante o acondicionamento do local e seu entorno, a difusão de sua importância histórica e a aplicação de diferentes estratégias interpretativas.

Nesse contexto, deve-se utilizar um conjunto de meios interpretativos mais dinâmicos e ousados, promovendo a inserção do visitante e/ou do turista como um dos protagonistas da experiência interpretativa.

Assim, a criação de um espaço temático centrado no Patrimônio das Missões, deve considerar tanto a interpretação dos elementos culturais e naturais, quanto a participação da população local. A singularidade deste bem patrimonial e sua importância para a explicação da evolução histórica do território, indicam o grande potencial do Sítio Arqueológico São Miguel das Missões como produto turístico que, somado a outros remanescentes das Missões na região podem configurar uma oferta turística diferencial.

Ao finalizar esta dissertação sobre um tema inovador e tão instigante, e ao mesmo tempo tão “rico” pela abrangência e complexidade a ele inerente, abrem-se muitas perspectivas e possibilidades de estudos futuros sobre a Interpretação Patrimonial no contexto do Turismo Cultural.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAHAM, J. *The origins and growth of sociology*. Harmondsworth: New York: Penguin Books, 1973.
- ACERENZA, Miguel Angel. *Administración del turismo: conceptualización y organización*. 4. ed. México: Trilhas, 1991.
- ALLEMANDI, Umberto & C. *Lessico dei beni culturali – 28 concetti chiave nelle definizioni de 112 protagonisti*. Cordinamento editoriale – Laura Rugieri. Associazione Mecenate 90: Roma, 1999.
- ALMANAQUE PARANÁ. *Aspectos regionais*. Secretaria Estadual de Turismo do Paraná. Curitiba, 2001.
- ANDRADE, José Vicente de. *Turismo: fundamentos e dimensões*. São Paulo: Ática, 1995.
- ANDRADE, Maria Margarida de. *Introdução à metodologia do trabalho científico: Elaboração de trabalhos na graduação*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- ARANTES, Antônio Augusto (org). *Produzindo o passado – estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ASKAR, Jorge A. *Reconstrução e imitação como alternativas da conservação*. Caderno de Arquitetura e Urbanismo. Belo Horizonte, 1996. n. 4.
- AZEVEDO, Paulo Ormino. *Por um inventário do patrimônio cultural brasileiro*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro: IPHAN, 1987. n. 22.
- BAKULA, Cecilia y REPETTO, Luis. *Inventario de términos para museos*. Museo del Banco Central de Reserva del Perú. Dirección General del Museo Nacional. 1989. 40 págs.
- BALLART, Joseph. *El patrimonio historico y arqueologico: valor y uso*. Barcelona: Ariel, S.A., 1997.
- BANDUCCI, Álvaro JR; BARRETTO, Margarita (orgs). *Turismo e identidade local: uma visão antropológica*. Campinas, São Paulo: Papirus, 2000.
- BAUDRIHAYE, Jaime-Axel Ruiz. *El turismocultural: luces y sombras*. Madrid: Instituto de Turismo de España-Turespaña, Estudios turísticos, 1997.
- BARRETTO, Margarita. *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. 8. ed. São Paulo: Papirus, 1995.
- _____. *Turismo e legado cultural: as possibilidades do Planejamento*. Campinas: Papirus, 2000.
- _____. *Planejamento e organização em turismo*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1991.
- BENI, Mário Carlos. *Análise estrutural do turismo*. 2. ed. São Paulo: SENAC, 1998.
- _____. et al. “A política do turismo”, em Turismo. Como aprender, como ensinar. São Paulo: SENAC, 2001.

- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOULLÓN, Roberto C. *Planificación del espacio turístico*. 3. ed. México: Trilhas, 1997.
- BRASIL. IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Legislação brasileira de proteção aos bens culturais*. 1976.
- _____. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – 12º Coordenação Regional do IPHAN. *Remanescentes da igreja da redução de são miguel arcanjo*: Levantamento Cadastral. Porto Alegre; Pallotti, 1994.
- BRUXEL, Arnaldo. *Os trinta povos guaranis*. 2. ed. Rio Grande do Sul: Nova Dimensão, 1987.
- CABADO, Joan Serra; MARCO, Luís Pujol. *Los espacios temáticos patrimoniales: una metodología para el diseño de productos turísticos culturales*. Consultores en Turismo y Ocio. 2001.
- CABRAL, Oswaldo. *Cultura e folclore – bases científicas do folclore*. Comissão Catarinense de Folclore: Santa Catarina, 1954.
- CABRAL, Salvador. *A Revolução cultural do mercosul*. Florianópolis: Insular, 1995.
- CAMARGO, Haroldo Leitão. *Patrimônio histórico e cultural*. São Paulo: Aleph, 2002.
- CARVALHO, Pompeu F. Patrimônio histórico e artístico nas cidades médias paulistanas: a Construção do lugar. In: *Turismo, espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTROGIOVANI, Antônio Carlos; GASTAL, Susana. Porto Alegre: Edição dos Autores, 1999.
- CENTENO, Rogério Rocha. *Metodología de lá investigación aplicada al turism*. México: Trilhas, 1992.
- CERVO, Amado Luís; BERVAN, Pedro Alcino. *Metodologia científica para uso dos estudantes universitários*. 2. ed. São Paulo. Mc Graw Hill, 1978.
- CHARLEVOIX, P. (1910-1916). *Historia del paraguay*. Tomo II – Libro V. Madrid.
- CHEREM, Gabriel J. *Interpretación de la comunidad: la chave para el turismo adecuado* (“histórias novas e histórias velhas, histórias guardadas e histórias contadas”). In MacIntosh, Robert W; Goeldner, Charles R; Ritchie, Brent J.R. *Turismo planeación, administración y perspectives*. 2. ed. México: Limusa Wiley, 2000.p. 35-236.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. *Edição da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul*: Brasília, 1988.
- CHIAVENATO, Idalberto. *Introdução à teoria geral da administração*. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade. UNESP, 2001.
- COELHO, Gustavo Neiva; VALVA, Milena d’Ayala. *Patrimônio cultural edificado*. Goiânia: UCG, 2001.
- COSTA, Lucio: *Documentos de trabalho*. Rio de Janeiro, IPHAN, 1999.
- CURTIS, Júlio Nicoulau Barros de. *A revisão do movimento moderno - Arquitetura no Rio Grande do Sul nos anos 80*. Brasil. Editora Ritter dos Reis. Porto Alegre; Mercado Aberto. 1983.
- CURY, Isabelle (org). *Cartas patrimoniais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.

CUSTÓDIO, Luiz Antônio Bolcato. Artigo: *Interpretação de sítios como uma ferramenta para o turismo*. Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Departamento de Promoções - DEPROM/12ª Coordenação Regional. Porto Alegre: RS, 2003.

_____. Artigo: *Patrimônio mundial: trajetória, práticas e desafios*, Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Departamento de Promoções - DEPROM/12ª Coordenação Regional. Porto Alegre: RS, 2003.

DALTO, Renato. *Missões jesuíticas, jesuit mission*. UNISINOS, 1999.

DE LA TORRE, Oscar Padilha. *El turismo, fenómeno social*. 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

DENCKER, A. de Freitas Maneti. *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo*. São Paulo: Futura, 1998.

DIC, Michaelis. *Dicionário de língua portuguesa*. 1998.

DOMINGUES, Antonio Heleno. *Dicionário de história dos descobrimentos portugueses*. Círculo do Leitor. Lisboa: Caminho, 1990.

FERREIRA, Marieta de Moraes et al. *História e multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Diadorim Editora Ltda, 1996.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Universidade Federal do Rio de Janeiro: IPHAN: Rio de Janeiro, 1997. ISBN: 85-7334-006-1.

FRANCO, Nery Alberto Dominguez. *Potencialização do turismo das ruínas jesuíticas da região das missões*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2000.

FUNARI, Pedro Paulo e PINSKY, Jaime. *Turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Contexto, 2001.

GASTAL, Susana. *Turismo & cultura: por uma relação sem diletantismo*. In: Gastal, Susana (org) *Turismo: 9 propostas por um saber-fazer*. Porto Alegre: Elebra, 1998.

GASTAL, Susana (Org.). *Turismo e investigação crítica*. São Paulo: Contexto, 2002.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GOELDNER, Charles R; RITCHIE, J.R. Brent; McINTOSCH, Roberto W. *Turismo planeación, administración e perspectives*. 2. ed. México: Limusa Wiley, 2000.

GOODEY, Brian. *Interpretive Planning as na integral element in place development*. Interpretation Journal 50, Spring 1992.

_____, Brian. *Interpretação e comunidade local*. In: MURTA, S. M.; ALBANO, C. (org.). *Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: UFMG; Território Brasilis, 2002, p. 47-57

GUTIERREZ, Ramón. *A preservação do patrimônio arquitetônico como agente dinamizador da consciência cultural americana*. Boletim SPHAN, n.24, 1983.

_____. *As missões jesuíticas dos guaranis*. UNESCO – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Fundação Nacional Pró-Memória. Rio de Janeiro, 1987.

_____. *Tipologias urbanas de las misiones jesuíticas*. En VI Congreso Internacional de Historia de América. Tomo II. Academia Nacional de la Historia. Buenos Aires, 1982.

HALL, C. M.. *Tourism and politics*. Chichester:Wiley, 1994.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília - DF Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial de Petrópolis – RJ, 1999. CDU: 374:008 (81).

IBARRA, Julio Grande. *Análisis de la oferta de turismo cultural en España..* Fundación Caja-Rioja, 2001.

ICOMOS. REVISTA DO ICOMOS – BRASIL 2000. *Monumentos brasileiros no patrimônio mundial*. Salvador, 2000. 321p.

IPHAN. Ministério da Cultura. *Tombamento e participação popular*. Departamento do Patrimônio Histórico, do Município de São Paulo, 1995.

IPHAN Notícias do Patrimônio. *Informativo do instituto do patrimônio histórico e artístico nacional*: Ministério da Cultura. Nov/1999 – n. 13.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <<http://www.missoes.iphan.gov.br>> . Acesso em 09mar2004

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>> . Acesso em: 03abr2004

KERN, Arno Alvarez. *Utopias e missões jesuíticas*. Porto Alegre: Universidade / UFRGS, 1994. (Síntese Universitária; 40). ISBN 85-7025-324-9. CDU 869 (816.5).

KLEIN, Gabriel. *Missões jesuíticas guaranís – El Uso Público*. Oficina Gestão e Desenvolvimento Sustentável das Reduções Jesuíticas. São Miguel das Missões, RS, Brasil: nov/2003.

KLUCKHOHN, apud RÚSSIO, Waldisa. Texto III. In: ARANTES, Antônio Augusto. *Produzindo o passado*. Estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense, 1984.

KOTLER, Maria Beatriz Medeiros. *Análisis de la restauración monumental y su aplicación en Brasil: como modelo la Reducción Jesuítica de San Miguel*. Universitat Politècnica de Catalunya. Tese de Doutorado. Barcelona, 1995.

KRIPPENDORF, Jost. *Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens* (tradução Contexto Traduções). São Paulo: Aleph, 2000.

LAGE, Beatriz, MILONE, Paulo. *Bases para elaboração de um trabalho científico no turismo - teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Andrade Marina de. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1986.

LAZZAROTTO, Valentim A. *Senso comum & conhecimento científico*. Caxias do Sul: UCS, 1983.

LE CORBUSIER. *A Carta de Atenas*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.

LEAL, Fernando Machado. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – *São Miguel das Missões* – estudo de estabilização e conservação das ruínas da igreja. Separata do n. 19/1984.

LE MOS, Carlos A. C. *O que é patrimônio histórico?* São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Primeira Passos).

LUZ, Maturino. *Ponto & vírgula*, Jan/1993. n. 11.

MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo?** *A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

MAGALHÃES, Aloísio, apud LUZ. *Ponto & vírgula*. Jan/ 1993, p.38. n. 11.

MENESES De, Bezerra Ulpiano T. Os "usos culturais" da cultura. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YAZIGI, Eduardo; CARLOS, Alessandri Ana; Da CRUZ, Rita de Cássia: *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1996.

McINTOSH, Roberto W; GOELDNER, Charels R; RITCHIE, J.R. Brent. *Turismo planeación, administración e perspectivas*. 2. ed. México: Limusa Wiley, 2000.

MOPU, Ministério de Obras Públicas e Urbanismo. José Sánchez Labrador y Los Naturalistas Jesuitas Del Río de la Plata. *Monografías de la dirección general de medio ambiente*. Secretaria General Técnica. Centro de Publicaciones, Madrid: Espanha, 1989. NIPO: 151-88-121-7. ISBN: 84-7433-623-6. Depósito legal: AV-192-1989.

MOLETTA, Vânia Florentino. *Turismo cultural*. 2. ed. Porto Alegre: SEBRAE/RS, 2000.

MORALES, Jorge. *Guia Práctica para la interpretación del patrimonio*. Andalucía. Tragsa, Junta de Consejería de Cultura, 1998.

MOREL, Bosque Joaquín. O Patrimônio da Humanidade. In: YAZIGI, Eduardo; CARLOS, Alessandri Ana; Da CRUZ, Rita de Cássia. *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MURPHY, Peter. *Tourism: a Community Approach*. London: Routledge, 1985.

MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (Orgs). *Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: UFMG; Território Brasilis, 2002. ISBN: 85-7041-313-0

_____; GOODEY, Brian. *Interpretação do patrimônio para o turismo sustentado - um guia*. Belo Horizonte: SEBRAE (MG), 1995.

_____; GOODEY, Brian. Interpretação do patrimônio para visitantes: um quadro conceitual. In: MURTA, S. M.; ALBANO, C. (org.). *Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: UFMG; Território Brasilis, 2002, p. 13-46.

OLIVEIRA, Fernando Vicente de. *Capacidade de Carga nas Cidades Históricas*. São Paulo: Papirus, 2003.

OMT – Organização Mundial do Turismo. *Desenvolvimento do Turismo Sustentável: manual para organizadores locais*. OMT, 1993.

_____. *Desenvolvimento de turismo sustentável: manual para organizadores locais, publicação de turismo e Ambiente*. 1994.

_____. *Guia para administraciones locales: desarrollo turístico sostenible*. España, Madrid: OMT, 1999.

PAIVA, Maria das Graças de Menezes V. *Sociologia do turismo*. 3. ed. Campinas: Papirus, 1999.

PARENT, Michel. O futuro do patrimônio arquitetônico. *Revista do patrimônio histórico e artístico nacional*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1984. n. 19.

PAVIANI, Jayme. *Estética mínima – Notas sobre arte e literatura*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

_____. *O método e os modos básicos de conhecer*. Caxias do Sul: Chronos, 1993.

PELLEGRINI FILHO, Américo. *Ecologia, cultura e turismo*, 5. ed. Campinas: Papirus, 2000.

PERETTO, Carlo. *Landscape changes in relation to the human-environment relationship in southern Europe during the pleistocene*. European Commission. Raffaello Project. Editore: A.B.A.C.O. – M.A.C. Srl, Forlí – Dipartimento di Scienze Geologiche e Paleontologiche, Università degli Studi di Ferrara, 1999.

PIRES, Mário Jorge. *Lazer e turismo cultural*. São Paulo: Manole, 2001.

PROJECT, Raffaello. *Landscape changes in relation to the human-environment relationship in southern europe during the pleistocene*. A.B.A.C.O Srl, Forlí. Dipartimento di Scienze Geologiche e paleontologiche, Università degli Studi di Ferrara, 1999.

- PUJADAS, J. J. *Etnicidad: identidad cultural de los pueblos*. Madrid: Eudema, 1993.
- REIS, Helenice Rodrigues. *A inteligência competitiva como ferramenta para a organização estratégica do setor turístico – O Caso do Circuito Internacional das Missões Jesuíticas do Mercosul*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, 2000.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: FAUUSP/ FAPESP, 1994.
- REJOWSKI, Mirian. *Turismo e pesquisa científica: pensamento internacional x situação brasileira*. 4. ed. Campinas: Papirus, 2000.
- REVISTA DO ICOMOS. *Brasil*. Monumentos brasileiros no patrimônio mundial. Salvador, 2000.
- RIBEIRO, Cleudes Maria Piazza Julio et al. *O vale submerso*. aspectos históricos e culturais da região da hidroelétrica – Ita. Projeto ECAU – Elementos Culturais do Alto Uruguai. Caxias do Sul: Educ, 1998.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. *Desenvolvimento sustentável e atividade turística*. In: SERRANO, C.; BRUHNS, H.T. e LUCHIARI, M.T.D.P. Olhares Contemporâneos sobre o turismo. Campinas, SP: Papirus, 2000.
- RODRIGUES, Balestreri Adyr. *Turismo Modernização*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- RODRIGUES, Marly. *Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo*. In *Turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Contexto, 2001.
- ROVEDA, Fernando. *Memória e identidade: Antônio Prado, patrimônio histórico e artístico nacional*. Porto Alegre, RS: Metrópole, 2003.
- RUSCHMANN, Dóris Van de Meene. *Turismo e planejamento sustentável – a proteção do meio ambiente*. 5. ed. São Paulo: Papirus, 1997.
- _____. *Marketing turístico: um enfoque promocional*. Campinas - São Paulo: Papirus, 1990.
- RÚSSIO, Waldisa. Texto III. In: ARANTES, Antônio Augusto. *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- SANTANA, Agustín. *Antropologia y turismo*. Ariel S.A: 1997.
- SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura?* Brasiliense, 1988.
- SANTOS, Roselys Izabel Correa dos. *Conhecimento, conscientização e preservação de patrimônio cultural para prática de turismo*. Turismo – Visão e Ação, vol. 4, nº 8 – abril – setembro: UNIVALI. 2001.
- SHALLENBERGUER, Erneldo. *Missões: trabalho e evangelização*. Anais do VIII Simpósio Nacional de Estudos Missionários. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco – Santa Rosa – RS: Livraria Unijuí, 1977.
- SILVEIRA, Adalgiso Silva. *Ambientação de base histórica: Ferramenta de Incremento do Turismo – O Exemplo de Vassouras – RJ*. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.
- SODRÊ, Nelson Werneck. *Síntese de história da cultura brasileira*. 19. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- SOUZA, Filho, Carlos Frederico Marés de. *Bens culturais de proteção jurídica*. Porto Alegre, EU/Porto Alegre. 1997.
- STELLO, Vladimir Fernando. *Conservação e preservação dos remanescentes arquitetônico do antigo povo de São Miguel – RS*. VII Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos. Universidade Federal da Bahia, 1994. 4 v.
- SWARBROOKE, Jonh. *Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental*. São Paulo: Aleph, 2000. v. 1.
- TEIXEIRA, Gil Uchôa. *Missões, passado, presente, futuro*. Apoio missões 300 anos. Ministério da Cultura – SPHAN / Pró-Memória. Governo do Estado do Rio Grande do Sul: Talento Editora Ltda, 1990.

- THEOBALD, William F. Org. *Turismo global*. São Paulo: SENAC São Paulo, 2001.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Tradução de Lourenço de Oliveira - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- THROSBY, C. D. *Introduction to quantitative methods em economics*, 1997.
- TILDEN, Freeman. *Interpreting our heritage*. Carolina do Norte: The University of North Carolina Press, 1997.
- _____. (Org.). *Turismo. Como aprender, como ensinar, I*. São Paulo: SENAC, 2001.
- TURESPANA. *Estudio de productos turísticos*. Turismo cultural. Madrid: Secretaría General de Turismo, 2001.
- UNESCO. *Convenção sobre a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural*. França: Paris, 1972.
- UNESCO. *Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida, contemporânea*. Nairobi, 1976.
- UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Patrimônio mundial no Brasil*. 2. ed. Brasília. Caixa Econômica Federal, 2002.
- UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Disponível em: <<http://www.unesco.org.br/master>> . Acesso em: 03-04-2004
- URDANETA, Anaida Meléndez. Argumentos para la vinculación del desarrollo sostenible con el patrimonio natural y cultural en turismo. *Turismo em análise*. São Paulo, maio 1995.
- URRY, John. *O olhar do turista, lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Studio Nobel SESC, 1996.
- VALVA, Milena D. *Documentos e registros: os inventários urbanos como instrumento de preservação*. 1998. Monografia apresentada ao curso de especialização em Revitalização Urbana e Arquitetônica da UFMG. Belo Horizonte, 1998.
- VARINE-BOHAN, Hugo de. *A experiência internacional - notas de aulas*. São Paulo: FAUUSP, 1974.
- VASCONCELOS, Sylvio de. *Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos*. Belo Horizonte: UFMG, 1979.
- VERGARA, Sílvia. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- VINUESA, Miguel Angel Troitiño. *Turismo y desarrollo sostenible en las ciudades históricas con patrimonio arquitectónico-monumental*. Universidad Complutense de Madrid, 1998.
- www.missoesiphon.gov.br. Acesso em 07jan04.
- www.ibirapuera.com.br. Acesso em 02mar04.
- www.portofeliz.com.br. Acesso em 02mar04.
- www.petropolis.com.br. Acesso em 02mar04.

ANEXOS

ANEXO 1 – Modelo de Plano Interpretativo de Murta e Goodey

1 Etapas Essenciais

A partir dessas considerações, esses autores apresentam as seguintes etapas essenciais de um Plano de Interpretação:

- Inventário e registro de recursos, temas e mercados;
- Desenho e montagem escolha de meios e técnicas;
- Aspectos importantes no planejamento da publicidade.

Na primeira etapa (Quadro 1), o registro dos dados alinha-se diretamente ao ambiente onde se insere o objeto, às suas ligações no tempo, às limitações para o desenvolvimento do plano, às possibilidades de recursos para o mesmo, aos temas e à segmentação real e potencial da demanda de visitantes.

Já na segunda etapa (Quadro 2), o desenho e a montagem dependem obviamente, das informações coletadas na etapa 1 e pressupõe “pesquisa bem elaborada e bom design profissional”, envolvendo a comunicação com o visitante e itens a serem considerados no atendimento deste, como norteadores para a escolha dos meios e das técnicas a serem usadas na interpretação.

Passando para a terceira etapa que se refere ao planejamento da publicidade (Quadro 3), esta objetiva promover o evento ou a coleção interpretativa para políticas específicas, pois deve conter:

indicações de alternativas para a estrutura de gestão e publicidade das instalações, bem como uma estratégia de monitoramento, avaliação e atualização, de forma a sustentar padrões de qualidade na preservação e promoção de ambientes como atrações auto-sustentáveis.

Quadro 1 – Registro de Recursos, Temas e Mercado

<i>Item</i>	<i>Tipo</i>	<i>Perguntas Orientadoras</i>
Recursos	Culturais, Ambientais, Técnicos e Financeiros.	<ul style="list-style-type: none"> - O que há para ser interpretado, qual o potencial do objeto em termos de temas, histórias, eventos, associações humanas, reconhecimento regional, nacional e internacional? - Como o objeto ou sítio se relaciona com o ambiente mais amplo? - Que ligações podem ser estabelecidas entre o passado, o presente e o futuro? Quais os objetivos que se deseja atingir com a interpretação? - Quais são as limitações do lugar, se compararmos oportunidades semelhantes na mesma região – acesso, impacto sobre meio ambiente e comunidade, tipicidade, necessidades econômicas? - Quais as limitações de gestão – físicas, legais, administrativas e financeiras? - Com que recursos técnicos e financeiros se pode contar?
Temas	Elementos significativos da história, topografia, personagens, lendas, sítios e edificações do lugar.	<ul style="list-style-type: none"> - Qual o potencial a ser interpretado em relação aos elementos significativos da história, topografia, personagens, lendas, sítios e edificações do lugar? - Como pode ser trabalhado esses elementos?
Mercados específicos (público-alvo)	Visitantes reais e potenciais Número, características, distribuição e necessidades.	<ul style="list-style-type: none"> - Qual o mercado ou segmentos de mercado para a atração? (idade, nível educacional, de renda, grupos de interesses específicos); - Qual o número de visitantes esperado, qual a duração da visita, qual o tamanho e a estrutura dos grupos de visitantes? - Qual a origem e as expectativas dos visitantes, que exigências físicas e culturais específicas eles podem ter? (idioma, terceira idade, deficientes, grupos profissionais).

Fonte: Adaptado de Murta e Goodey (2002, p. 21-22)

Quadro 2 – Desenho e Montagem – Escolha dos Meios e Técnicas

<i>Questões sobre a Comunicação com o Visitante</i>	<i>Itens a serem considerados</i>
O que queremos que saibam?	Conceito de “atendimento ao cliente”.
O que queremos que sintam?	Serviços públicos de qualidade para o bom atendimento dos visitantes (banheiros, lixeiras, telefone, transporte ágil e regular, informações e segurança).
O que queremos que façam?	

Fonte: Adaptação de Murta e Goodey, (2002, p. 22)

Quadro 3 – Aspectos Importantes no Planejamento da Publicidade

<i>Item</i>	<i>Meios possíveis de divulgação</i>	<i>Informação prévia aos órgãos oficiais e operadores de turismo</i>
Promoção e Gestão da Publicidade	- Folhetos, painéis, guias ilustrados Televisão e rádio; - Guias de turismo nacionais e internacionais; - Festivais, eventos e manifestações artísticas.	- horário de visitação - qualidade do acesso - preços - infra-estrutura existente

Fonte: Adaptado de Murta e Goodey (2002, p. 23)

2 Estratégias Interpretativas

A estratégia a ser definida dependerá das características culturais e ambientais do lugar, dos recursos humanos e financeiros disponíveis e do perfil do público que se quer atingir. Pode utilizar vários meios e técnicas de interpretação, os quais são agrupados em três categorias: “interpretação ao vivo, textos e publicações e interpretação com base no design”.

O Quadro 4 apresenta uma relação desses divididos por categorias, os quais “podem e devem ser empregados combinados entre si”. (MURTA e GOODEY, 1995).

Além disso, no plano interpretativo considera-se todo o contexto sócio-ambiental, e os aspectos de atendimento ao cliente: “estacionamento, segurança, sinalização, restaurantes, sanitários, etc., não podem ser negligenciados, sob pena de deixar no visitante uma imagem negativa do lugar, mesmo se a interpretação em si for excelente”.

Quadro 4 – Meios e Técnicas de Interpretação

<i>Categorias</i>	<i>Pressupostos / Tipos</i>	<i>Formas</i>	<i>Regras</i>
Interpretação ao vivo (Interpretação pessoal)	Ator, guia ou expert (intérprete)	Demonstração Representação Performance Excursões a pé, bicicleta ou motorizadas	O intérprete deve ganhar o respeito do visitante O intérprete deve aceitar o papel de guia O intérprete deve desempenhar o papel de especialista e segurança (guarda) O intérprete deve cuidar de harmonizar sua apresentação com a interpretação geral da área
Textos e publicações		Mapas ilustrados Guias e roteiros Folders e Cartões postais Placas, painéis, letreiros e comunicações	Equilíbrio entre o conhecimento, entusiasmo do ator e a capacidade e interesse do visitante Cautela com o uso do papel Uso de papel reciclado Cuidado na estocagem do papel Cobrança do material
Interpretação com base no design	Meios estáticos de exibição	Placas, painéis e letreiros	Texto curto, simples e equilibrado com mapas e ilustrações Boa qualidade da estrutura e materiais resistentes ao clima e ao vandalismo Altura da montagem, para facilitar o acesso às crianças e deficientes físicos Localização e grau de intromissão e poluição visual
		Objetos e documentos fixos e protegidos	Das tradicionais “caixas de vídeo” e paredes nuas para a recriação de ambientes que enriquecem o acervo e a atmosfera do lugar
		Modelos e reconstruções	Miniaturas a cópias de figuras humanas em escala normal Reconstrução de aposentos Diorama (modelo em três dimensões) Maquetes de edifícios, parques e reconstrução de localidades
	Meios Animados de Exibição	Luz e Imagem	Painéis iluminados (imagem e texto) Iluminação automática ou acionada pelo visitante Apresentação de slides com refinamentos informatizados Vídeo tapes acionados pelo visitante Filmes (mídia poderosa mas cara com custos altos de manutenção) Projeções sobre mapas e modelos (efeito de luz e som) Hologramas (mídia dispendiosa)
		Movimento	Modelos que se movem (apropriado p/ demonstrar processos industriais e p/ a compreensão de estruturas complexas)

<i>Categorias</i>	<i>Pressupostos / Tipos</i>	<i>Formas</i>	<i>Regras</i>
			Exibição industrial de máquinas obsoletas com a utilização de habilidades de trabalhadores aposentados Passeios em cenários reconstruídos do passado com efeitos especiais (usuário é estimulado a interagir com a mídia utilizada)
		Reconstrução do passado para apreciação passiva	Pesquisa cuidadosa Profissionais cuidadosos Emprego de diversos meios interpretativos
		Som	Utilização de guias portáteis sonorizados, guia de som para veículos, pontos específicos para audições e repetidores de mensagem, geralmente associados a trilhas e roteiros Gravação orienta e informa o visitante ao longo do percurso Narrações profissionais, comentários dramáticos, músicas. Depoimentos pessoais, barulhos e som de natureza e da vida urbana

Fonte: Adaptado de Murta e Goodey (2002, p. 24-28)

Deve-se ainda salientar que os critérios clássicos que devem nortear qualquer plano são os seguintes:

- *estímulo à participação* - os objetos devem ser expostos de maneira a encorajar o visitante a manuseá-los e a experimentá-los;
- *provocação* - as modernas técnicas de provocação devem ser utilizadas para despertar e explorar a curiosidade natural de adultos e criança;
- *relevância* - o problema apresentado deve ser sempre ilustrado com exemplos relacionados a coisas que são familiares ao visitante;
- *ligações com o entorno* - os visitantes devem ser encorajados a descobrir por si próprios os aspectos do entorno, tanto natural quanto edificado;
- *abordagem temática* - o tema e as histórias pesquisadas apropriadamente constituem a base de uma boa prática interpretativa; a escolha do tema central e das histórias daí derivadas determinarão a mídia e o design a serem empregados;
- *fluxos* - a apresentação seqüenciada, tanto do motivo da exibição quanto do lay-out, facilitam o aprendizado e a apreciação;
- *gráficos* - técnicas gráficas e tipográficas criativas acrescentam interesse a uma exibição que apresente material escrito ou ilustrado;

- *realçando o ambiente* - a criação de uma “atmosfera” adequada para uma apresentação interpretada de exposições pode ser alcançada através de pequenos detalhes;
- *o uso do humor* - a escolha cuidadosa de palavras em sinais e avisos pode ser eficaz para capturar a atenção do visitante;
- *apresentação de períodos de tempo* - diversas maneiras de se representar o tempo (códigos de cores, representações gráficas devem ser apresentadas, etc.).

3 Aspectos Peculiares das Atrações Locais

Com relação às atrações locais, importa observar aspectos peculiares das trilhas, dos roteiros e dos centros de visitantes.

3.1 Trilhas e Roteiros

“Uma trilha é uma rota, já existente ou planejada, que liga pontos de interesse em ambientes urbanos ou naturais”. Geralmente é autoguiada com algum tipo de sinalização ou interpretação ambiental; consiste da rota sinalizada e do folder. Já “os roteiros são percursos mais amplos [...], realizados através de qualquer meio de locomoção [...] e até mesmo a pé”. (MURTA e GOODEY, 2002, p. 36-37).

Neles encontram-se as atrações e os serviços ao longo do caminho, classificados em: temáticos (tópicos específicos), espaciais (determinadas áreas) e gerais (áreas internas).

As principais etapas na preparação de uma trilha podem ser assim sintetizadas:

- Definir os objetos da trilha com os diferentes segmentos da comunidade e identificar as necessidades do usuário;
- Pesquisar sobre o que é importante e possível de ser mostrado em uma trilha;
- Testar e avaliar o projeto preliminar da rota do texto e do mapa;
- Apresentar orientações e instruções do mapa de forma clara, objetiva e precisa;
- Buscar apoio e fontes de financiamento;
- Realizar divulgação adequada em diferentes meios de comunicação;
- Realizar constante monitoração e revisão da trilha.

3.2 Caminhadas e Excursões com Guias

“Nas caminhadas e excursões guiadas, os visitantes são conduzidos por um guia que os acompanha pessoalmente e fornece informações no local. Exemplos são trilhas em parques e reservas naturais, caminhadas pela malha urbana e passeios temáticos e espaciais a atrativos turísticos. Requerem habilidades especiais e treinamento profissional do intérprete, e, ainda, “devem ser sempre renovadas em função de novos temas, novas narrativas, novos guias e sobretudo novas gerações de visitantes”. (MURTA e GOODEY, 1995, p. 39).

3.3 Centros de Visitantes e Informações Turísticas

Um centro de visitantes é um lugar aberto ao público e destinado à interpretação de um sítio, cidade, parque, ou de alguns aspectos de sua história. Utilizando uma variedade de técnicas interpretativas, tais centros geralmente oferecem serviços, como bares e lanchonetes, sanitários e lojas de souvenirs. (MURTA e GOODEY, 1995, p. 41).

É imprescindível ter uma localização apropriada e apresentação atraente. Sua principal função é “fornecer ao visitante dados básicos sobre uma área, monumentos, lugares de interesse, eventos especiais e serviços oferecidos como transportes e acomodações”. (MURTA e GOODEY, p. 42).

Considerando que toda atração turística deve ser frequentemente avaliada, vários itens compõem um roteiro mínimo a ser seguido para tanto: promoção e imagem; seqüência de sinalização e acesso local; estacionamento; portão de entrada; serviços; linguagem das placas e roteiros; percurso de visitação; temas e histórias; informação por etapas; consciência de mercado; atualização; manutenção; experiência focalizada; oportunidade de re-sequenciar; compras; lanchonetes; valores; novas visitas; boca a boca e localização.

Por fim, deve-se ainda avaliar a questão da sustentabilidade econômica na gestão de sítios históricos e naturais. Um exemplo de ação, portanto pode ser a cobrança de ingresso, a fim de viabilizar a revitalização e conservação desses locais.

ANEXO 2

Restaurações efetuadas no século XX⁴⁸

Como conseqüência da chamada "Guerra das Reduções" pouco restou da estrutura das reduções. As ruínas permaneceram abandonadas e a escassa documentação da época que segue provém de descrições de viajantes publicadas em forma de livros.

Nos primeiros decênios do século XX as ruínas da Igreja de São Miguel continuaram deteriorando-se. A comprovada importância do sítio arqueológico de São Miguel exige que se realize uma conservação bem planejada, além de trabalhos de restauração e consolidação necessários em função de danos ocasionados pela qualidade e desgaste físico dos materiais, pela intempérie ou pela ação destrutiva do homem.

Como veremos a continuação das intervenções que se realizaram no monumento nem sempre estiveram de acordo com suas necessidades. Foram muitos os fatores que dificultaram a realização de intervenções. As intervenções seguiram praticamente a mesma trajetória desenvolvida no Brasil para a proteção e restauração dos monumentos, tanto no que se refere a datas como a normativas.

A época em que o Brasil começou a considerar seu Patrimônio Cultural foi basicamente a mesma em que começou a ver São Miguel como um importante patrimônio cultural que deveria ser conservado por tratar-se de uma parte muito importante da memória cultural brasileira.

Quase sempre que se fala de intervenções no Patrimônio Histórico ou as limitações das mesmas se encontram vinculadas ao problema político-econômico existente.

Datas	Responsável Técnico
1925.1	Engº João de Abreu Danhe
1938.1	Arq. Lucio Mayerhofer
1954.1	Arq. Maurício Dias da Silva
1967.1	Arq. Luiz Saia
1982.1	Arq. Fernando Leal

•Obras de 1925 a 1927

O primeiro intento de restaurar as ruínas da redução de São Miguel foi do governo de Estado do Rio Grande do Sul através da Diretoria de Terras da Secretaria do Estado e Obra Públicas. Os trabalhos foram realizados de 1925 até 1927 e as obras foram dirigidas pelo engenheiro João de Abreu

⁴⁸ STELLO, Vladimir Fernando. Conservação e Preservação dos Remanescentes Arquitetônicos do Antigo Povo de São Miguel – RS (1994).

Dahne, chefe de Comissão de Terras de Santa Rosa. Nesta primeira campanha se fez uma limpeza geral da vegetação e reparações gerais incluindo a reconstrução de trilhos de ferro no pórtico.

As intervenções no monumento foram:

- a) Fachada principal: estabilização, pela intromissão de trilhos de ferro, das vergas das portas, da janela central ao nível do coro e vãos de porta e janela das escadas.
- b) Internamente: embrechamento e escoramento com trilhos de ferro nas arcadas do lado do evangelho e epístola.
- c) Torre: amarração da torre com trilhos de aço e vergalhões de ferro.

•Obras de 1938 a 1940

No ano de 1937, quando foi criado o SPHAN, seu diretor, Rodrigo de Mello Franco de Andrade, manifestou seu interesse nas ruínas da redução de São Miguel. Solicitou a seu assistente técnico no Estado do Rio Grande do Sul, o escritor Augusto Meyer, os dados necessários. É feito seu informe onde ressaltou a importância das ruínas. O arquiteto Lúcio Costa foi então encarregado de fazer o inventário dos elementos que existiam e um plano de trabalho para as obras de consolidação das Ruínas.

Lúcio Costa em sua inspeção concluiu que o monumento necessitava obras de grande envergadura, tal era seu estado. As obras de restauração foram encarregadas ao arquiteto Lucas Mayerhofer que as efetuou entre os anos 1938 e 1940, buscou descobrir as causas que tem provocado o desequilíbrio e danos no monumento para então decidir os métodos a utilizar na consolidação.

As intervenções foram:

- a) Torre: desmonte, execução de fundação em concreto armado e remonte da lateral leste da torre.
- b) Pórtico: desmonte, execução de fundação em concreto armado e remonte das alas existentes.
- c) Corpo da Igreja: retirada de troncos e raízes, fechamento das fendas, substituição de algumas pedras e drenagem da nave.
- d) Museu das Missões: criado em 1940. Construção do prédio do Museu e casa de Zelador, segundo projeto do Arquiteto Lucio Costa.

•Obras de 1954 a 1955

Em 15 de setembro de 1954 se iniciaram novas obras de restauração, sobre a responsabilidade do arquiteto Maurício Dias da Silva, que duraram até março de 1955.

As intervenções no monumento foram:

- a) Corpo da Igreja: limpeza, afloramento de alguns pisos, recomposição do dreno de 1938-40.
- b) Museu: construção de unidade museológica no interior da Igreja, em parte da nave lateral do lado do Evangelho, com cobertura e estrutura metálica e vedação com esquadrias de ferro e vidro.

Relacionado a esta intervenção pode-se dizer que seguiu os critérios da restauração histórica, limpando e consolidando as partes mais comprometidas sem preocupar-se com a elaboração de um

projeto ou planejar uma intervenção com grandes proporções que abrangesse todo o sítio. O que diferenciou das anteriores foi a construção de um pequeno museu no interior da igreja.

Esta intervenção foi de caráter pontual, de curta duração, não previa grandes alterações no estabelecimento e nem planejou a continuidade que entendemos necessária para a preservação deste patrimônio.

•Obras de 1967 a 1970

A causa de um desmoronamento no antigo batistério, o arquiteto Julio N. B. de Curtis fez um informativo ao diretor do SPHAN onde também constava o mal estado da frontaria com um desajuste acentuado por não ter tratamento nas laterais e ocasionado por um recalque nos cimentos. Sugeriu que se fizesse a consolidação adotando os mesmos procedimentos de Mayerhofer na consolidação da torre.

Este informativo provocou novas obras de restauração e consolidação que foram realizadas no período de 1967-70 sobre a responsabilidade do arquiteto Luiz Saia, chefe do 4º Distrito do SPHAN.

Luiz Saia tem adotado a técnica "pose et depose", executada de modo que permitisse introduzir uma estrutura armada nos muros, e que foi realizado pelo engenheiro Joaquim Cardoso.

As intervenções no monumento foram:

- a) Consolidação das paredes da Igreja e inserção de elementos de concreto armado no interior da frontaria.
- b) Demolição do Museu construído em 1954-55
- c) Construção do telhado e adaptação da sacristia antiga para o museu.
- d) Capeamento com concreto na parte superior das paredes de todo conjunto principal (igreja, residência dos padres, oficinas, cemitério e cotiguaçu).
- e) Escavação em toda área das construções principais e evidenciação de algumas habitações indígenas. Revestimento de grama nas áreas não construídas.
- f) Cercamento com arame farpado ampliando a área protegida de 4 ha para cerca de 20ha.

As consolidações feitas foram de grande importância para o sítio, mas esta intervenção se destacou das anteriores pelas escavações arqueológicas levadas ao fim. O que foi possível conhecer mais a respeito do local além de ampliar os limites da área. A ação de promover o cercamento do sítio também foi importante, pois colocou limites nas construções e tem preservado a área. Lamentavelmente desta vez, foram efetuadas obras pontuais sem uma proposta de continuidade que permitisse o seguimento das obras e de escavações arqueológicas. Também foi feita uma integração com o entorno de modo que o local continuou separado da comunidade.

•Obras de 1982/1989

Segundo Fernando Machado Leal (1984) com a destruição parcial de uma parede em 1978 se deixou descoberto o sistema construtivo, assim que em 1980 novas inspeções constataram as necessidades de obras de restauração. As obras realizadas pelo SPHAN / Pró-Memória se realizaram sobre a responsabilidade do arquiteto Fernando Machado Leal.

As intervenções no monumento foram as seguintes:

- a) Recomposição das alvenarias: erradicação da vegetação, reajuntamento e embrechamento das alvenarias de pedra e de tijolo.
- b) Consolidação da torre, através de costuras metálicas realizadas nos quatro cantos, transformando-os em quatro grandes colunas e confecção de laje para impermeabilização no seu topo.
- c) Remoção dos trilhos de ferro das arcadas das naves laterais (lado do Evangelho e lado da Epístola) introduzidos nas obras de 1925-27, após estabilização das mesmas.
- d) Substituição da verga de madeira (deteriorada) da porta de ligação sacristia nova/altar-mór, por viga de concreto armado.
- e) Colocação de pára-raios no topo da torre.
- f) Consolidação da verga da porta de ligação igreja/cemitério - desmonte da parede sobre a verga, colagem da pedra quebrada e remonte da parede.
- g) Retirada dos trilhos e confecção de verga de concreto na porta lateral da frontaria do lado do Evangelho.

•Obras de 1990/1992

Segundo os informes técnicos do IBPC sobre os trabalhos realizados na Redução de São Miguel, no período compreendido entre os anos de 1990 até 1992 temos as seguintes intervenções:

Ano de 1990: obras de estabilização da Igreja e estruturas complementarias, manutenção do museu das missões, consergeria e despacho, limpeza do sítio.

Ano de 1991: Responsável Técnico: Arq. Vladimir F. Stello: limpeza do sítio, consolidação dos cimentos da fachada norte / principal da igreja, consertos no muro de proteção do sítio.

Ano de 1992: Responsável Técnico: Arq. Vladimir F. Stello: limpeza do sítio, reposição das pedras do muro leste da igreja (trecho entre a sacristia nova e o transepto antigo), escavação arqueológica para investigação de uma pequena área ao Leste das oficinas, recobrimento da área escavada, trabalho nos cimentos do muro norte externo da sacristia nova para a drenagem, levantamento cadastral da fonte, trabalhos de consolidação na fonte, limpeza do material petreo esculpido encontrado nas escavações dos cimentos, consolidação dos cimentos da sacristia nova (epístola).

Ao analisar essas intervenções no desenvolvimento de suas investigações, percebemos as dificuldades tanto a nível econômico quanto pessoal e a pior crise que pode enfrentar o Patrimônio Cultural é a crise da gestão, a forma como vem se desenvolvendo no Brasil vem provocando uma lamentável perda do patrimônio.

A atual estrutura administrativa faz com que toda ação até o momento se encontre travada pela burocracia e sujeita a boa vontade política. Os atuais problemas de ordem pessoal se devem ao decreto lei do governo do presidente Color de Mello que demitiu em maio parte dos funcionários que trabalhavam nas ruínas de São Miguel. Os problemas de ordem econômica se devem, principalmente, nos atrasos na aprovação dos pressupostos e a conseqüente crise econômica que gerou uma alta inflação no país. As mudanças políticas fazem

na atual maneira de gestionar o Patrimônio Cultural que as prioridades mudem conforme os interesses políticos e a partir destes são designadas as prioridades de atuação no Patrimônio Cultural.

ANEXO 3

Descrição do Contexto Espetáculo de Som e Luz⁴⁹

RUÍNAS

Henrique Gazzana

Texto do Espetáculo de Som e Luz

Terra

Quem vem lá? Quem vem lá profanar minha ondulante pradaria?

Estrelas, gritos de dor cristalizados pelo infinito vazio desta celeste cobertura, testemunhas dos dolorosos massacres daqueles dias em que a insegurança e o ódio arrancam-me do dorso a melhor comunidade que em mim germinou.

Ah, estrelas, vento irmão, afastai o novo intruso.

Ruínas

Um momento, vos pedimos, calmo leito sobre o qual repousamos há tanto tempo, fecunda terra que manteve e tornou fortes nossos bravos construtores.

Amiga terra, berço e sepultura, nós, ruínas desgastadas, estaremos dentro em breve confundidas com o lodo em vosso ventre.

Antes, porém, atendei!

Permite que estes estranhos que voltam a passear aqui, sem a mesma graça, é claro, dos antigos Guaranis, saibam o que foi feito àquele povo tão belo.

Que os estranhos aqui presentes, pelos motivos mais diversos do mais leviano ao mais penetrante, dividam conosco a mágoa universal de ter assistido a um massacre no qual o inimigo colonialista, por cobiça, raiva e inveja moralista, matou com tiro e lança o legítimo habitante destes campos, os braços construtores desta igreja.

Libertai, serena terra, o espírito de um povo cuja história épica encerra verdades que servem de novo.

Os estranhos ora atentos, com seus olhos assustados, podem ser talvez isentos da culpa dos crimes aqui consumados.

Mas já que vieram aqui, devem ouvir nos ventos a verdade que encerrais: como foram arrasados vossos filhos, nossos pais, os tranquilos Guaranis.

⁴⁹ Contexto do Espetáculo de Som e Luz, IPHAN, 2003.

Terra

Palpita em mim o casamento ensangüentado de dois reinos da península européia: Espanha, amante da

beleza e da aventura, mas tão cruel em suas guerras e conquistas, e Portugal, dono de vasto território àquele tempo mas pouco hábil para mantê-lo a seu contento conceberam num tratado o triste intento de trocarem entre si as Missões e Sacramento.

Ordenaram aos Guaranis e Jesuítas que migrassem com o sol, para além do Rio Uruguai.

E ante a recusa de meus filhos em abandonarem minhas colinas consumaram em algazarra sanguínea suas bodas assassinas.

Ruínas

Não assim! Oh, terra dolorosa de meus pais, sejamos também mais brandas com os estranhos

Não assim! Pois em nossas palavras está rugindo o tigre da vingança contra um passado de maldade.

Devemos tomar cuidado. Terra, com este felino que num bote traiçoeiro pode trair a verdade.

Terra

Pedistes para contar-lhes, não foi isso?

Para fazê-los sentir o sofrimento que ainda tenho.

Devo ser branda no relato da minha própria desventura?

Acaso a mágoa de ter visto destruída a própria cria não deixa doido o mais plácido e cego mais consciente?

De que outra forma quereis que eu me torne agora ouvida?

Ruínas

Compartilho convosco este noturno desespero, pois estamos demais ligadas a tudo que aqui foi feito, e já temos a sentença do julgamento da História.

Nós, Ruínas, e vós, Terra, vimos brotar uma flor incomum e solitária na primavera humana.

Parimos e acalentamos a nação dos Guaranis.

Sentimos o cheiro acre de sua luta cotidiana, em que os homens eram irmãos pra colher e moer o trigo.

Aspiramos o perfume de um milhão de pães na hora das refeições igualmente divididos.

Amiga Terra, por aquelas mãos reunida e trabalhada e aconchegada de novo, em adobes empilhada, e ergueram moradias, pra manter agasalhado o fogo de suas vidas, de seus sonhos e repousos.

Nós fomos assim de vós refeitas e recriadas.

Sobre vós corria, em estrondoso alarido, o gado numeroso, por eles naturalmente criado.

Cavalgavam sobre vós, corpo a corpo em seus cavalos, com seus gritos estridentes nos dias de festa ou trabalho.

E dentro de mim cantavam de tal forma melodias, que encontravam novos tons em nossa terrestre harmonia.

Eram de terra seu corpos, sem desejarem diferente, de água seus sonhos cantando líquidas elegias, de ar a formosura de suas vestes do dia a dia, e a vontade de viver e seus amores, como fogo eram ardentes.

Sejamos, portanto, Terra amiga, apenas palco novamente.

Que os estranhos nesta noite, vindos para nos ver, participem do drama antigo que os fez morrer.

Terra

Começo a compreender as vossas intenções.

Quereis de novo a cochilha de Santa Tecla assaltada por legiões unidas de Espanha e Portugal.

O fluir mortífero daqueles dias de 1756.

O golpe fatal desferido contra o povo Guarani na batalha de Caibaté.

A vitória dos bandidos ...

A morte do índio Sepé...

Ruínas

É isso o que quero, e vos digo que, para melhor apresentar esse passado amortecido ao estranho que a escutar estiver nos assistindo, é melhor deixar falar os homens daquele tempo.

Invocai-os que eles jazem, dentro de vós, adormecidos.

Chamai-os à tona, que venham todos aqui reunidos.

Terra

Deveis compreender o coração humano, pois por ele fostes construída.

Quanto a mim, sou mãe e sempre primitiva matéria prima.

Sei da substância, do interior do universo.

Já tenho tudo dito em montanhas e planícies.

Pra falar a seres vivos há que ser mestre em superfície.

Ruínas

Invocai aqueles homens!

Terra

Infinita alga espiralada da História no oceano do Tempo, erosão interminável que em mim tudo converte, eu apelo a vossa volta neste momento solene.

Amantes do movimento natural, homens francos de pele avermelhada, vozes sonâmbulas pela noite espalhadas, eu vos chamo.

Venham também os homens que reuniram as tribos Guaranis sem corromper sua existência, os Jesuítas de variada procedência, que, convivendo com a cultura nativa enriqueceram-na com a sua.

Do meu peito ardente em chamas, saiam também os mestres da traição e da inveja.

Saiam portugueses e espanhóis daquele tempo.

Que de todos os que falo, ao menos um aqui esteja.

Padre Antônio Sepp

Que vento há nesta noite.

Ruínas

Seja bem vindo, padre Antônio Sepp

Terra

Filho meu, Antônio Sepp, libertai vossa lembrança.

As ruínas sugeriram que a palavra certa alcança contra aqueles que nos feriram a mais rápida vingança.

Padre Antônio Sepp

Belas músicas tocando...

Não me apraz falar do sangue

Que afogou vossa alegria.

Ouvi! Estais ouvindo a melodia?

Quem poderia ser violento consigo mesmo ou com os outros, se dentro em si trouxesse tão sublime harmonia.

Sim, eu vos falo e faço gosto, mas dos Guaranis dos meus dias.

A morte veio depois, quando eu já não existia.

Que vos falem dela seus autores, pois eles fizeram dela seu cotidiano guia.

Mas quando eles vierem, tentai compreendê-los, pois a morte é sempre grata hospedaria nos frios compartimentos de uma vida vazia.

Deixai vossos olhos correrem pelo que agora é ruína.

Vede que ainda há beleza mesmo depois da chacina.

Libertai vossos olhares da realidade do que está aqui.

Vamos reconstruir os lares dos musicais Guaranis.

Deixai-me conduzir os vossos olhos e enriquecer vossas visões com a ofuscante São Miguel, centro das nossas Missões.

Caminhemos pelas ruas sem o menor constrangimento.

Estais ouvindo esta música?

Pois cá foi feito o instrumento.

Os Guaranis os fazem todos: violoncelos, violinos, violas, órgãos, flautas, que mais vos direi...?

Ah, até uma espécie de harpa que eu próprio inventei.

E agora ouçam o coral dos meninos...

Se eu ainda vivesse diria que eram divinos.

Mas vamos deixá-los e seguir pela cidade.

Podemos andar sob estes telhados sem apanhar sereno.

Os avarandados cobrem todas as ruas, de dia nos fazem sombra e também protegem da chuva.
Andemos por aqui todos, que o lugar não é pequeno.

Ali está a escola, e os meninos aprendendo a ler e escrever, enquanto as meninas educam o bordar e o tecer.
E são tão hábeis nisso tudo, progridem tanto no estudo, que em breve nos fazem alunos.

Ah, ouçam novamente os cantores, estão afinando a voz: barítonos, baixos, tenores.
E os contraltos, e os sopranos.
Iguais ou melhores que os germânicos, e não sem arianos.
Olhem só, eles agora estão dançando!
Mas vamos continuando....

Ali está a padaria e a escola de instrumentos.
Mais lá embaixo a olaria.
Ao construirmos encaixamos os tijolos, não usamos cimentos.
Lá o moinho, aqui o oficina dos escultores.
Quase pegada a ela está o atelier dos pintores.
Ao longe está o matadouro, onde lidam carneadores.
Esse barulho nos vem do trabalho dos ferreiros.
Mas, no meio desse ruído, notam que há sempre uma música.
Ela está sempre conosco, no trabalho, nas festas, e em nossas preces litúrgicas.

A natureza musical dos Guaranis é pouco propensa aos crimes de roubo e assassinato.
Quando raramente um fato assim acontece reunimos um conselho de índios que tudo logo esclarece.
O próprio governo é um conselho de índios que exerce, do qual também fazemos parte. A esse governo se obedece.
As idéias políticas, com suas variantes individuais tomam vários coloridos e somam-se num só conjunto, em suma, não há partidos.

O diabo deve detestar essa vida, se eu estivesse vivo diria aqui não existe sequer burocracia.

O que os torna assim tão hábeis e lhes traz tanta harmonia é um instinto comparável de vida e de companhia.
O trabalho já é um fim, realiza-se em si próprio, isso transforma o trabalho em sempre nova poesia.

São Miguel crescia tanto, quase a perder de vista, que decidimos fundar outra redução nas cercanias.
Partimos. Junto comigo os primogênitos de quase oitocentas famílias.
Depois de um ano de lutas estava pronta a cidade de São João Batista.

Catedral

A redução de São João Batista foi estabelecida em 1.700.

O tempo prosseguia, acrescentando prosperidade aos povos Guaranis, dos quais a Companhia de Jesus se orgulhava de ser apenas pastora, fundindo sua cultura artística e política com a habilidade dos índios que se deslumbravam com os frutos de sua união. Mais índios vinham juntar-se às comunidades dos Sete Povos. Elas cresciam. Em 1706 foi fundada a última das sete reduções, a de Santo Ângelo Custódio, que veio unir-se às seis outras: São Nicolau, São Borja, São Lourenço, São João Batista, São Luiz Gonzaga e São Miguel, a capital.

Em 1720, no esplendor dos Sete Povos...

Terra

Catedral, desculpai-me a interrupção, mas há um cavalheiro insistente, dentro de mim inquieto e ansioso pra falar aos estranhos assistentes.

Catedral

Pois que se apresente então o cavalheiro.

Terra

É o Senhor Giam Battista Primoli.

O arquiteto que nos edificou.

Catedral

Senhor Giovanni ...

Giovani Primoli

Sim, sim. Vamos logo com isso.

É preciso que todos saibam como era esta minha obra prima, hoje quase toda destruída. Dez anos de trabalho contínuo.

E sempre junto comigo, dispostos e tão bonitos cem operários índios.

Ora, senhores, ouçam menos minhas palavras e olhem mais esta rainha.

Suas linhas ondulantes, dramáticas ou verticais obedecem o ritmo de mística ladainha.

Estão vendo as paredes? Parecem coladas por forte adesivo. Pois então agora eu digo, não há uma gota de cal ou cimento entre os tijolos maciços.

São de tal forma trabalhados, que a saliência de um se ajusta à depressão do vizinho.

Dez anos neste trabalho, mas fazia gosto assistir à lenta explosão de pedra do nosso sacrifício.

Em 1743, estava concluído o início.

Passaram-se mais dois anos, de lenta ornamentação.

Na torre maior, à direita, um galo de estanho dourado encimava o campanário, onde cantavam muitos sinos. Ao passo que na torre da esquerda, que seria construída seu observatório astronômico, bisbilhotaria estrelas.

O relógio da grande torre, que correto media o tempo, foi arrastado por ele, depois de muito vento.

E como era bela por dentro....

Sobre isso, pode falar melhor o artista Giusepe Brasanelli.

Hein, Giusepe, venha contar aos estranhos a história de suas esculturas.

Giusepe Brasanelli

Não, não, amigo Giovanni.

O que eu tinha a dizer já foi dito. Quem quiser saber, que aprenda a ouvir com os olhos o que disseram as minhas mãos.

E ouçam também a melodia das formas talhadas pelos índios.

Eu silencio.

Que cantem vossos sentidos.

Catedral

Em 1750, os embaixadores de Portugal e Espanha reuniram-se em sigilo na cidade de Madrid.

Emissário

“No dia 13 de janeiro de 1750, os reinos da Espanha e Portugal executaram o seguinte tratado: a colônia de Sacramento, situada ao sul da colônia de São Pedro do Rio Grande, será entregue aos espanhóis, em troca dos Sete Povos das Missões, localizados a leste do Rio Uruguai. Os habitantes destes povos, índios e missionários, deverão tomar apenas os seus bens móveis e semoventes, e emigrar para o outro lado do rio, na direção do ocidente.

Catedral

O Tratado de Madrid varreu a nação dos Guaranis como um vento gelado.

Os índios não acreditavam que o mesmo rei da Espanha, que sete anos antes lhes havia reconhecido o papel de servidores fiéis, e lhes entregara diplomas e condecorações, tornando-se amigo, estivesse agora manipulando suas terras e suas vidas sem a menor consideração pelo que haviam construído. Os Jesuítas, por sua vez, tentaram evitar a guerra pressentida. Com palavras, tentaram inutilmente abrandar a revolta dos oprimidos e atenuar a pressa dos colonialistas.

Jesuíta

Senhor Marquês de Valdelírios, responsável pela execução desse tratado, devo confessar-vos, com muita humildade meu espanto.

Marquês de Valdelírios

Vossa Benção, padre.

E que Deus abençoe o Rei da Espanha, enquanto eu estiver ao lado dele.

Com que então estais espantado...

Com o Tratado de Madrid? ... Ora...

Devo crer que vossa vivência com Nosso Senhor Jesus Cristo não vos deixou tempo o bastante para vos ter educado nas artes da nossa sinuosa política...

Jesuíta

Nestas artes, senhor Marquês, devo me crer atrasado, pois me escapa à compreensão as razões desse tratado.

Nossas missões só tem legado à coroa espanhola, riquezas, orgulho e trabalho.

Os índios tem sido amigos, e mesmo fiéis vassallos, lutando como soldados nas guerras que vós, espanhóis, criais com vossas palavras.

Os Sete Povos têm espantado a todos que os visitam e estudam, foram na França exaltados por Voltaire e Montesquieu.

Têm sido um terreno fecundo onde florescem mais belas as plantas da arte e da vida.

E por quê trocá-los, senhor, pela colônia de Sacramento, lusitana a tanto tempo e sem o menor esplendor?

Marquês de Valdelírios

Logo vejo que há exagero no elogio aos vossos índios.

Os jesuítas confundem ruídos e gritos, com música e poesia.

Para exercer o poder, é preciso picardia.

Então não sabeis que os portugueses têm feito do roubo a indústria que lhes dá mais rendimentos, contrabandeando riquezas pela colônia de Sacramento?

Jesuíta

Nesse caso, senhor, conscientes do que eles fazem, não podem os espanhóis evitar a ladroagem?

Marquês de Valdelírios

Aqui vos falta, caro padre, a malícia necessária.

Pense um pouco, mas antes, deixai-me fazer uma observação: devo prevenir-vos do perigo que fazem certas companhias....

Jesuíta

Perdão, Senhor Marquês, mais uma vez eu falho em decifrar o vosso enigma.

Não sei qual companhia tem assim me ameaçado.

Marquês de Valdelírios

A companhia poética, caro irmão Jesuíta, de um cavalheiro antigo, jovem, de origem semita.

Jesuíta

Falais de Cristo...

Marquês de Valdelírios

É evidente que sim.

Vós e pareceis tão ingênuo quanto ele.

E vos previno: sendo assim, cuidado, irmão Jesuíta, podeis ter o mesmo fim.

Jesuíta

Que espada cruel de palavras.

Com a vossa permissão, voltemos àquele assunto.

Marquês de Valdelírios

A bacia do Prata é o ponto final de três rios e inicial de mil conquistas.

De norte a sul convém ser nossa.

E ... deixemos de rodeios....

Se os portugueses hoje fazem fortuna em Sacramento, mudando de dono a colônia mudam de cofre os proventos!

Jesuíta

Vossas palavras me fazem duvidar do meu entendimento. Quereis dizer que o contrabando continuará a ser feito desta vez por espanhóis, roubando colônias portuguesas?

Marquês de Valdelírios

Cuidado, irmão, cuidado que há muito perigo em deixar assim tão claras verdades discretas.

Certas atitudes são melhor sucedidas, quando não explicadas, principalmente em política.

A visão crítica, o esclarecimento, causam à execução do poder muito aborrecimento.

Jesuíta

Eu já compreendi muito bem, senhor Marquês de Valdelírios, a sutileza dos vossos desígnios.

Venho, no entanto, em nome da minha irmandade, pedir-vos mais algum tempo, a fim de proceder a mudança.

São mais de trinta mil índios, apegados à sua querência há 130 anos.

É preciso convencê-los de que devem deslocar-se.

Além do mais é preciso trabalhar a nova terra, construir as moradias, isso tudo leva tempo.

O prazo determinado para que tudo isso aconteça, não chega a inteirar um ano.

Pedimos, portanto, paciência, e o tempo de mais três anos.

Marquês de Valdelírios

Admito que seja assim difícil a transferência, aumentarei o dito prazo.

O entanto... três anos é muito tempo.

Vós sabeis mais do que eu que, pela Sagrada Escritura, o Bom Deus fez esse mundo em apenas seis dias...

Sendo vós companheiro de Cristo, algumas orações apressarão a transferência.

Prorrogarei o tal prazo, e vos darei mais seis dias, a fim de colaborar com a Divina Providência.

Terra

Os Guaranis não admitiram o Tratado de Madrid.

Catedral

Portugal e Espanha enviaram para combater os rebeldes, demarcadores de terra armados por um exército com soldados dos dois países.

Terra

Em 1754 chegavam a eles à cochilha de Santa Tecla. No comando dos portugueses estava o general Gomes Freire de Andrade. Os espanhóis eram liderados por Adonaegui e José Joaquim Viana, governador de Montevidéu.

José Joaquim Viana

São belas estas paisagens...

Não me agrada saber que vamos trocá-las pela Colônia de Sacramento.

Gomes Freire de Andrade

Bem, Senhor Joaquim Viana, devo considerar sua falta de motivação responsável pela nossa ineficiência na luta.

Com canhões e artilharia temos conseguido bem menos do que esse bando de selvagens armados de lanças e flechas.

José Joaquim Viana

O senhor está subestimando o poder do nosso adversário.

Esquecem que os nossos soldados lutam mais pelo salário, ao passo que os Guaranis defendem seus territórios.

Conhecem bem o terreno, sabem onde atocaiar-se, preparam boas armadilhas.

Além de tudo são mestres na técnica das guerrilhas.

Gomes Freire de Andrade

São bárbaros, no pior sentido.

Queimam os seus povoados quando os crêm perdidos.

Lutam como feras feridas, cavalgando sempre aos berros, sem pudor, quase despidos...

José Joaquim Viana

Ora, general Gomes Freire de Andrade, estamos em plena guerra, ensopados de sangue até os olhos, e o senhor fala em pudor com tanta dignidade!

Gomes Freire de Andrade

Pois preservo minhas virtudes, senhor Joaquim Viana, tanto nas batalhas de campo, quanto naquelas de cama....

José Joaquim Viana

Bravo, Freire de Andrade...

Já basta tanto cinismo...

Sejamos ao menos honestos dentro da nossa maldade.

Gomes Freire de Andrade

Se quer chamar assim...

Não esqueça, todavia, a nossa cumplicidade.

Catedral

A luta prosseguia, favorecendo muitas vezes os Guaranis, que estavam solidamente unidos sob a chefia dos índios Sepé Tiarajú, e Nicolau Nhanguiru.

Sepé-Tiarajú

Companheiros!

Temos freado o inimigo!

É preciso continuar lutando sempre, unidos, defendendo nossa querência, e acima de tudo a nossa vida independente!

O pelotão de lanças está pronto?

Índios

Impaciente e firme para qualquer batalha!

Sepé Tiarajú

Então, avancemos nessa trilha!

Viva a Nação dos Guaranis!

Índios

Viva! E viva Sepé Tiarajú!

Sepé Tiarajú

Há um bem maior a ser louvado!

Algo que vencerá mesmo que percamos a batalha:

Terra que circula em nossos corpos, é teu o nosso trabalho.

Ventos claros, rios prateados, independência natural, esposa comum. Liberdade, é por ti a nossa luta, e toda nossa lealdade!

Índios

Em nome desta Terra, fora com a tirania dos colonizadores!

Todos

Fora! Fora! Fora! Fora! Fora!

Sepé Tiarajú

Abaixo a opressão! Viva a Liberdade!

Índio

Companheiro Sepé vem de lá, novamente, um soldado português, com uma bandeira branca.

Emissário

Venho em nome do General Gomes Freire de Andrade.

Ele quer conceder-lhe uma conversa amigável.

Sepé Tiarajú

Gostam muito de palavras, estes nossos invasores.

Se delas fizessem bom uso não seriam traidores.

Emissário

Meu General lhe garante toda segurança possível.

E lhes entrega dez soldados, como reféns até a sua volta.

Sepé Tiarajú

Já sei, já sei.

É a vigésima vez que me vens esta semana.

Desta vez aceito...

Vamos ao teu General.

Gomes Freire de Andrade

Ora, ora, então é esse o grande chefe.
Tão jovem e tão despojado de defesa.
Agora não usa sequer camisa o pobre bárbaro.

Sepé Tiarajú

Me chamaste aqui, general de mercenários.
Invadiram nossas terras.
Assassinaram nossos irmãos.
És um intruso, mais do que eu, tu és um bárbaro.

Gomes Freire de Andrade

Indígena insolente...
Mas...mesmo assim...
Sepé Tiarajú, eu te perdô....
Anda, apeia do teu cavalo.
Podes beijar minha mão fidalga.
Agradece por minha piedade em nome do Reino de Portugal, verdadeiro dono destas terras.

Sepé Tiarajú

Esta Terra já tem dono!
Deus e São Miguel a entregaram aos animais que a tem povoado.
Portanto, general assalariado, ajoelha-se tu e beija os cascos do meu cavalo.

Terra

As batalhas continuavam, a cada dia mais flores de sangue em meus campos brotavam.

Ruínas

No dia sete de fevereiro de 1756, umlusitano chefiado pelo governador de ... José Joaquim Viana, defrontou-se com Sepé Tiarajú e alguns outros índios.

José Joaquim Viana

Soldados! Lá está o índio Sepé.
Contra ele. Ataquem!
Morto o líder, o adversário esmorece.

Sepé Tiarajú

Sempre em frente companheiros!
Lutemos em nome desta terra e da nossa liberdade.
Fora com os invasores!

Ruínas

Um soldado português atingiu Sepé, cravando-lhe uma lança nas costas.

Sepe Tiarajú

Ah... Deixem-me, eu me recupero. Nicolau Nhanguiru assume o comando...podem ir. Vão, deixem-me...

Joaquim Viana

Sepe! Sepé Tiarajú, ainda está vivo?

Sepé Tiarajú

Nunca.... Sempre....

José Joaquim Viana

Está delirando.

Sepé Tiarajú

Fora daqui... destruidores assassinos....

José Joaquim Viana

Sepé Tiarajú! Sou o seu inimigo José Joaquim Viana. Antes de morrer, ouça...

Sepé Tiarajú

Morrer... Impossível... Quero viver...

José Joaquim Viana

Ouçá-me! Preciso falar-lhe. Eu me senti honrado por ter alguém tão bravo como inimigo. Preciso matá-lo agora.

Sepé Tiarajú

Fora daqui, maldade cínica... assassinos... eu quero viver...

José Joaquim Viana

Você não pode viver Sepé. Não posso deixá-lo vivo.

A lança que tem cravada é portuguesa.

Aqui vai o tiro da Espanha.

Terra

Três dias depois travou-se a mais cruel batalha daquela guerra. Mil e duzentos Guaranis foram massacrados na batalha de Caibaté. Nas lutas morreu Nicolau Nhanguiru líder como fora Sepé.

Catedral

Iniciava-se assim a destruição da Nação dos Guaranis.

Terra

Basta! Basta! Não é preciso mais palavras.

Os estranhos que vos olhem, catedral de vento.

È eloqüente o bastante a imagem da vossa ruína

Ruínas

As estrelas continuam no céu, quer se vejam ou não.

Assim continuará a luta do cacique de São Miguel e de seus irmãos assassinos. Enquanto sobreviver no coração do homem o desejo infinito de ser livre, de lutar contra opressão, há de se ouvir no dia a dia o grito do índio Sepé.

Sepé Tiarajú

Terra que circula em nossos corpos, é teu o nosso trabalho.

Ventos claros, rios prateados, independência natural, esposa comum, liberdade, é por ti a nossa luta, e toda nossa lealdade.

ANEXO 4

Documento Oficial da UNESCO declarando as ruínas de São Miguel das Missões Patrimônio da Humanidade.

DOCUMENTO OFICIAL DA UNESCO DECLARANDO AS RUÍNAS DE SÃO MIGUEL DAS MISSÕES PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE

ATA

Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura
Convenção destinada à proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural.
Comitê do Patrimônio Mundial – 7ª sessão ordinária

Florença (Itália), 5 a 9 de dezembro de 1983.

1. INTRODUÇÃO

1. A sétima sessão do Comitê do Patrimônio Mundial realizou-se na Vila dos Médicos de Poggio a Caiano, Florença, de 5 a 9 de dezembro de 1983, por convite do governo italiano. Os países membros do Comitê, cuja lista segue, participaram da reunião: Argélia, República Federal da Alemanha, Argentina, Austrália, Brasil, Chipre, França, Guiné, Itália, Jamahiriya árabe libiana, Jordânia, Líbano, Noruega, Sri Lanka, Suíça e Turquia.
2. Representantes do Centro Internacional de estudos para a conservação e restauração de bens culturais (ICCROM), do Conselho Internacional dos Monumentos e Locais (ICOMOS) e da União Internacional para a Conservação da Natureza e de seus Recursos (UICN) participaram da reunião a título consultivo.

VII. LISTAS INDICATIVAS

14. O Comitê declarou que as listas indicativas de bens naturais tinham assumidas (revisadas) pelo Brasil e Portugal, tais como elas foram apresentadas no documento SC/83/CONF. 009/INF.3.

15. o Comitê exprimiu um vivo interesse pelas idéias formuladas por M. Parent, Presidente do ICOMOS, no seu relatório apresentado, quando da sétima sessão do "Bureau" notadamente no que concerne às dificuldades atualmente encontradas na aplicação dos critérios culturais às proposições de inscrição de cidades históricas, aos bens culturais representativos de uma série e do critério de autenticidade. Após discussão, o Comitê afirmou seu pleno acordo com as idéias de M. Parent.

VIII. PROPOSIÇÕES DE INSCRIÇÃO NA LISTA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL

29. O Comitê examinou as proposições de inscrição na Lista do patrimônio mundial, tomando nota dos comentários dos representantes do ICOMOS e/ou da UICN que apresentaram uma avaliação de cada bem. O Comitê decidiu inscrever na Lista do patrimônio mundial os 29 bens e naturais seguintes:

Pais participante, tendo apresentada a proposição de inscrição do bem de acordo com a Convenção.	Nº de Ordem	Nome do Bem
Alemanha (Rep. Federal)	271	Igreja da Peregrinação de Vies
Brasil	275	Ruínas de São Miguel das Missões. E assinalado que este bem entra em série e que a Argentina participou sua intenção de propor, de sua parte, as missões jesuíticas de Santo Inácio Mini e Santa Maria la Mayor.
Bulgária	217	Árquela de Rop e Nessebar

* Devido à extensão da ata, transcrevemos aqui apenas os itens que se relacionam às Ruínas de São Miguel das Missões.



ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS
PARA LA EDUCACIÓN,
LA CIENCIA Y LA CULTURA

CONVENCIÓN SOBRE
LA PROTECCIÓN DEL PATRIMONIO
MUNDIAL,
CULTURAL Y NATURAL

*El Comité del Patrimonio Mundial
ha inscrito*

*Las Misiones Jesuíticas de los Guaraníes:
Ruinas de São Miguel das Missões (Brasil)*

en la lista del patrimonio mundial

*La inscripción en esta lista confirma el valor
excepcional y universal*

*de un sitio cultural o natural que debe ser protegido
para el beneficio de la humanidad*


FECHA DE LA INSCRIPCIÓN

9 de diciembre de 1983

DIRECTOR GENERAL
DE LA UNESCO

ANEXO 5

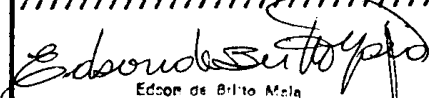
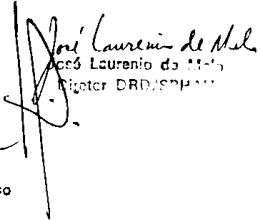
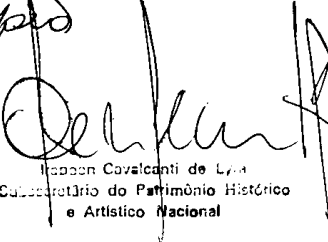
Certidão de Tombamento do Sítio Arqueológico de São Miguel das Missões



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA DA CULTURA
SUBSECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

CERTIDÃO

Em cumprimento ~~XXXXXXXXXX~~ à determinação do Senhor Subsecretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional da Secretaria da Cultura do Ministério da Educação e Cultura, **C E R T I F I C O**, que revendo o Livro do Tombo das Belas Artes da Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, instituído pelo Decreto-lei número vinte e cinco, de trinta de novembro de mil novecentos e trinta e sete, dele consta o seguinte a folhas // doze: "Número de Inscrição: sessenta e três; Obra: Ruínas de São Miguel - Igreja e Povo -; Natureza da Obra: Arquitetura Religiosa; Situação: Distrito de São Miguel, Município de Santo Ângelo, Estado do Rio Grande do Sul; Proprietário: Patrimônio do Estado; Processo Número: cento e quarenta e um traço 1 traço trinta e oito; Caráter do Tombamento: Ex-officio; Data da Inscrição: dezesseis de maio de mil novecentos e trinta e oito." É por ser verdade, eu, Edson de Brito Maia, Chefe do Arquivo da Divisão de Registro e Documentação, lavrei a presente certidão que vai por mim datada e assinada e visada pelo doutor José Laurenio de Melo, Diretor da Divisão de Registro e Documentação e pelo doutor Irapoan Cavalcanti de Lyra, Subsecretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1985.//

 Edson de Brito Maia Chefe Arquivo DRD/SPHN	 José Laurenio de Melo Diretor DRD/SPHN	 Irapoan Cavalcanti de Lyra Subsecretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

ANEXO 6

Síntese Histórica - Os Sete Povos das Missões⁵⁰

Os Guaranis, antes da descoberta da América por Cristóvão Colombo em 1492, se distribuíam largamente pelo sul do continente, pelas regiões dos rios Paraná e Uruguai, em pequenas tribos independentes e autônomas. Praticavam a agricultura, a caça e a pesca. Acreditavam numa força suprema, universal e única, à qual não prestavam nenhum outro culto além de suas vivências cotidianas, não ofereciam sacrifícios e não tinham sacerdotes.

1516 – Exploradores espanhóis entram pela primeira vez através da Bacia do Prata, na região habitada pelos Guaranis.

1536 – Chegada dos primeiros jesuítas em Tucumã. Começam a organizar colégios e casas de retiro.

1607 – O padre Aquaviva cria a primeira redução isolada e autônoma da Companhia de Jesus no Paraguai.

1626 – Fundação de São Nicolau, a primeira das reduções na margem oriental do Rio Uruguai.

1631 – Ataques dos mamelucos saqueando e escravizando os índios.

1632 – Fundação de São Miguel .

1639 – O padre Montoya S.J. consegue, diretamente na corte espanhola, ordem para armar os guaranis.

1641 – Batalha de Mbororé: os Guaranis derrotam os mamelucos.

1651 – Um grande exército paulista é formado para arrasar as reduções e o próprio Paraguai. Os Guaranis colocam-no em retirada.

1673 – Fundação de São Luiz Gonzaga.

1690 – Fundação de São Francisco de Borja.

1691 – Fundação de São Lourenço.

1697 – Fundação de São João Batista.

1707 – Fundação de Santo Ângelo Custódio. Segue-se o esplendor dos Povos das Missões, dos quais os situados na margem oriental do Rio Uruguai, têm como capital São Miguel.

1750 – Tratado de Madri: os índios e os jesuítas devem abandonar a margem oriental do Rio Uruguai.

1754 – Espanhóis e Portugueses unem exércitos e iniciam operações militares contra os índios.

1756 – Destruição dos Sete Povos das Missões e massacre dos índios

1768 – Expulsão dos jesuítas das colônias espanholas.

1828 – Rivera, caudilho oriental, invade o Brasil e rouba das Missões mais de sessenta carroças carregadas de imagens, sinos, metais.

1937 – Tombamento das Ruínas de São Miguel pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

1978 – Realização da primeira temporada dos Espetáculos de Som e Luz em São Miguel.

⁵⁰ IPHAN, 2003.

ANEXO 7

Fluxo de Visitantes em São Miguel das Missões – 1994 a 2003

Ano	Som e Luz	Sítio Arqueológico
1994		26.758
1995		42.289
1996	13.547 (de jul. à dez)	34.402
1997	25.064	53.597
1998	18.944 (de jan. à out.)	52.102

1999	Som e Luz	Sítio Arqueológico
Janeiro	2.009	2.855
Fevereiro	927	2.359
Março	705	1.437
Abril	1.210	3.051
Maiο	1.624	2.253
Junho	1.339	2.970
Julho	1.281	2.400
Agosto	1.221	3.509
Setembro	3.471	5.007
Outubro	7.252	10.014
Novembro	8.827	9.791
Dezembro	5.348	9.888
TOTAL	35.214	55.534

2000	Som e Luz	Sítio Arqueológico
Janeiro	1.707	3.013
Fevereiro	729	1.939
Março	533	2.397
Abril	1.252	7.249
Maiο	2.305	3.273
Junho	1.243	1.941
Julho	1.420	2.208
Agosto	1.045	1.656
Setembro	3.334	5.310
Outubro	4.989	8.952
Novembro	8.141	12.083
Dezembro	4.998	7.561
TOTAL	31.699	57.612
2001	Som e Luz	Sítio Arqueológico
8 Janeiro	1.932	2.580

9 Fevereiro	1.413	1.873
Março	1.079	1.287
Abril	2.196	2.232
Mai	3.101	2.560
Junho	2.260	2.271
Julho	1.250	1.998
Agosto	1.816	2.262
Setembro	3.628	4.369
Outubro	6.685	6.015
Novembro	8.429	8.268
Dezembro	4.247	4.543
TOTAL	38.036	40.258

2002	Som e Luz	Sítio Arqueológico
10 Janeiro	2.118	2.571
11 Fevereiro	1.407	2.102
Março	1.472	2.096
Abril	1.921	2.414
Mai	5.047	4.830
Junho	2.019	2.412
Julho	1.708	2.839
Agosto	1.385	1.635
Setembro	3.459	4.306
Outubro	5.086	5.749
Novembro	8.699	9.207
Dezembro	3.508	4.220
TOTAL	37.633	44.381

2003	Som e Luz	Sítio Arqueológico
12 Janeiro	1.876	1.784
13 Fevereiro	768	1.599
Março	1.121	2.243
Abril	1.806	2.995
Mai	3.067	3.490
Junho	1.810	2.453
Julho	1.892	3.331
Agosto	1.335	2.586
Setembro	2.583	4.802
Outubro	5.881	8.600
Novembro	7.273	8.877
Dezembro	4.258	5.814
TOTAL	33.670	48.574

Fonte: Secretaria Municipal de Turismo de São Miguel das Missões (2004).